



SOCIEDADE HUMANITARIA DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO DE SANTOS

**A HISTÓRIA DA SOCIEDADE  
HUMANITÁRIA DOS  
EMPREGADOS NO COMÉRCIO  
DE SANTOS**



CARIDADE

INSTRUCCAO

INSTALLADA  
EM  
12 DE OUTUBRO DE  
1879



A HISTÓRIA DA  
*Sociedade Humanitária dos  
Empregados no Comércio de  
Santos*

  
Memória Santista



## *Carta do Autor*

Há quase 150 anos, um grupo de jovens altruístas decidiu criar um Grêmio Cultural em homenagem a um dos maiores poetas da cidade santista, Xavier da Silveira. Desta ideia original, surgiu a necessidade de estabelecer uma entidade capaz de garantir qualidade de vida às pessoas que, assim como Xavier, enfrentavam as dificuldades da vida comercial na cidade: os caixeiros. Com grande empenho, uma parte significativa da sociedade santista contribuiu para a fundação daquela que é considerada a primeira entidade mutualista da história do Brasil, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos.

Os ideais de solidariedade e a compreensão da necessidade de educar essa classe desfavorecida proporcionaram à cidade de Santos uma série de inovações que ainda hoje encham de orgulho seus cidadãos. A Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos foi a primeira a criar uma biblioteca pública na cidade, uma das pioneiras na implementação de cursos de música, a desenvolver um sistema de previdência privada e a primeira a possuir um palacete majestoso que sediou grandes eventos culturais e sociais, tornando-se uma referência por décadas a fio.

Ter participado como Diretor Cultural de uma instituição com uma história tão rica e um peso cultural tão significativo foi uma honra imensa. Por mais de 10 anos (2013-2024), dediquei-me intensamente a preservar e divulgar os tesouros culturais que esta entidade guarda desde 1879. E esta obra literária singular resgata essas histórias sem igual, demonstrando o quão importante a SHEC é na vida santista.

Assim, convido-os à leitura desta obra histórica. Aproveito também para expressar minha profunda gratidão ao Grupo Transbrasa, que acreditou neste projeto e o apoiou por meio do Programa de Cultura da Prefeitura Municipal de Santos, o Promicult.

Forte abraço,  
Sergio Willians



**Herma de Joaquim Xavier da Silveira**  
Segundo monumento mais antigo de Santos, de janeiro de 1914, retrata a figura que inspirou a criação da Sociedade Humanitária.

# *A Inspiração*

# Xavier da Silveira, um exemplo



Joaquim Xavier da Silveira

Santo Santos, domingo, 28 de maio de 1854. Um rapaz franzino caminhava descalço, quase na hora do almoço, todo fantasiado, pelas ruas de terra batida da velha vila santista. Envergando um surrado chapéu de palha grosseira quebrado na testa, lenço ao pescoço e faca de ponta num cinturão de couro, o garoto, de quatorze anos de idade, chegava, enfim, ao local pretendido, no largo do Carmo, diante da antiga cadeia e, ali, sem que ninguém esperasse, passou a declamar doces rimas poéticas, ao sabor da inspiração. O inusitado fato, algum tempo depois, se tornou hábito para o jovem Joaquim e, ouvi-lo, tornou-se uma tradição ao povo local, em especial aos empregados das casas comerciais que se dispunham numa sequência pouco organizada ao longo das ruas Meridional e Setentrional, abrigo das primeiras vendas e mercados da cidade santense.

O jovem poeta cresceu e acabaria se tornando um dos empregados daquelas casas de comércio, um caixeiro, como eram chamados os que labutavam nesta seara profissional tão sofrida e humilde. O garoto, de nome Joaquim Xavier da Silveira, destacava-se entre seus pares, não apenas pela forma com o qual se dedicava ao labor diário no comércio, como também pela incrível capacidade de improvisar versos plangentes, apesar da tenra idade.

O povo santista percebeu que, além de exímio poeta das ruas, o menino detinha o dom da oratória. Era, portanto, deveras, um desperdício que tamanha capacidade humana não pudesse lapidar-se em bancos acadêmicos. O impeditivo eram suas condições financeiras. E foi este o gatilho que despertou dentre seus colegas de trabalho a ideia de ajudar o moço a tornar-se um bacharel em leis. Assim, de casa em casa comercial, os caixeiros se cotizaram na tarefa de levantar fundos para matriculá-lo e garantir o pagamento de sua mensalidade e moradia na capital bandeirante,

onde ingressaria na prestigiosa Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

E assim se deu. Joaquim Xavier da Silveira, emocionado diante do sincero gesto dos colegas, aceitou de bom grado a oferta. E entendeu que tal sacrifício fora determinante para que ele mesmo aceitasse o desígnio de seu destino. Tanto que, ao fim do terceiro mês de curso, a mesada começou a encurtar em razão das dificuldades encontradas por alguns prestamistas.

O jovem poeta santista, compreendendo a situação, sempre grato pelo altruísmo dos amigos, dispensou delicadamente o generoso concurso pecuniário e, fora das horas de aulas, encarregou-se da escrita junto a algumas pequenas casas comerciais paulistanas.

Mas os proventos que auferia a partir dali,

entretanto, ainda lhe eram bastante exíguos. Então, mais tarde, com muito esforço, conquistou um emprego como auxiliar do escritório de advocacia de um velho causídico da capital, o Dr. Falcão. E naquele escritório se manteve até o fim do curso acadêmico, em 1865, ocasião em que fez as suas primeiras armas como advogado. Nascia ali o Dr. Joaquim Xavier da Silveira, poeta e fogoso tribuno santista, a quem sua terra natal identificou-se por alguns anos.

Silveira foi um advogado querido e um tribuno respeitadíssimo, orgulho da terra santense e de seus ex-companheiros da classe caixeiral. O poeta tornou-se também um aguerrido defensor da causa libertária, defendendo com afinco o fim da escravidão no Brasil, tanto quanto outros inúmeros concidadãos.



Aspecto da Rua Meridional em 1865, onde se estabeleceram as primeiras casas de comércio de Santos, e onde o jovem Xavier da Silveira iniciou sua trajetória. Foto de Militão Augusto de Azevedo.

Um dia, porém, ainda vivendo sob o aroma leve da flor da idade, aos 34 anos, Xavier da Silveira foi acometido pela temível varíola, doença cruel que dizimava a cidade santista na segunda metade do Século 19, junto a tantas outras pestes epidêmicas. Lutou bravamente pela vida, mas acabou sobrepujado pela praga inclemente e acabou vindo a falecer no dia 3 de agosto de 1874. A notícia de seu desaparecimento provocou um choque na cidade, principalmente entre suas dezenas de amigos. Santos viveu um luto que há muito não se via.

Largo do Carmo e a Cadeia Velha, em 1865. Prédio foi demolido poucos anos depois. A edificação logo atrás foi utilizada pela Sociedade Humanitária em 1880. Foto de Militão Augusto de Azevedo.



# A Fundação

## O Clube Literário Xavier da Silveira e o Jornal “O Caixeiro”

Cinco anos depois, no mês de março de 1879, alguns jovens santistas uniram-se para a criação de um Clube Literário, em deferência a Xavier da Silveira. Tal associação passou a promover palestras literárias e solenidades memorativas pela cidade. Em uma das festas realizadas, por exemplo, no Teatro Rink (que ficava na atual Rua São Francisco, em terreno hoje ocupado pela Sabesp), no dia 2 de setembro daquele ano, aniversário da Lei do Ventre Livre, o grêmio promoveu a entrega de nove cartas de alforria (liberdade), assinalando a mais perfeita confraternidade de ideias que ligava o clube de cultura à memória de Joaquim Xavier da Silveira.

Em 7 de setembro, quinquagésimo sétimo aniversário da Independência do Brasil, os jovens editaram um jornal, “O Caixeiro”, com a missão de romper as amarras que desunia a classe dos empregados do comércio, ou a classe caixeiral, que “assistia, fria e impassível, todos os desenvolvimentos da cidade, sem deixar de caminhar na retaguarda de tudo e de todos”. A ideia base do movimento era sacudir os ânimos dos trabalhadores do comércio e atrair a atenção da sociedade para a necessidade de prover-lhes melhores condições de vida, “porque chegamos a uma época em que os patrões admitem um caixeiro, para dizer adeus ao mundo e fazer voto de castidade, para se condenar ao ominoso sacrifício de servir quase perpetuamente em diferentes casas e sempre no mesmo estado” (Jornal O Caixeiro, 7/9/1879). Os editores salientavam ainda que não era intensão deles “apresentar os caixeiros como mártires, nem os patrões como algozes”, mas instruí-los a não se exporem “muitas vezes a insultos e humilhações, sofrendo desgostos, amargas decepções e um estado de triste sujeição”.

Foi “O Caixeiro” quem levantou a inspiração de Xavier da Silveira para a edificação de uma associação humanitária cujos alicerces sustentassem os elementos necessários para sanar as dificuldades dos empregados do comércio santista. “Joaquim Xavier da Silveira, trabalhador de uma Casa de Comissões de Café, foi uma gota d’água que se desprende das nuvens para iniciar um regato que, depois, se tornara o Rei das Águas, o soberbo Amazonas. Um tímido caixeiro em cuja fronte radiante brilhava a aureola do talento que, ainda depois de morto, enobreceu o seu nome”

Em outubro, Augusto Vieira, empregado no comércio santista e membro fundador do clube, ponderando sobre a condição de vida de seus companheiros caixeiros, como fora no passado o próprio homenageado da agremiação cultural (Xavier da Silveira), apresentou a ideia de fundar uma Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, e foi muito aplaudido. Afinal, nada mais justo que se unirem na tarefa de auxiliar a classe que, no passado, ainda que desprovida de condições financeiras plenas, cotizou-se para auxiliar o menino poeta Joaquim, para que pudesse se tornar o homem que tanto orgulho deu à cidade santista.

A maior parcela dos caixeiros não tinha absolutamente nenhum acesso à saúde, à instrução, à cultura ou ao lazer. Porém, tal situação haveria de mudar com a criação do que é considerada até hoje a primeira entidade “mutualista” do Brasil.

O jornal Diário de Santos, em sua edição de 14 de outubro de 1879, referindo-se à instalação da Sociedade Humanitária publicou: “Anteontem (12 de outubro), reunidos no salão da Escola do Povo



Augusto Vieira  
Fundador da Sociedade Humanitária  
(Presidente da Diretoria Provisória,  
de 12 a 31 de outubro de 1879)

(que existiu no antigo Largo da Coroação - hoje Praça Mauá), com concessão do Sr. Augusto Vieira, empregado do comércio desta praça, e de grande número de seus colegas, foi instalada uma sociedade com o título da Associação Humanitária dos Empregados do Comércio, com o fim de socorrer aqueles de seus colegas que, por enfermidade, falta de emprego, etc., necessitarem de seu socorros”.

Diante disso, um domingo, dia 12 de outubro de 1879, ficou marcado como o início da existência da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, contando com a presença de sessenta pessoas, que elegeram sua primeira diretoria, ainda que provisória, indicando Augusto Vieira ao posto de presidente e José Bernardes de Oliveira, ao de secretário. Um mês depois, finalmente ocorreria a eleição da primeira diretoria oficial, que acabou formada por Floriano Manoel dos Santos Castro, presidente; João Nepomuceno Freire, vice-presidente; José Francisco Pinto Martins, primeiro-secretário; José Bernardes de Oliveira, segundo secretário; Antônio Domingues Martins, primeiro tesoureiro; Manuel Joaquim Borges Júnior, segundo tesoureiro; José Bento Fernandes, benficiente; Antônio Rodrigues Lopes, procurador; Fernando do Amaral Ribeiro, Francisco Antônio de Sousa Júnior, José Domingues Martins e Pedro Alcântara de Souza Aranha, conselheiros.

A criação da Sociedade Humanitária de Santos repercutiu nacionalmente. A “Revista Democrática”, que pertencia à Sociedade Democrática Classe Caixeiral da Bahia, parabenizou os santistas pela criação do jornal e da própria entidade, reforçando que a união da classe não era um projeto apenas da cidade portuária paulista, mas nacional.



Floriano Manoel dos Santos Castro  
1º presidente da Sociedade Humanitária  
(1 de novembro de 1879 a 1 de dezembro de 1880)

ASSIGNATURAS  
SANTOS  
Por 6 mezes..... 5\$000  
Por 3 mezes..... 3\$000  
Pagamento adiantado.

# O CAIXEIRO

ASSIGNATURAS  
PARA FÓRA  
Por 6 mezes..... 6\$000  
Por 3 mezes..... 4\$000  
Pagamento adiantado.

JORNAL COMMERCIAL, NOTICIOSO, LITTERARIO E RECREATIVO  
ADVOGADO DA CLASSE CAIXEIRAL

Os annuncios dos assignantes até 10  
linhas, gratis.  
Publica-se aos Domingos.

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO ANONYMA

Os annuncios dos não assignantes,  
á 100 rs. por linha.

ESCRITORIO DA REDACÇÃO—RUA DO GENERAL CAMARA N. 65.

Publica-se aos Domingos.

Tiragem 1,000 exemplares.

## O CAIXEIRO

Santos, 7 de Setembro de 1879.

Não é sem um interesse que sempre se estão dando a aparição de jornaes, livros e periodicos, que vem sujeitarem-se á apriciação ou a reprovação de todos quantos os vêem.

Por isso, escudado na esperança de alcançar o seu fim desejado, apresenta-se hoje o *Caixeiro*, orgam destinado a advogar os interesses pessoas da classe caixeiral.

O *Caixeiro* não intervirá em negocios politicos, é exclusivamente creado para estudar por meio do trabalho, relativo a enfadonha vida dos empregados, um novo systema mais contentaneo com a vida do homem.

A imprensa é a tribuna do povo e feliz a classe que tem a seu dispôr um jornal que milite por seus interesses na opinião publica, que lhe inspira a força moral e a do direito, correndo esforçadamente com seu contingente para seu bem estar, sem se affastar do terreno legal.

Nobre e gloriosa é a missão do *caixeiro*, cuja urigem é inspirada por uma corporação de empregados do commercio, promettendo á seus benignos leitores e assignantes jamais se affastar dos saos principios da moral.

## FOLHETIM

### O PÉ DA MULHER

Tomo a penna e convido o leitor para uma digressão á esse mundo vasto que se chama—*Mulher*.

O terreno que vamos explorar hoje, depois de mais de sessenta seculos de descoberto e estudado, permanece tão desconhecido como no primeiro dia.

Bem sei que a excursão é perigosa ; mas, espero que della saia a luz.

Iniciemos a exploração pela iniciativa de terrapens.

As grandes idéas se couflagram por meio da imprensa, e o caixeiro, ou interprete do commercio, intelligente e conscio d'esta verdade, não ha de arrepende-se da protecção e benevolencia que despensar a este importante orgam semanal, o qual só se publicará aos domingos, ennuuciado a sua nobre vocação.

Saudando, pois, o dia 7 de Setembro, o grande dia da patria, o *Caixeiro* prometterá attingir horisintes resplandecentes esclarecendo a conspicua classe caixeiral, suas prescripções perante a jurisdicção, sem prejudicar os interesses de seus benignos patrocinadores.

### Os caixeiros na actualidade

I

Confrange-se-nos o coração quando nas nossas mais profundas conjecturas lançamos o pensamento para essa fonte de riqueza, que se chama — O mundo commercial — que com sua formidavel actividade, com os elementos de que dispõe para sua florescência e com o progresso na sua rotação interminavel, é triste, repetimos, olhar para a leal e nobre classe de empregados do commercio tão obscura e tão abatida.

Creanças ainda, na idade em que se não pensa, em que o coração estremece com a vivacidade juvenil, e quando a esplendida primavera com seus suaves perfumes nos faz sentir de envolta com

de lindos cabellos ; embasbacado diante de uns labios carmineos ; ou acoorado nas covinhas de uma nivea face, á especiar um signalzinho preto ; não, ahí ninguem me achará. Vão vêr debaixo de algum pé mimoso, que eu ahí estarei com toda a certeza, certeza mathematica, que não falha.

Pessoas que se presumem de authorisadas pretendem, que o pensamento da mulher revela-se pelas mãos ou pelos olhos. Aquelles que assim opinam ou não dizem o que sentem, ou não estudaram bem a questão. Eu não contesto esta proposição *in limine* : concordo que ha pessoas que se fazem entender

suas flôres o primeiro beijo da adolescencia, são obrigados a abandonar campos, familia e amigos para entrarem no exilio d'aquella vida com o coração a transbordar de incertezas e saudades.

Principiam por lhe tumultarem no cerebro as reflexões confusas, os conselhos paternaes, as apprehensões dos amigos e, com a sua legitima impaciencia, n'aquelle mar de idéas, repellem voluntariamente esse resto de pezadello atroz, e, então, tentam esquecer o passado, lançam uma vista de olhos pela situação, e eil-os, entrados na vida real.

Estes ultimos quarenta annos a sciencia e o progresso têm introduzido melhoramentos no mundo que tem influido sensivelmente em beneficio da humanidade em todas as classes sociaes, como para affirmar o dito do grande Pelletan — *Le monde marche* ; tudo se tem elevando : as artes, os officios e os seus representantes, collocados por categorias, gozam de reputação.

O *Caixeiro* pelo universo e, segundo o seu lema, em entrado em todos os pontos do mundo, tem liberdade.

A classe caixeiral, triste, fria e impassiva, sem brilho e sem vimentos, sen de um lado na retaguarda de todos os progressos.

Qual a razão da sua situação? A culpa não é dos empregados, que os patrões, que os patrões, que os patrões, para dizer adeus á classe caixeiral, atraindo a atenção da sociedade para a necessidade de prover-lhes de melhores condições de vida.

mysterio, é o que os patrões exteriorisar os seus interesses de uma grande classe.

Ah ! estou farto de ver a classe caixeiral não continuar a fazer voto á força de cogitação, e receio que os meos olhos as estribelras !

Quem é que transitando por um lugar em dia de concurrencia publica, não fica extatico e suspenso ao contemplar uma multidão de pés femininos, que apenas assomam a cabeça por entre ondas compactas de fôfos, rendas e babados, dextramente sollevados por mãos encantadoras ?

# O Primeiro Estatuto

**L**ogo após a criação da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, as diretorias se debruçaram na confecção do primeiro estatuto da entidade. Eles foram aprovados na Assembleia Geral de 25 de outubro de 1880, com a seguinte redação:

## Título 1º

### Da organização e fins da Sociedade e dos sócios.

Art. 1º - A Sociedade Humanitária dos Empregados do Comercio instalada nesta Cidade de Santos aos nove de outubro de mil oitocentos setenta e nove, tem por fim auxiliar e proteger a seus associados nos casos graves, uma vez reconhecida a justiça da proteção.

Art. 2º - Farão parte desta Sociedade dos Empregados do Comercio, sem distinção de nacionalidade e que tenham a precisa moralidade em seus costumes e sejam maiores de 15 anos.

Art. 3º - Para admissão de sócios a proposta ou proponentes, oficiará a Diretoria que decidirá em sua seguinte reunião por escrutínio secreto, sendo válida a votação da maioria. As propostas deverão conter as declarações de cidades estado, naturalidade a classe e lugar do estabelecimento em que se acha empregado.

Art. 4º - Os sócios pagarão a joia de seis mil réis, na ocasião de sua entrada e mensalmente a quantia de um mil réis.

Art. 5º - Os sócios são obrigados:

§1º Aceitar os cargos para que forem eleitos e quaisquer comissões que o Presidente designar.

§2º A comparecer as reuniões gerais, sendo-lhes permitido fazer observações sobre a ata.

§3º A influir direta ou indiretamente para a prosperidade da Sociedade, protegendo-se reciprocamente.

§4º A officiar ao Presidente quando tiverem de ausentar-se temporariamente d'esta Cidade, avisando-o d'essa resolução, a fim de ficarem isentos das mensalidades, durante a ausência, devendo quando regressarem comunicar imediatamente, ficando obrigados, ainda quando o não façam as mensalidades desde a data da sua chegada

Art. 6º - Não serão considerados sócios:

§1º Os que deixarem de pagar suas mensalidades no espaço de três meses, salvo o disposto no §4 do Artigo 5º.

§2º Os que oficiarem a Diretoria pedindo sua eliminação

§3º Os que lesarem a sociedade, promoverem sua ruína, quer externa quer internamente, e os que pelo péssimo comportamento, forem indignos de pertencer a ela.

Art. 7º

§1º Os sócios que se desligarem ou forem desligados da Sociedade pela Diretoria, pelos motivos dos §1 e 2 do Artigo 6º, poderão ser readmitidos pagando uma nova joia e as suas mensalidades atrasadas, caso a Diretoria vote pela sua readmissão.

§2º Somente a Assembleia Geral da Sociedade usará das atribuições do §3 do Artigo 6º, precedendo uma exposição feita pelo Presidente e que será discutida, depois do que a Assembleia votará e os sócios que forem desligados pelos motivos do §3 do Artigo 6º. não mais poderão ser readmitidos ao grêmio social.

## Título 2º

### Da administração

Art. 8º - Adireção da Sociedade, será composta de: 1 Presidente, 1 Vice, 1º e 2º Secretários, 1 Tesoureiro, 1 Beneficente e 4 Conselheiros, que serão eleitos semestralmente em Assembleia Geral.

§Único - Só poderão ser votados para os cargos administrativos os sócios maiores de 21 anos.

Art. 9º - Ao Presidente compete:

§1º Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos.

§2º Por em discussão o assumpto das reuniões sem poder entrar nela, salvo passando a Presidência ao Vice-Presidente e pedindo-lhe a palavra para então discutir da bancada dos sócios, onde deverá conservar-se até final decisão.

§3º Votar somente nos casos de empate com o voto de qualidade - não se compreendendo o voto de direito como sócio nas eleições da Sociedade.

§4º Assinar officios, atas, diplomas, papeis da Sociedade e rubrica de livros

§5º Representar a Sociedade em todos os atos e deliberações

§6º Chamar a ordem o socio que dela se afastar na reunião.

§7º Representar a Sociedade judicialmente promovendo

execução, se para isso for autorizado pela Diretoria, podendo substabelecer a procuração em um ou mais procuradores, se julgar conveniente aos direitos e interesses da Sociedade.

§8º Mandar convocar a reunião ordinária e as extraordinárias, julgando necessárias ou quando forem requeridas por 10 sócios que deverão estar presentes.

§9º Nomear os sócios para qualquer ato ou comissão logo que julgar necessário.

§10º Mandar afixar na sala da Sociedade o balancete do semestre findo, que o Tesoureiro apresentar e incluir no seu relatório.

§11º Nomear uma comissão para exame das contas apresentadas pelo Tesoureiro e do estado do cofre da sociedade, no fim de cada exercício, devendo a comissão apresentar um relatório na sessão de posse da nova diretoria.

§12º Apresentar relatório circunstanciado das ocorrências, que se derem durante sua administração e por ocasião da posse da nova Diretoria.

Art. 10º - Ao Vice-Presidente compete:

§1º As obrigações do artigo antecedente uma vez com a Presidência da Sociedade.

§2º Substituir o Presidente, quando este venha a falecer, devendo convocar reunião geral extraordinária para eleição d'esse cargo, 30 dias contados da data do falecimento.

Art. 11º - Ao 1º Secretario compete:

§1º Substituir ao Vice-Presidente em seus impedimentos

§2º Lavrar uma ata sumária das sessões e lê-la na sessão seguinte.

§3º Conservar registrados os nomes apelidos, profissão dos sócios, data de sua admissão ou nomes dos que os apresentarão.

§4º Tomar apontamentos das mudanças que sobrevierem aos consócios.

Art. 12º - Ao 2º Secretario compete:

§1º Substituir o primeiro secretario em seus impedimentos

§2º Lavrar as atas das reuniões das quais tomara apontamentos, auxiliando o 1º Secretário em todas as obrigações que lhes são relativas, podendo de acordo dividir os serviços da Secretaria, quando estes forem demasiados.

Art. 13º - Ao Tesoureiro compete:

§1º Arrecadar as joias, mensalidades e ofertas a Sociedade.

§2º Pagar as contas da Sociedade somente legalizadas com o Pague-se do Presidente.

§3º Dar conhecimento á Diretoria dos sócios que tiverem deixado de pagar a mensalidade ou joia, todo o fim do mês.

§4º Apresentar um balancete do estado do cofre ao Presidente, no fim de seu exercício no semestre, para que se siga o que está prevista nos §10º e 11º do Art. 9º.

§5º Fazer recolher toda a quantia superior a duzentos mil reis, a uma casa bancária da confiança da Diretoria e que mais vantagem ofereça.

Art. 14º - Ao Beneficente compete:

§1º Indagar minuciosamente a posição precária de qualquer socio e informar com presteza ao Presidente, afim d'este mandar-lhe os socorros necessários, ainda mesmo que o socio não os tenha requisitado.

§2º Visitar uma vez por semana ou mais se for possível os sócios que se acharem no hospital em suas casas, suas casas, quando nelas se estejam tratando por conta da Sociedade.

§3º Apresentar ao Presidente um mapa semestral dos sócios recolhidos ao hospital e aquele juntar ao relatório.

§4º ter um livro no qual lançara o nome do socio informado e qual a natureza do socorro.

Art. 15º - Aos Conselheiros compete:

Apresentarem-se nas reuniões e substituir na falta ou impedimento os membros da Diretoria, quando chamados pelo Presidente.

## Título 3º

### Das reuniões

Art. 16º - As reuniões da Sociedade são: Gerais ordinárias, gerais extraordinárias e ordinária da Diretoria. As disposições relativas serão reguladas por um regimento interno.

§1 As reuniões gerais ordinárias:

I Para eleição dos membros da Diretoria, que terá lugar ordinariamente de seis em seis meses e será feita por escrutínio secreto, podendo nela só votar e ser votado o sócio que estiver quite com a Sociedade, cumprindo o que dispõe o parágrafo único do art. 8º

II Para posse da nova diretoria, quinze dias de pois da eleição e da leitura do relatório do Presidente.

§2 As reuniões gerais extraordinárias ou ordinárias ficam constituídas com qualquer número de sócios presentes, logo

que for convocada duas vezes pela imprensa.

I As do §8º do Art. 9º.

II A do §2º do Art. 7º combinado com o §3º do Art. 6º

III A do §2 do Art. 10.

§3 As reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria terão lugar uma vez por mês em dia designado pelo Presidentes ficando constituídos com seis membros.

#### Título 4º Dos Socorros

Art. 17º

§1 Nos casos de moléstia, reconhecida a posição precária do associado esta Sociedade providenciara de maneira que seja dignamente tratado até completo restabelecimento e em relação aos recursos disponíveis da Sociedade.

§2 Nos casos de se pedirem socorros em dinheiro, dever-se-ão desenvolver os motivos de tais pedidos e a Diretoria votará.

Art. 18º - Não se aceitará pedido de socio algum sem uma prévia exposição de suas necessidades feita pelo Beneficente ou por outro qualquer membro da Diretoria, que tiver sido encarregado pelo Presidente de colher as informações a respeito do socio, podendo todos os membros da Diretoria fazer quaisquer observações que julgarem proveitosas antes da votação.

#### Título 5º Do Patrimônio

Art. 19º - Constitui patrimônio:

§1º Joias e mensalidades dos sócios

§2º Legados e doações que lhe forem feitos, moveis e outros quaisquer bens.

§3º O dinheiro que existir em qualquer casa bancária e em casa de necessidade a Sociedade lançará mão de quaisquer meios, até de empréstimos, nunca do que estiver depositado a render juros, podendo este tão somente servir de garantia.

§Único Com exceção das joias e mensalidades, os mais bens da Sociedade são inalienáveis.

#### Disposições Gerais

Art. 20º - O Título da "Sociedade Humanitária dos Empregados do Commercio" só poderá ser mudado em Assembleia Geral.

Art. 21º - É expressamente proibido a Sociedade fazer se representar em recepções oficiais, festividade ou outro qualquer ato fora do recinto da Sociedade.

Art. 22º - Os desvios dos dinheiros e bens sociais serão

considerados crime imperdoável, e o que por infelicidade da Sociedade e do seu socio, nele incorrer será responsabilizado perante a autoridade competente e expulso perpetuamente do grêmio social.

Art. 23º - Podem também ser sócios desta Sociedade os negociantes podendo votar e ser votados para os cargos administrativos.

Art. 24º - Os individuos estranhos à Sociedade que a beneficiarem serão considerados sócios beneméritos aos quais se passará diploma.

Art. 25º - O que não estiver previsto nos presentes estatutos será decidido pela Diretoria.

Art. 26º - Será prejudicada toda a administração contra o que estiver previsto nos presentes estatutos, que depois de aprovados pelo Governo Provincial, terão força de lei e entrarão imediatamente em pleno vigor.

Art. 27º - Os presentes estatutos poderão ser reformados, quando as circunstâncias da Sociedade o exigirem e qualquer alteração que a experiencia aconselhar, só poderá ser resolvida pelo voto da Assembleia Geral da Sociedade, especialmente convocada para esse fim, devendo essa resolução ser submetida ao Governo Provincial.

Art. 28º - A "Sociedade Humanitária dos Empregados do Commercio", durará por tempo ilimitado e se qualquer tempo a Sociedade e dissolver o que ela possuir será entregue a qualquer casa de Caridade desta Cidade que a Sociedade julgar mais necessitada e que mais benefícios fizer a humanidade.

Art. 29º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

#### Disposição transitória

Art. 30º - Fica a Diretoria autorizada a requerer e promover a aprovação dos presentes estatutos, que serão assignados por todos os sócios nessa ocasião, embora não se achassem presentes na Assembleia Geral que os aprovou.

Sala da Comissão da Reforma dos Estatutos da Sociedade Humanitária dos Empregados do Commercio em Santos, Provincia de São Paulo aos onze de outubro  
A comissão:

Alfredo Ramires Esquivel (relator)

João Guilherme Martins

Narcizo de Andrade

*Título 1º  
Da organização e fins da Sociedade e dos socios.*

*Art 1º*

*A Sociedade "Humanitaria dos Empregados do Comercio" installada nesta Cidade de Santos aos nove de Outubro de mil oitocentos setenta e nove, tem por fim auxiliar e protiger a seus associados nos casos graves, uma vez reconhecida a justiça da protecção.*

*Art 2º*

*Farão parte desta Sociedade, os Empregados do Commercio, sem distincção de nacionalidade e que tenham a preciza moralidade em seus costumes e sejam maiores de 15 annos.*

*Art 3º*

*Para admissoão de socios o proposto ou proponente, officiará a Directoria, que decidirá em sua seguinte reunião, por scrutinio secreto, sendo valida a votação da maioria. As propostas deverão conter as declaracções de idade, estado, naturalidade, a classe e lugar do estabelecimento em que se acha empregado.*

*Art 4º*

*Os socios pagarão a jaia de seis mil reis, na occasião de sua entrada e mensalmente a quantia de um mil r*

*Art 5º*

*Os socios são obrigados.  
§1º Acceitar os cargos para que forem eleitos e quaisquer*



Aspecto da região da Praça José Bonifácio na década de 1920. Atrás da catedral, pintado em ouro claro, a primeira sede da Humanitária, na Amador Bueno.

# *As casas da Humanitária*

### Um cidade em desenvolvimento

Esta era a Santos que testemunhou o surgimento da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos. A área arborizada ao centro é a atual Praça Mauá (antigo Largo do Chafariz), local onde existiu a Escola do Povo, palco da fundação da primeira instituição mutualista do Brasil.

## Onde tudo começou

Criada a SHEC, uma das tarefas primordiais passou a ser encontrar um espaço onde pudessem ser realizadas as reuniões de trabalho e assembleias. Depois de ter feito uso de uma sala na Escola do Povo, que abrigou a reunião de constituição da entidade, os seus diretores e demais membros chegaram a ocupar outros espaços da cidade santista, como os da Sociedade Musical Luso-Brasileira; uma sala comercial pertencente ao Sr. Antônio Domingues Martins e até mesmo o consistório da Santa Casa de Misericórdia, que foi utilizado mais de uma vez.

Em 1882, a Humanitária fazia uso de uma pequena sala no segundo pavimento de uma edificação comercial situada no Largo do Carmo, atrás da antiga Casa de Câmara e Cadeia. Em pouco tempo, o lugar foi considerado insuficiente para as atividades da instituição, que ali ainda instalou sua biblioteca. A saída foi manter aquele espaço para a biblioteca e alugar outro que pudesse receber as reuniões da diretoria e as atividades da secretaria, bem como os cursos e outras necessidades. Então ficou definida a locação, por um ano, de duas salas de uma casa que pertencia ao Sr. Manoel Dias dos Santos, situada na Rua 28 de Setembro, nº 1 (também conhecida como Rua Setentrional).

Dois anos depois, a SHEC resolveu formar uma comissão para tentar encontrar terrenos para a construção da tão desejada primeira sede própria, por sugestão do associado Narcizo de Andrade.

Em janeiro de 1887, o presidente Francisco Portuense Machado Reis anunciava, então, uma solução ainda paliativa sobre a questão: “tendo a Câmara municipal adquirido e resolvido demolir em breve tempo a casa em que funcionava a sociedade, foi urgente à diretoria procurar outra que reunisse as comodidades necessárias e a modicidade do aluguel. Felizmente não teve a diretoria muito trabalho para conseguir, depois de três casas que pretendeu, pôde sem grande esforço obter aquela em que nos achamos, à rua General Câmara nº 77, na qual dispõe, embora em pequenas proporções, de salas para seções e leituras, biblioteca, secretaria e outras dependências, pelo módico aluguel de 50\$000 mensais”.

A Humanitária estava, enfim, de casa nova, mas ainda não sua em definitivo. Este périplo da busca pela sede própria ainda estava longe de ser resolvido.

## *A luta pela Sede própria*

A primeira vez que se discutiu a necessidade da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio erguer uma sede própria ocorreu em 17 de novembro de 1884, quando o associado Narcizo de Andrade sugeriu, durante Assembleia, que fosse criada uma comissão interna com a missão de identificar um terreno para a construção de uma edificação que atendesse os interesses da entidade. Contudo, a SHEC ainda permanecia, em parte (a biblioteca), no segundo pavimento do casarão onde funcionou o Armarinho J. Corvello (no Largo do Carmo). Esta edificação seria uma das tantas demolidas a mando da Câmara Municipal entre 1881 e 1887. Outra parte ficava num espaço alugado na Rua General Câmara, 77. Em 1887, a Humanitária conseguiu encontrar um imóvel maior na Rua Santo Antônio, 55 (atual Rua do Comércio), onde, segundo registrado em ata: “por sua localidade, preenche perfeitamente os fins que desejamos, e donde, certamente, não temos necessidade de nos retirar senão para edifício nosso”.

### **ENFIM, ACONTECEU**

Em 20 de fevereiro de 1888, o então presidente da SHEC, Ernesto Gomes, autorizou a tesouraria a dispender dos recursos aplicados em letras de câmbio no Banco Mercantil de Santos e outros a serem recebidos, para a aquisição de um terreno na Rua Amador Bueno, 256. Seis meses depois, a diretoria elaborou um projeto para a captação do complemento financeiro necessário para a construção do prédio, por meio de venda de apólices resgatáveis por sorteio (quinhão). Para conseguir o capital restante, a SHEC emitiu 500 quinhões no valor de 25\$000 (Vinte e Cinco Mil Réis) cada, sendo que o adquirente precisava dispender 40% no ato de aquisição (10\$000) e pagar o restante em cinco prestações mensais de 3\$000. A arrecadação ao total fora de 12.500\$000 (Doze contos e quinhentos mil réis - o equivalente a R\$ 1,100 milhão em 2022).

Sacramentada a compra do terreno e já tendo vendido boa parte dos quinhões aos associados, a diretoria consultou alguns escritórios de engenharia da cidade, em busca da melhor proposta em termos de aproveitamento do espaço, beleza e praticidade. A SHEC abriu um edital para contratar a obra, sendo que participaram do certame as empresas “José Filtz e Irmão”, “Carlos Freire”, “Leonardo Antônio de Castro” e “Francisco Gardini”.

Carlos Freire foi o primeiro a apresentar um projeto, assinado em 12 de setembro de 1888. Na descrição técnica, ele assinalou: “Segundo as exigências estabelecidas, o edifício será um sobrado na frente. A edificação ocupada terá 9 metros de frente por 14,40 metros de fundo, tendo um pequeno puxado de 3 x 5 metros, destinado aos empregados, a latrina e o mictório.” Mais à frente, o engenheiro fala dos detalhes construtivos: “A planta baixa e alta mostram os cômodos do edifício, do modo como foram previstos pelo Sr. Ramos. Como a colocação das aulas abaixo do térreo obrigava a dar ao edifício uma forma sem elegância, tomei a deliberação de projetar como está não aumentando por isso o preço da construção e garantindo assim a estética dos edifícios. Os relevos da frente do edifício devem ser feitos em cimento. As portas internas devem ser com almofada, bandeiras sem inteiriças. Os forros e soalhos dos cômodos principais devem ser entabeados. A madeira para os forros deve ser de pinho sueco e para o assoalho canela com peroba. As portas de pinho sueco, sendo de pinho de Riga a da entrada. Os Ferros devem ser de primeira qualidade. O cano de águas pluviais deve ser de cobre nº 18. O madeiramento de todo o edifício, assim como o vigamento dos assoalhos devem ser de pinho de Riga. Todos os cômodos devem ser empapelados, menos o corredor da entrada que será pintado a óleo. A entrada será de mosaico e a escada de cimento com mármore. A frente da casa, assim como suas janelas e grades, serão pintadas a óleo. O prazo de construção

SOCIEDADE HUMANITARIA

DOS

Empregados no Commercio de Santos



LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA

EM

1.º DE JUNHO DE 1890

*Inauguração em 7 de Setembro de 1891*

da obra deve ser de 6 meses. Carlos A. Freire, Santos, 12 de setembro de 1888.”

Em 4 de fevereiro de 1889, foi a vez do arquiteto construtor Francisco Gardini apresentar o seu projeto à Humanitária, ao preço de R\$ 23:000\$000 (Vinte e três contos de réis, o equivalente a R\$ 1,9 milhão em 2022), tendo como fiador o sr. Valentim João Pereira. Porém, a proposta não havia levado em consideração alguns apontamentos e o a segunda apresentação, enviada em 30 de março, elevava o preço a R\$ 32:200\$000 (Trinta e dois contos e duzentos mil réis, o equivalente a R\$ 2,7 milhões em 2022).

Em 22 de abril, o engenheiro Leonardo Antônio de Castro, apresentou a terceira proposta, a mais cara entre todas, R\$ 35.000\$000 (Trinta e Cinco contos de Réis - o equivalente a R\$ 2,9 milhões em 2022)

A Humanitária celebrou, entretanto, acabou fechando mesmo o contrato com a empresa José Filtz e Irmão, conforme planta previamente elaborada e aprovada pela diretoria. O documento foi afiançado por Antônio Paes da Costa. Nas cláusulas, algumas observações, como sobre a limpeza do terreno, que se daria em profundidade até um palmo abaixo da areia limpa; e a técnica construtiva, com uso de pedra e cal virgem, areia de cachoeira e saibro branco de pedreira (nas paredes externas) e tijolos nas paredes internas. O pavimento do átrio da entrada principal seria feito de mármore de três cores e de três dimensões diferentes. As escadas externas e internas também seriam feitas em mármore. Os ornamentos da fachada foram “escrupulosamente” executados seguindo o desenho. A armação do telhado foi toda feita em pinho de riga, já os caibros, de peroba, bem como os vigamentos dos assoalhos. Todo o piso, sem exceção, foi feito com taboa estreita, de oito a doze centímetros, com peroba, guatambu e canela preta. A porta principal foi feita com cedro e as demais em pinho de riga ou peroba. As ferragens e vidros foram escolhidos entre as melhores do mercado. Todo o sistema de calhas foi feito em cobre, e os encanamentos de água em ferro galvanizado. O valor total do contrato foi de R\$ 32:000\$000 (Trinta e dois contos de réis, o equivalente a R\$ 2,6 milhões em 2022)

A construção do prédio, em razão do fluxo

de entrada lento de recursos, só foi concluída em 1891, sendo ele inaugurado solenemente no dia 7 de setembro, com a presença de inúmeros convidados ilustres, como o presidente da Intendência Municipal, autoridades policiais, cônsules do Império Reino da Alemanha e Prússia, da República Oriental do Uruguai, o vice cônsul da França, representantes das Sociedades “Liedertafel”, Club dos Atiradores, Club XV, S. de Bienfaisance Française, Club Germânia, Club Nacional de Regatas, União Operária, Loja Capitular Fraternidade, Grêmio do Comercio de S. Paulo, e Sociedade Musical “Quinze de Abril”.

O presidente da Humanitária, Adolpho Ferdinand von Sydow, abriu a cerimônia com um breve discurso e, em seguida, hasteou a bandeira da entidade ao som da banda de música da Sociedade “Quinze de Abril”. Em seguida, fizeram uso da palavra os senhores Isidoro Ribeiro de Campos, em nome da Mocidade Santista Acadêmica e das Sociedade “Quinze de Abril”, “Grêmio Dramático Arthur Azevedo”, “Sociedade Musical Luso-brasileira” e “Club Nacional de Regatas”; Benedicto Ramos, pela “União Operária de Santos”, J. E Hanssen pela “Liedertafel”; Montinho, pela Loja “Fraternidade”; João G. Moreira, pelo “Club dos Atiradores”; Juvenal Pacheco, pelo “Clube XV” e Jorge de Sá Rocha pelo “Grêmio do Comercio de S. Paulo”. O reverendíssimo Cônego Luiz Alves da Silva proferiu um discurso exaltando a luta dos sócios para o engrandecimento da associação e exortando-os ao cumprimento dos deveres de bons cidadãos e bons associados.

#### CURIOSIDADES DA PRIMEIRA SEDE

Em 9 de julho de 1897, a diretoria resolveu batizar as salas de leitura da Biblioteca da Humanitária de “José Bonifácio” e “Bartolomeu de Gusmão”.

#### CONFERÊNCIAS

O velho prédio costumava abrigar conferências em seu salão nobre. Uma das mais concorridas aconteceu em 9 de outubro de 1897, tendo o senador Cesário Bastos como conferencista.

#### Diretoria de 1902

Fotografia mais antiga de uma diretoria. Em pé: Benedicto Pinheiro, Nicanor Leite do Amaral, A. S. Azevedo Júnior, Antonio Moreira de Araújo, Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho e Sergio Cesário da Costa Fontes. Sentados: Arthur Vergueiro da Costa Machado, Maximiliano de Queiroz, Francisco Máximo de Oliveira (presidente), Luis Ayres da Gama Bastos e Antonio Bento de Amorim.



## Procurando por uma nova sede social

Depois que passou a ter uma suntuosa sede própria, na Rua Amador Bueno, a Sociedade Humanitária viu seu número de associados crescer quase 40% em apenas seis anos, saltando de 880 membros em 1891, para 1.268 em 1897. Tal fato fez com que a casa se tornasse pequena para a quantidade de pessoas que passaram a frequentar seus salões, cursos, palestras e eventos sociais. Assim, a partir de 1898, com menos de uma década de uso, iniciou-se uma discussão interna para vendê-la e construir em outro terreno uma sede social ainda maior. Na Assembleia Geral de 14 de junho, foi autorizado dar início às tratativas para a venda do edifício. “Devido ao extraordinário desenvolvimento que tem tido a nossa sociedade, já é um tanto acanhado para corresponder aos seus fins”. Assim, foi montada uma comissão para identificar um novo espaço. Contudo, a ideia não vingou, uma vez que, no ano seguinte, os relatórios financeiros apontavam uma situação desfavorável para tamanha “aventura”. O número de sócios, por exemplo, caíra para 1.057 membros. O então presidente da SHEC, João Belarmino de Lima, disse: “Acho mesmo que nas circunstâncias atuais, é melhor não tratar da construção de um prédio novo”.

Em 10 de outubro de 1911, porém, a diretoria ressuscitou o assunto, colocando à mesa a possibilidade de aquisição de um terreno na Rua do Rosário (atual João Pessoa) que parecia atender às expectativas da instituição. O presidente desta gestão, Arthur Thomaz Coelho, tentou negociar com o proprietário, mas este pediu um preço acima do esperado. No ano seguinte, pretendendo levantar fundos de caixa para a empreitada, a diretoria apresentou uma proposta de subscrição com cupons de 200\$000 (Duzentos mil réis - equivalente a R\$ 10.000,00 em 2022), com meta de obter 150:000\$000 (Cento e cinquenta contos de réis - equivalente a R\$ 7,5 milhões em 2022). Mas a ideia não vingou entre os associados. Um dos membros da

SHEC, Abel de Castro, apresentou uma alternativa, a de solicitar crédito na praça, buscando juros que pudessem ser pagos com os valores arrecadados entre os associados.

Um imóvel que pareceu perfeito para as aspirações da SHEC, pertencente ao presidente do Clube XV, Antônio Carlos da Silva, quase foi arrematado. O lugar abrigava a sede daquela agremiação e se encontrava em perfeitas condições para ser adaptado e servir como sede da Humanitária, necessitando de poucas intervenções. O negócio, enfim, foi fechado, mas logo desfeito, por motivos que causaram muita confusão interna. Arthur Thomaz diria em seu relatório de 1912: *“O negócio foi burlado por quem devia ter a obrigação de auxiliar e prestigiar a diretoria. Ainda sinto movimentos de revolta, mas acho conveniente silenciar sobre o assunto porque o relatório de uma sociedade corre o mundo e me parece de péssimo efeito que estranhos possam entrar nas minudências de um fato íntimo da sociedade, em que há, a meu ver, uma posição desairosa. Não farei declinação de nome. Os estranhos não precisam saber. Os sócios têm o livro das atas da assembleia à disposição se desejarem saber com quem lidam”*. Depois de relatar sua insatisfação com a “sabotagem” que alegou ter acontecido, o presidente, mais uma vez, suspendeu a compra do terreno.

Dois anos depois, na gestão de Guilherme Santos, a SHEC comprou um terreno na esquina das ruas Rangel Pestana e Comendador Martins pela quantia de 15:000\$000 (Quinze contos de réis - equivalente a R\$ 750 mil em 2022), onde construiria casas para locação, uma forma de auferir recursos para a sociedade.

Ao lado: Por pouco a SHEC não adquire o imóvel que pertenceu ao Clube XV. O fracasso nas negociações gerou grande confusão interna.



## A ideia da nova sede se solidifica

Em 1922, ano do Centenário da Independência do Brasil, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos compraria finalmente o imóvel do cidadão Joaquim Militão de Moraes que, mais tarde, seria utilizado para a construção da atual sede da instituição, na Rua Braz Cubas, 112, esquina com a Praça José Bonifácio. O então presidente, João Guilherme Cruz, pagou a quantia de R\$ 100:000\$000 (Cem contos de réis - equivalente a R\$ 2,5 milhões em 2022), sendo R\$ 55:000\$000 à vista e 45:000\$000 a prazo de três anos, com juros de 6% ao ano. No local já havia um prédio erguido, e que seria demolido anos mais tarde. Por cinco anos, a SHEC manteve essa edificação alugada, utilizando os recursos para amortizar a dívida com o antigo dono. Até que em 22 de setembro de 1928, na gestão de José Abelardo Monteiro de Barros, a diretoria decidiu mandar publicar edital para a construção da nova e definitiva sede.

A SHEC ficou algum tempo sem sede própria, uma vez que vendera, em 1925, o prédio da Amador Bueno para a Cúria do Bispado de Santos. Enquanto a obra da nova edificação era planejada, a instituição ficou ocupando um sobradão na Rua XV de Novembro, 199, que era ligado a outro prédio, pelos fundos, situado na Rua Tuiuti.

– 9 –

### Novo prédio social

Temos a satisfação de comunicar aos prezados consócios que da compra que fizemos do prédio da Rua Braz Cubas n.º 112, apenas devemos a importância de Rs. 30:000\$000 e respectivos juros ao Sr. Joaquim Militão de Moraes, quantia esta que deve ser paga em duas prestações, uma em 23 de Abril do corrente anno e outra na mesma data do anno vindouro.

Em 29 de Junho findo pagamos á Sociedade Amiga dos Pobres (Albergues Nocturnos) o restante da nossa dívida inclusive juros na importância total de Rs. 16:700\$000 pelo que recebemos a respectiva escriptura de quitação da dívida e garantia hypothecaria dos prédios da Rua Commendador Martins numeros 39 a 41.

Esta escriptura foi lavrada no cartorio do conceituado Tabbellão Sr. Atto Macuco Borges que mais uma vez dispensou a nossa Sociedade do pagamento devido, o que agradecemos em tempo por meio de officio.



#### Diretoria de 1922

O presidente João Guilherme Cruz (sentado ao centro) e seus diretores: Edistio de Camargo Santos (vice-presidente), Indalécio Alves (1º secretário), Cícero F. Pontes (2º secretário), A. Brandão Junior (1º Tesoureiro), Damiano Brandi Finamore (2º Tesoureiro), Antonio Bento de Amorim (Diretor Beneficente), Graciliano de Oliveira Fernandes (Diretor Bibliotecário), Eduardo Áureo Vahia de Abreu (Conselheiro) e Antonio Cândido Gomes da Silva (Conselheiro).

## Os projetos arquitetônicos

**N**a Assembleia Extraordinária do dia 23 de setembro de 1928, os associados souberam, oficialmente, da ideia do edital que tinha por objetivo a construção do novo edifício da SHEC. O consócio Esaú Silveira manifestou-se dizendo: “Proponho que a Assembleia conceda à diretoria plenos poderes, para estudar e aprovar a planta que mais convier aos interesses da Sociedade, contratando com a empresa construtora que mais vantagens e idoneidade a seu critério oferecer, “ad referendum” da assembleia geral especialmente convocada para este fim”.

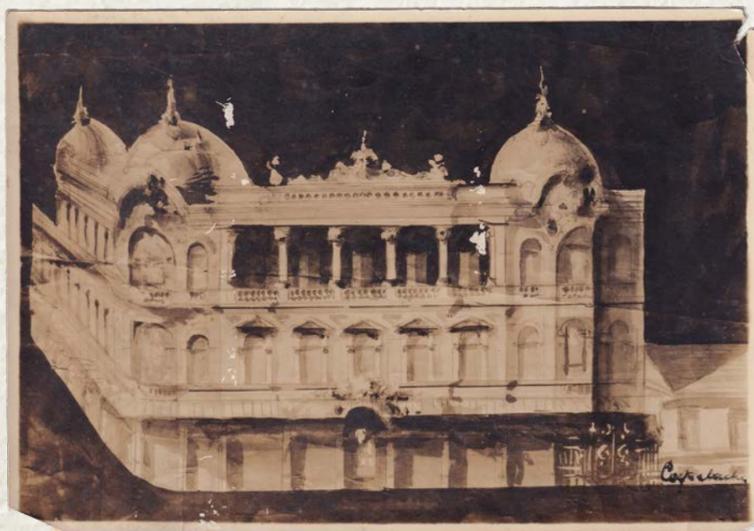
Decorrido algum tempo, empresas construtoras das mais conceituadas estabelecidas em Santos e na capital paulista solicitaram inscrições como candidatos, tendo-se lhes fornecido todos os esclarecimentos para que pudessem apresentar os seus orçamentos dentro das condições estipuladas no edital de concorrência. Compareceram, ao final, as firmas “Francisco de Paula Ramos de Azevedo”, “Eduardo Borgerth & Cia”, “Orpaco”, “V. Huet Bacellar Junior”, “Polydoro O. Bittencourt”, “Fernando Rodrigues Cia.”, “O. Ribeiro & Cia” e a famosa “Companhia Construtora de Santos”, a mesma que havia projetado o prédio da Bolsa do Café (1922) e da Associação Comercial de Santos (1923).

A SHEC, buscando fiscalizar com qualidade o projeto e a futura obra, montou uma comissão interna formada por cidadãos de grande notabilidade técnica, como o inspetor geral da Companhia Docas de Santos, o engenheiro Ismael Coelho de Souza; o engenheiro chefe da mesma companhia, Victor de Lamare”; o ex-chefe da Repartição de Saneamento de Santos, Miguel Presgrave” e o engenheiro suíço “A. C. Cattaneo”, que era um dos responsáveis pela construção do magnífico edifício Martinelli, erguido no coração de São Paulo.

Em 19 de outubro de 1928, finalmente foram abertos os seis envelopes das propostas apresentadas

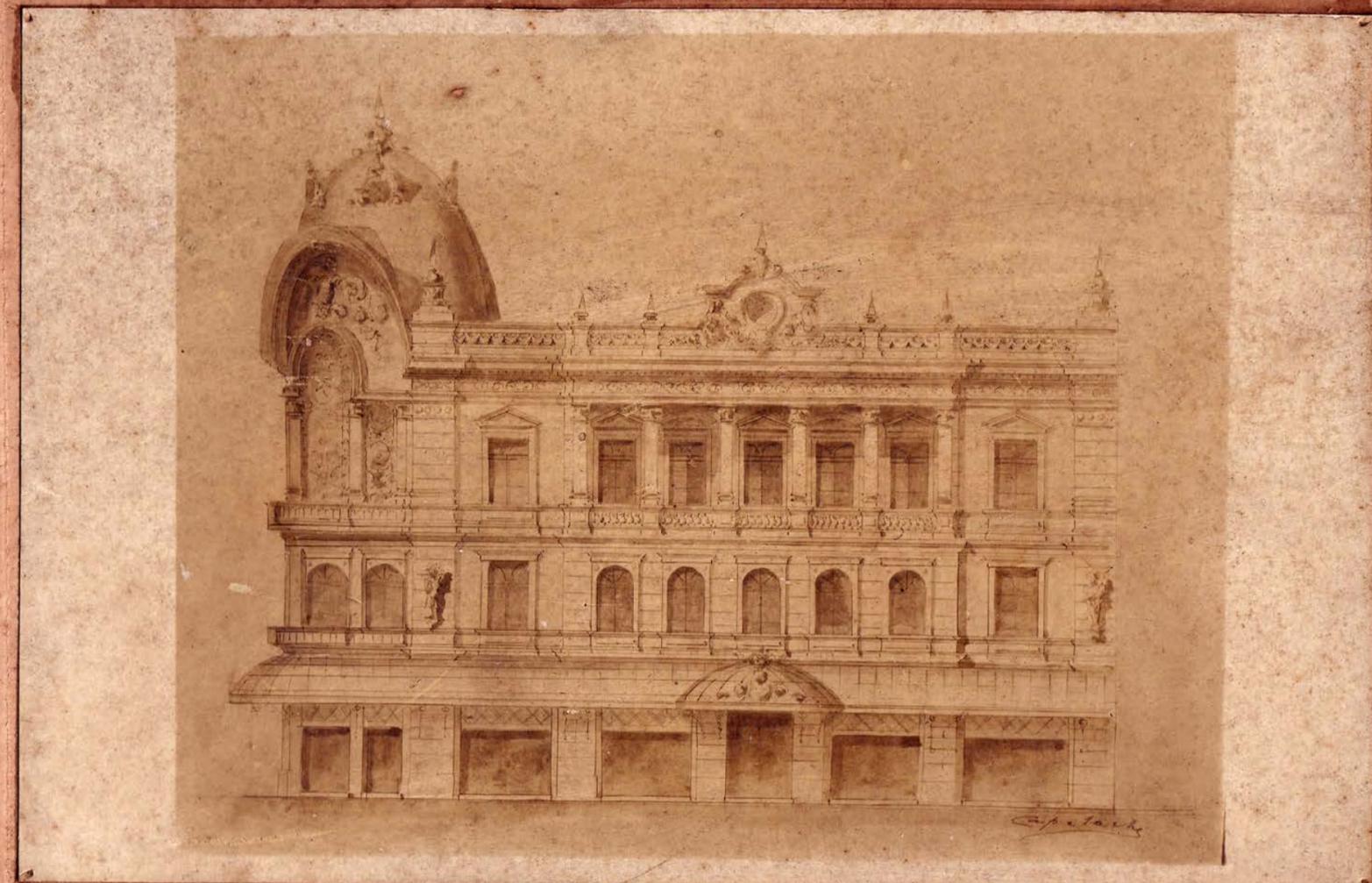
para a obra de construção da nova sede da SHEC. O edital de concorrência estipulava que o vencedor teria 18 meses para construir o prédio, a contar do dia do despacho das plantas na Prefeitura.

O vencedor do certame foi a empresa “Eduardo Borgerth & Cia”, conhecida pelo nome fantasia “Servix, Serviços de Construções” cujos escritórios ficavam na Rua D. Pedro II, 13. Eles apresentaram um preço final de R\$ 1.376:178\$600 (Mil, trezentos e setenta e seis contos, cento e setenta e oito mil e seiscentos réis - o equivalente a R\$ 34,5 milhões em 2022).



### Diversas propostas

O edital da SHEC chamou a atenção de diversos construtores e arquitetos, que encaminharam propostas e desenhos de todas as formas, como a acima, uma maquete de gesso a partir do desenho do engenheiro Alfredo Capelache (página ao lado).

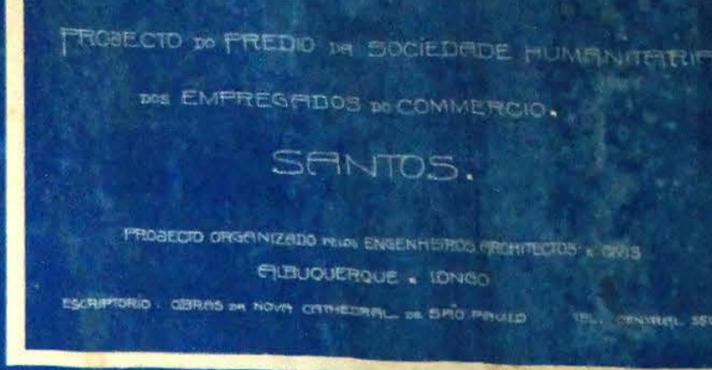
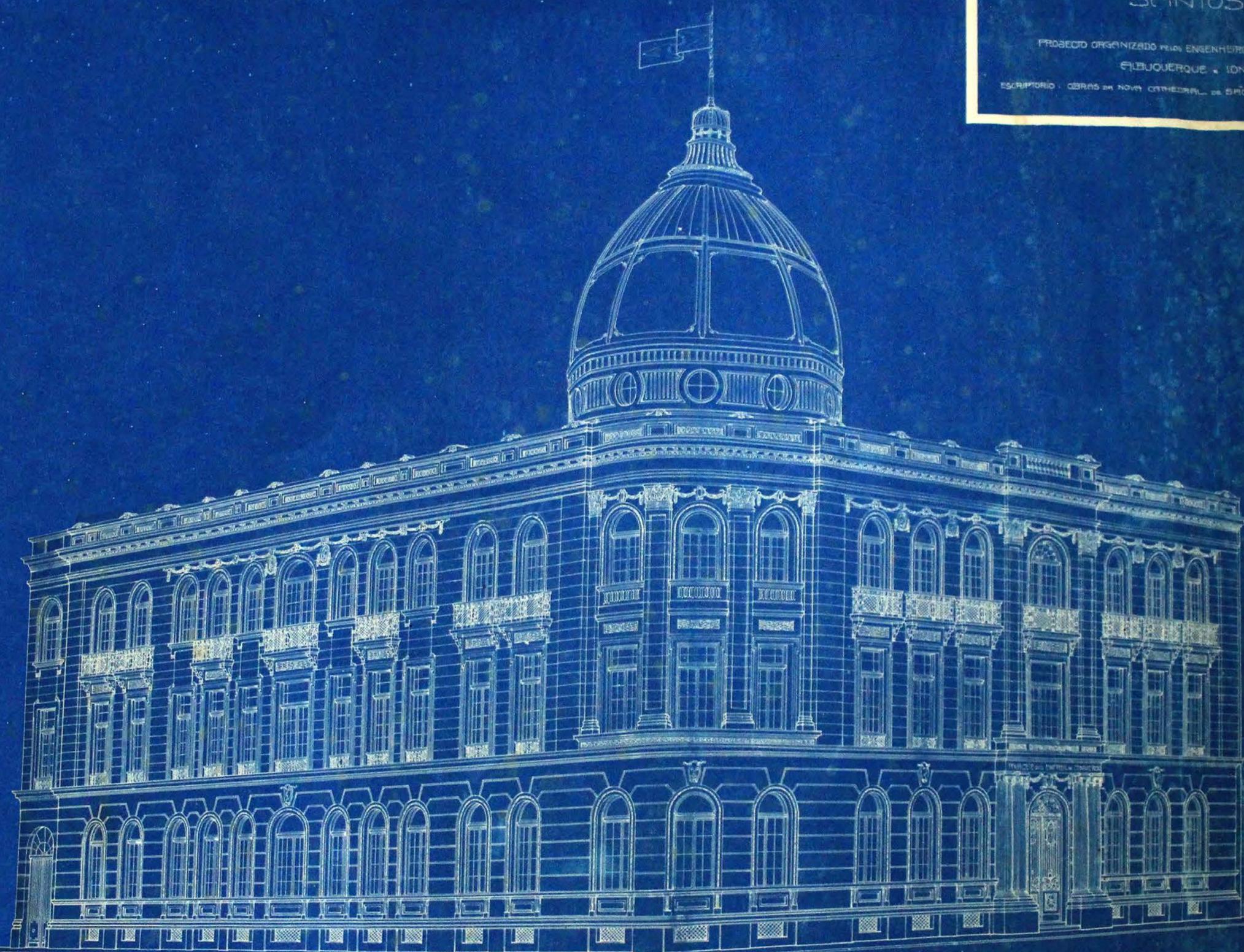


# Propostas Suntuosas

As oito propostas enviadas ao comitê avaliador da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio primaram pela qualidade estética. A futura sede social tinha de ser suntuosa para chamar a atenção ao vigor de sua missão estatutária. Enquanto uns encaminharam apenas desenho e plantas baixas, outros foram além e chegaram a montar maquetes em gesso no intuito de conquistar os avaliadores. Foi uma decisão difícil do ponto de vista da qualidade visual, mas o fiel da balança ao final seria mesmo a disponibilidade de recursos. A SHEC não tinha o poder de fogo de uma Associação Comercial de Santos ou mesmo da municipalidade ou do Governo do Estado de São Paulo. “Querer não é poder”, diriam alguns diretores.

Os engenheiros Albuquerque e Longo, de São Paulo, por exemplo, vislumbraram a sede da Sociedade Humanitária com os três andares da proposta inicial, porém não consideraram o uso do pavimento térreo como áreas “alugáveis”, mas apenas para uso interno, da própria entidade. É provável que esse tenha sido o ponto determinante para a desclassificação da proposta, uma vez que a Humanitária, mais do que nunca, precisava auferir renda extra não só para custear suas atividades, mas também para resgatar as dívidas contraídas com o Montepio, em função da própria obra.

O que mais chamou a atenção no projeto dos engenheiros paulistanos foi o estilo eclético utilizado por grandes instituições públicas. A cúpula instalada na quina da edificação emprestaria um ar aristocrático à SHEC, um pouco distante dos princípios humanísticos e simples que regeram a criação da entidade.



C.I.A. CONSTRUTORA DE SANTOS  
• ARCHITECTOS •  
~ SANTOS - 21-6-1928 ~



ANTE-PROJECTO PARA A SEDE DA "ASS. HUMANITARIA DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO," ESCALA 1:200

## *A proposta da Cia. Constructora de Santos*

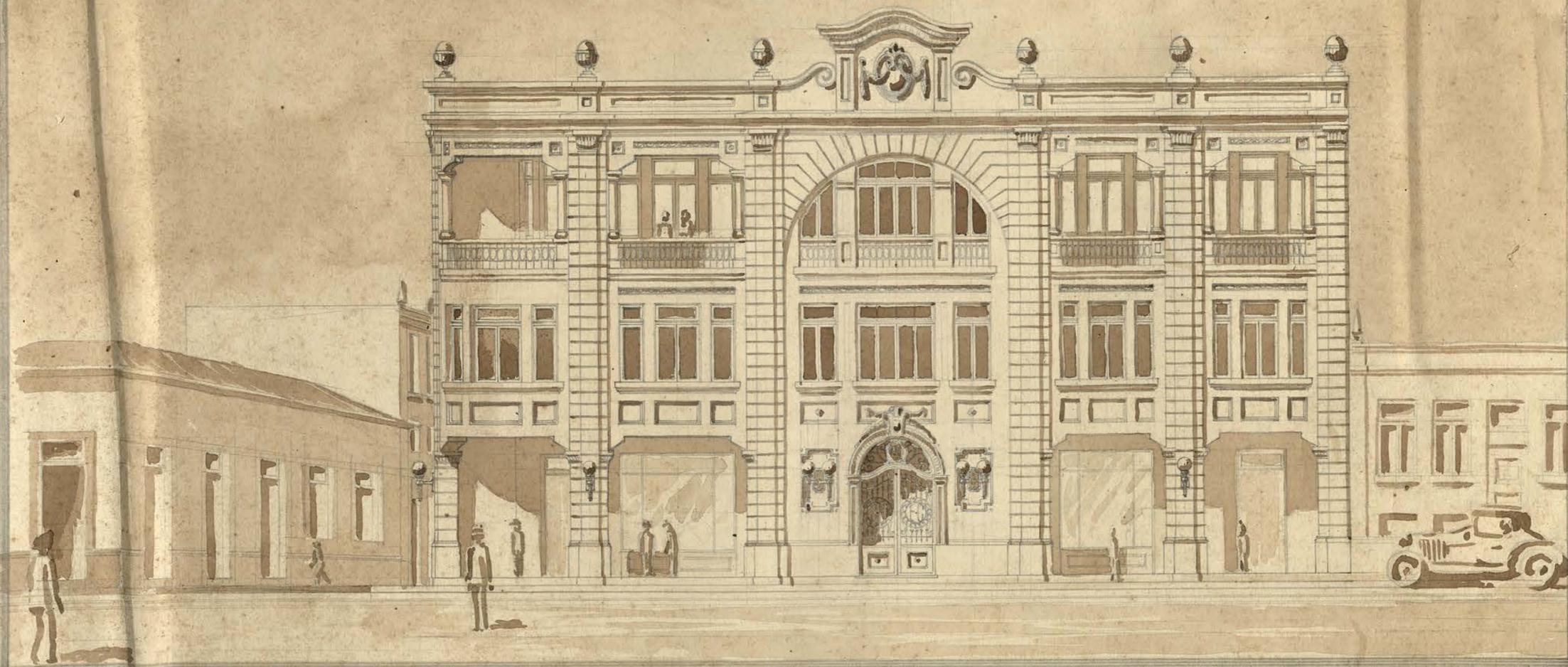
Tida à época como uma das maiores empreiteiras do Brasil, liderada pelo empresário santista Roberto Cochrane Simonsen, a "Companhia Constructora de Santos" também participou do certame para a proposta do edifício sede da SHEC. A empresa local estava em alta, tendo realizado grandes obras na década de 1920, como os prédios da Bolsa de Café (1922) e da Associação Comercial de Santos (1923). A equipe de Simonsen enviou uma proposta bastante ousada, levando em conta um pé direito no segundo pavimento com o dobro do tamanho dos demais, o que daria ao espaço um ar de grandiosidade e glamour.

## Originalmente com apenas três pavimentos

**O** edital de concorrência para a construção da edificação sede da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, originalmente, era para contemplar apenas três pavimentos. Em junho de 1929, a diretoria repensou a proposta e orçou com o próprio empreiteiro vencedor do certame as condições para subir mais um andar, o que acresceu R\$ 49.000\$000 (Quarenta e nove contos de réis) ao valor global da obra.

O desenho aqui mostrado foi o apresentado pela empresa Servix, durante o concurso para a escolha de quem iria vencer a concorrência. Mas, note-se que o prédio da SHEC acabou ficando com uma estética completamente diferente, não só pelo andar extra, mas também por suas formas arquitetônicas. Tais mudanças acabaram ocorrendo em razão do custo e da crise econômica que se instalou no país no final dos anos 1920 (Quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929).

SOCIEDADE HUMANITARIA DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO DE SANTOS - FACHADA - 1:100



SERVIX  
Serviços de Construções  
E. BONGERTE & CIA.  
Santos

Santos, 26 de Junho de 1929

Ilmo. Sr.  
DR. MIGUEL FRESERAVE  
ENR. FISCAL DAS OBRAS DA SOC. HUMANITARIA  
SANTOS

Presado Senhor,

Passamos ás mãos de V. S. outro estudo referente as quotas mensaes, de accordo com o que nos foi sollicitado pelo Sr. Monteiro de Barros, Presidente da Soc. Humanitaria.

O valor orçado para o 4º pavimento foi de..... 258:840\$000; entretanto concedemos um desconto de..... 4:840\$000, sobre esta importância, o valor da nova obra ficando em 254:000\$000 (Duzentos e cincoenta e quatro contos de réis).

Procuramos com isso conciliar interesses nossos e da Soc. Humanitaria, e esperamos tel-o alcançado, com a apresentação da nova proposta.

Agradeoendo,

Somos com toda a estima e consideração,

Amos. Attos. Otdos.

Assignado - E. Bongerth e C.

**Trabalho extra**  
Ofício da Servix informando os custos para um andar "extra". Do lado direito, o desenho original que foi remetido à comissão avaliadora da concorrência para a construção da nova sede da SHEC.

## *A obra da nova sede*

Entre outubro de 1928 e março de 1929, foram demolidas todas as casas que ocupavam os terrenos da Braz Cubas 112 a 124, incluindo a parte dos lotes que davam para a Praça José Bonifácio. Também foram feitas as escavações e fundações, com uso de pedra britada, além dos alicerces do prédio, com pedras brutas e concreto.

A edificação foi totalmente preparada para receber cabeamentos telefônicos, sendo que só no térreo, foram instalados nove pontos (um em cada loja), mais três pontos no segundo pavimento e dois no terceiro. O esquema era inovador, e tinha por objetivo “evitar a entrada de fios por meio de furos nas paredes, fios estendidos à mostra pelas janelas e pelo interior do edifício, e assegura, desde já, o fornecimento de linhas para o prédio”.

A evolução das obras era acompanhada de perto por Miguel Presgrave, o engenheiro fiscal nomeado pela diretoria. A cada dois meses, a Servix enviava relatório de medição, com o que era executado, e enviada a cobrança daquele trecho realizado. Em setembro de 1929, já com a sétima medição, as lojas do térreo (ou 1º pavimento, como constavam no croqui da obra) estavam sendo terminadas. Em dezembro do mesmo ano estavam sendo instalados os sistemas de iluminação.

Em 31 de março de 1930, já estavam quase prontos todos os serviços relativos à construção do prédio, à exceção das esquadrias das janelas, pisos, rebocos externos, sistema de luzes e vidros. O telhado já estava 100% concluído, bem como as estruturas de concreto armado, calhas e

condutores, sistemas de esgotos, caixilhos de ferro e os forros de madeira. Diante desse quadro, a Servix informou que conseguiria concluir os trabalhos seis meses antes do prazo final previsto em contrato. Eduardo Borgerth, responsável pela empresa, alegou que o adiantamento da obra se deveu ao fato de a SHEC ter pedido celeridade em relação à entrega das lojas do térreo.

Em 8 de setembro, a empreiteira comunicou o término das obras do salão nobre, e que só restaria o serviço de decoração, que ficou a cargo do professor Bigio Gerardenghi (renomado artista italiano).

Em 29 de setembro, durante a 18ª sessão ordinária, a Humanitária iniciou as tratativas para preparar um festival relativo à inauguração da nova sede, prevista para o ano seguinte, após o término das obras, previstas para fevereiro. Os orientadores do festival seriam o diretor Álvaro Augusto Lopes e o médico José Martins Fontes. A diretoria ainda mandou circular um comunicado pedindo aos associados que contribuíssem para a aquisição de mobiliário para a sociedade, criando um livro especial onde seriam anotados os donativos.

Em janeiro de 1931, os elevadores (da marca Schindler, comprados na Suíça) começaram a ser montados, bem como executadas as obras de acabamento das salas e corredores internos. E, finalmente, em março de 1931, é fornecida a “Carta de Habitação” pela Prefeitura Municipal de Santos, dando por encerrada a obra da nova sede da SHEC, que viria a ser conhecido como o “Palacete Humanitária”.

Diretoria de 1930 e convidados inspecionam as obras de construção da nova sede social, que ficou a cargo da Servix



CONSTRUIDO EM

1929-30

POR

F. BORCERTH & CIA

SERVIX

ARCHITECTOS

P. SILVA COSTA

E. SABOIA



**Quase pronto**

Foto de 1930, tirada na fase final das obras. Nota-se que a Servix ainda mantinha sua placa ao lado da entrada. Apesar de inconcluso, a Anglo Mexican Petroleum (Shell) já ocupava uma das lojas do térreo, expondo suas bombas de gasolina, com um símbolo que seria adotado mais tarde pelos nazistas da Alemanha: a suástica.

# *A inauguração do Palacete Humanitária*

**A** pesar de pronto e até estar sendo parcialmente utilizado desde fevereiro, a inauguração oficial da nova sede da SHEC aconteceu no dia de seu 52º aniversário, em 12 de outubro de 1931, uma segunda-feira. Grande número de pessoas compareceu ao evento, que começou no final do dia.

A solenidade foi iniciada às 21 horas, quando entraram no salão nobre os drs. Francisco de Salles Filho (representante do presidente Getúlio Vargas) e José Abelardo Monteiro de Barros, presidente da SHEC. Após breve discurso, Barros convidou o então superintendente da Cia. Docas, Ismael Coelho de Souza, que fora um dos responsáveis técnicos da construção, para assumir a presidência da mesa, completada com a presença do bispo diocesano, d. José Maria Parreira Lara e os drs. Freitas Guimarães e Delfino Stockler.

O salão nobre, artisticamente adornado de flores naturais, apresentava lindo aspecto. A festa foi brindada com um programa musical comandado pela Sociedade Sinfônica e de Cultura Artística, que teve a regência do maestro Lavale. Durante o evento, a renomada artista plástica, Guiomar Fagundes, responsável pela parte artística da festa, foi merecidamente homenageada. As festividades terminaram com um sarau dançante, o primeiro a ser realizado no salão nobre da entidade. Foi um estrondoso sucesso!

Foto tirada em 10 de outubro de 1937, especialmente para uma reportagem do jornal "O Diário"



## Curiosidades da nova sede

### OS PRIMEIROS LOCATÁRIOS

Antes mesmo de o novo prédio ser inaugurado, a SHEC foi procurada pela “União dos Moços Católicos”, em janeiro de 1930, que se mostrou interessada em alugar uma sala no terceiro pavimento do edifício, “pelo aluguel certo e ajustado de quatrocentos mil réis mensais a contar do dia em que forem entregues as chaves dos apartamentos” (o equivalente R\$ 10 mil). Outros locatários dos tempos iniciais do prédio foram a Anglo Mexican Petroleum, que ocupou a loja 60 da Praça José Bonifácio e a 112, da Braz Cubas; a Rádio Atlântica de Santos, que ocupou o salão social e algumas salas; o Clube Atlético Santista, a Associação Comercial Varejista, o Centro de Cultura “Paulo Gonçalves”, o Instituto Santista de Contabilidade, a Associação Cívica Feminina, o Centro Republicano Espanhol, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, a Associação dos Professores, a Sociedade Beneficente dos Retalhistas de Carnes Verdes, o Clube Eden Santista, a Escola de Corte São Luiz e diversos profissionais liberais.

### PRIMEIRA REUNIÃO NO NOVO PRÉDIO

A primeira reunião da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos em sua nova sede aconteceu no dia 15 de janeiro de 1931, quando ainda estavam ocorrendo os ajustes finais de acabamento da edificação.

### REGULAMENTO INTERNO PARA A NOVA SEDE

Antes mesmo de o prédio ter sido concluído, a SHEC criou uma comissão para redigir o Regulamento Interno da futura sede da Praça José Bonifácio. Dividido em dez capítulos, o documento orientava sobre horários, procedimentos de uso dos espaços e sobre a administração da própria entidade. Em termos de horário, ficou determinando, por exemplo, que o expediente do prédio se daria das 8 às 18 horas, fechando das 12 às 14 horas, para o almoço. Havia um expediente extra, das 20 às 22 horas, exclusivo para os funcionários da Biblioteca, em razão de plantões extraordinários.

### EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS

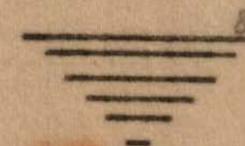
Quando abriu as portas de sua nova sede, a SHEC contava com sete funcionários contratados: um administrador, um auxiliar de administração, um auxiliar de biblioteca, um mordomo, um zelador e um ascensorista. Além disso, a instituição contava com quatro professores: de inglês, datilografia, português e escrituração contábil.

Primeiro regulamento da nova sede,  
confeccionado em 1930

## REGULAMENTO INTERNO

da

### SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTOS



#### CAPÍTULO I

#### DO EDIFÍCIO SOCIAL

ART. 1 - A sede da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos será à Praça José Bonifácio, Nº 59, em edifício próprio.

ART. 2 - A sede manter-se-á aberta nos horários seguintes:

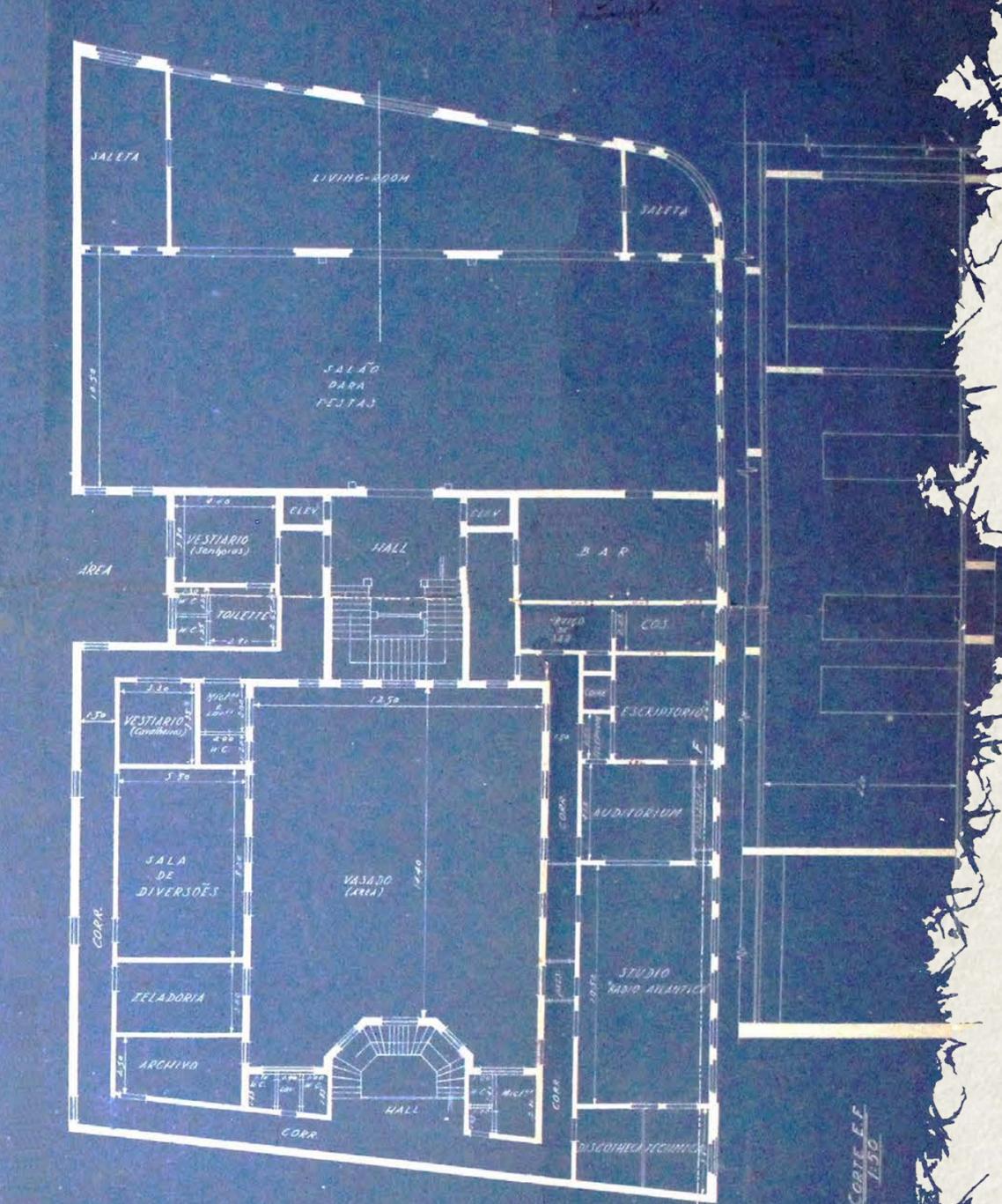
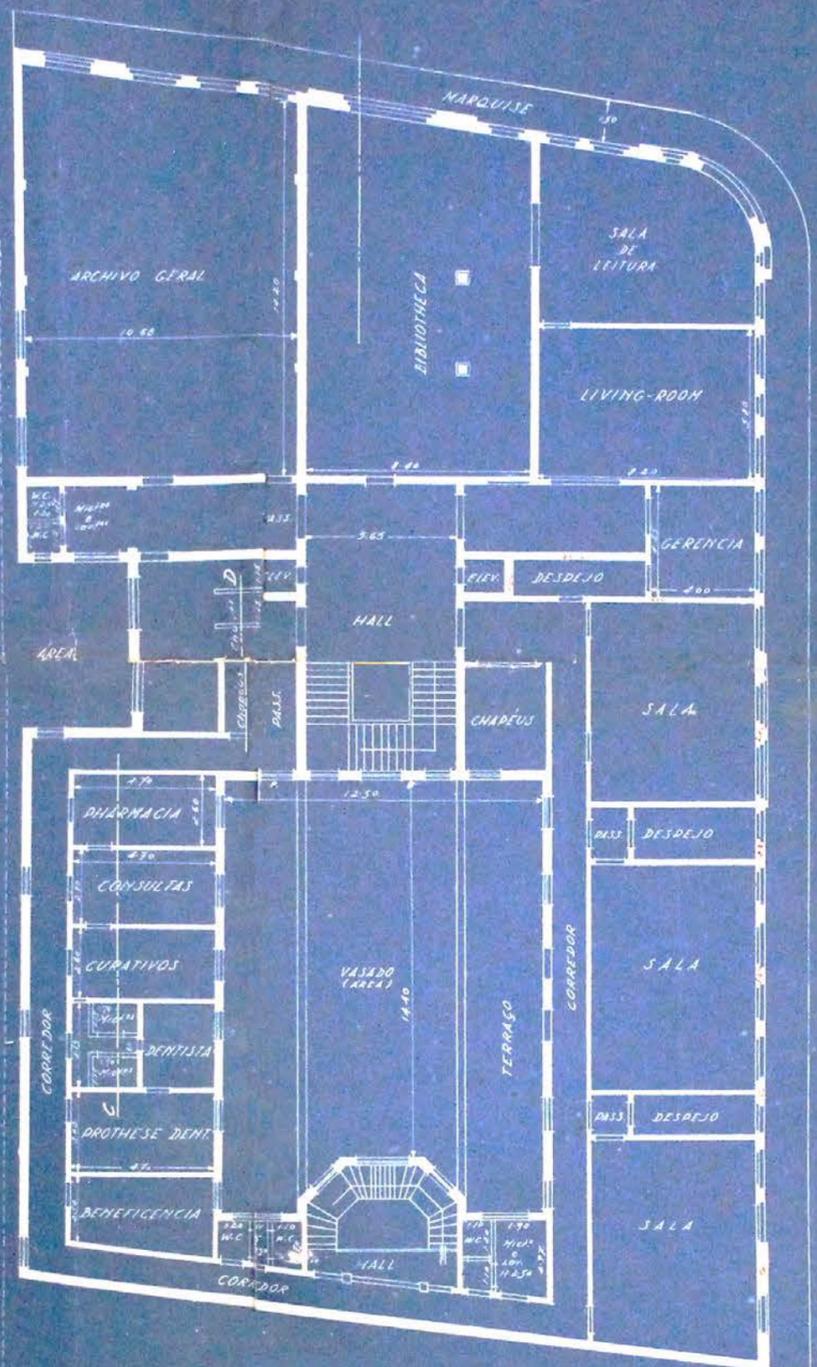
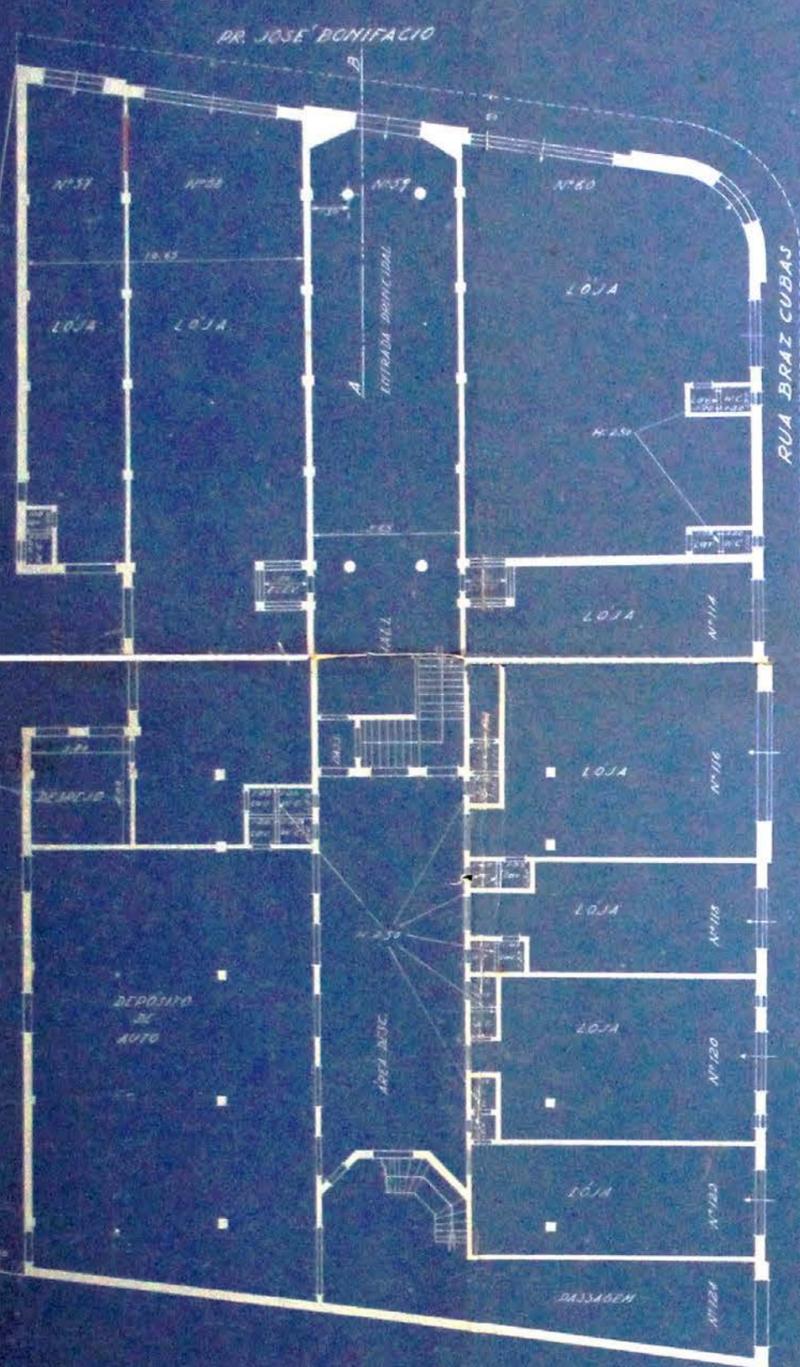
1º Horário - Das 8 horas às 12 horas;

2º Horário - Das 14 horas às 18 horas;

3º Horário - Das 20 horas às 22 horas;

§ Único - O terceiro horário é exclusivamente para o funcionamento da Biblioteca, cujo serviço se fará por plantões extraordinários.

ART. 3 - O horário de abertura da sede será...



# Aproveitando ao máximo os espaços

**A**o contrário da sede da Amador Bueno, onde a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos era a única e exclusiva ocupante, o novo prédio permitiu à entidade a busca por autossustentabilidade financeira, permitindo a locação de vários de seus espaços para empresas ou outras entidades e instituições. Antes mesmo da inauguração, alguns desses locatários já estavam ocupando seus "postos", em especial nas lojas que davam para a rua Braz Cubas e à Praça José Bonifácio.

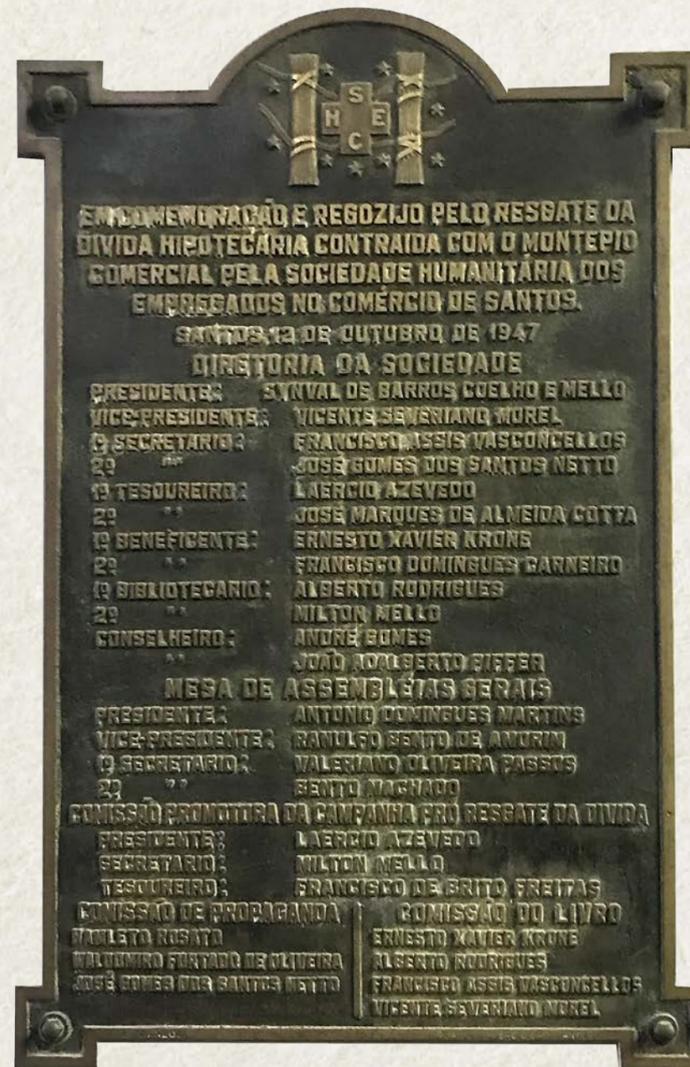
Internamente, como pode se ver na planta ao lado, havia disponíveis para locação oito lojas no térreo, três salas no primeiro andar, duas no segundo andar (todas alugadas para a Rádio Atlântica de Santos) e dezessete salas no terceiro andar.

A SHEC em si, ocupava basicamente o primeiro andar, abrigando o arquivo geral, biblioteca, chapelaria, sala de leitura, sala da gerência e beneficência, além de uma área completa para atendimento de saúde, composta por farmácia, consultório médico, consultório dentário, curativos e próteses dentárias.

# *Crise quase fez Humanitária se desfazer de seu patrimônio*

**D**urante a gestão de Graciliano Oliveira Fernandes, a SHEC estava numa situação periclitante, com dívidas a saldar com diversas entidades financeiras. Para estancar a sangria, num lampejo de desespero, a diretoria resolveu se desfazer de todos os imóveis constantes em seu patrimônio. Na sessão ordinária de 30 de abril de 1942, o presidente comunicou que, após haver consultado individualmente cada um dos diretores, contando com a aprovação unânime dos mesmos, outorgou ao corretor Sergio Luiz de Lima, de São Paulo, a autorização para tratar da venda do edifício social, da Praça José Bonifácio, 59, pelo preço mínimo de R\$ 2.200:000\$000 (Dois mil e duzentos contos de réis, equivalente a R\$ 27,5 milhões em valores atuais, 2022) líquidos para a SHEC e repassando o saldo das dívidas referentes às hipotecas (importante ressaltar que ainda havia um grande saldo junto a bancos e outras instituições financeiras). Apesar do trabalho do corretor, não foi encontrado um interessado sequer em fazer a transação.

Assim, a Humanitária continuou buscando forças para liquidar as dívidas decorrentes dos empréstimos, em especial ao tratado junto ao Montepio Comercial de Santos que, afinal, acabou sendo liquidado em 1947. Para celebrar o grande feito, a diretoria resolveu promover uma suntuosa festa em seu salão social, convidando associados, imprensa, representantes da Associação Comercial de Santos e do próprio Montepio. Usaram a palavra diversos oradores, que enalteciram o memorável feito da gestão de Synval de Barros Coelho e Melo, que teve a criatividade de criar uma comissão para engendrar uma campanha “Pró Resgate da Dívida Hipotecária Social”.



Acima: Placa de resgate da hipoteca, conseguido durante a gestão de Synval Coelho, em outubro de 1947.





## *Funerária foi referência na cidade*

A partir dos anos 1950, a casa funerária mais importante de Santos mudou-se para o Palacete Humanitária, instalando-se na mesma loja ocupada anteriormente pela Anglo Mexican Petroleum (Shell), ali instalando sua área comercial de venda de urnas funerárias de luxo (caixões), coroas de flores e outros utensílios e serviços relacionados com o “passamento” das pessoas. Por muitos anos, a esquina da Rua Braz Cubas com a Praça José Bonifácio, se tornou uma referência neste processo. A ligação da Casa Rosário com o prédio ficou tão latente, que os irmãos Rodrigues, proprietários da empresa funerária resolveram mandar fazer uma logomarca onde constasse o desenho da fachada do Palacete, disposto dentro de uma moldura feita na forma do terço católico (o Santo Rosário). A Casa Rosário permaneceu neste mesmo endereço até os anos 1980.

Foto tirada em outubro de 1979, na ocasião dos festejos alusivos ao Centenário de fundação da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos.



# *Colaboradores marcantes*

**N**os corredores da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos transitaram inúmeras personalidades, tanto santistas, como provindos de outras cidades do país e do mundo. Dezenas deles se tornaram nomes de ruas, de praças, de escolas e de outros espaços públicos. Obviamente alguns desses personagens deixaram marcas profundas na vida da instituição, como os médicos Silvério Fontes, Manoel Tourinho e José Martins Fontes, o farmacêutico Eduardo Áureo Vahia de Abreu e o artista Benedicto Calixto que, na qualidade de fornecedor, pintou algumas obras importantes.

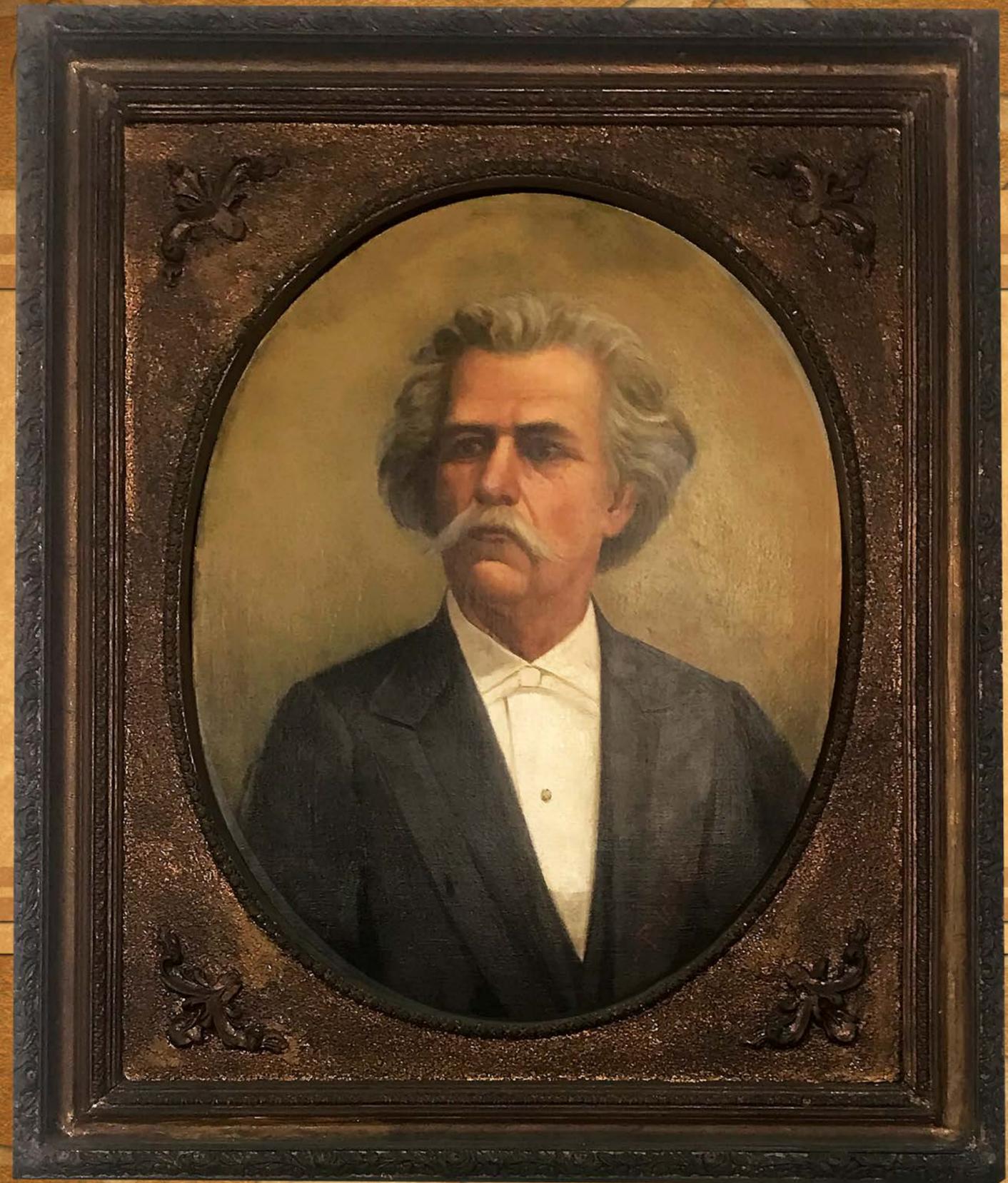




## Benedicto Calixto de Jesus

Um dos maiores artistas plásticos do Estado de São Paulo e do Brasil, Benedicto Calixto de Jesus, tinha uma relação muito próxima da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, para quem produziu quadros e outros trabalhos visuais. A referência mais antiga é datada de 1882, quando o artista é contratado para pintar o escudo da instituição em uma folha de zinco. Esse trabalho gerou uma “nota fiscal”, gerada em 15 de março, que permaneceu guardada nos arquivos da SHEC até os dias de hoje, tornando-se uma raridade documental única. Em 1905, Calixto doou à Biblioteca uma obra em brochura, de sua autoria. O pintor ainda produziria outras telas importantes a pedido da Humanitária, entre elas a que retrata o maestro Carlos Gomes e o grande santista João Octávio dos Santos.

Em relação a este último quadro, a homenagem ao grande benemérito se deu também no ano de 1905 (João Octávio dos Santos havia falecido em 9 de julho de 1900). Foi quando a diretoria da Humanitária contratou Calixto para executar a obra, que seria instalada no salão de honra do edifício social, em cerimônia que contou com a presença do comendador Júlio Conceição e de Joaquim de Toledo (naquele ato representando o Coronel José Proost de Sousa). O jornalista Alberto Veiga fez os discursos do evento, saudando o homenageado, que chegou a doar R\$ 10.000\$000 (Dez contos de Réis - o equivalente a R\$ 500 mil em valores de 2022) para a Humanitária.



**Tesouro Artístico**  
Uma das obras mais importantes do pintor, do acervo da Humanitária, é o retrato do maestro Carlos Gomes, único deste personagem pintado por Benedicto Calixto.



# José Martins Fontes

José Martins Fontes é daquelas figuras unânimes em qualquer lugar em que se pronuncie o seu nome. Médico de formação profissional, mas poeta de concepção espiritual, foi uma pessoa que irradiou paz, alegria e, principalmente, bondade. Afinal, seu lema de cabeceira era “Como é bom ser bom”, e Zezinho não media esforços para garantir sua fidelidade à benemerência. Foi na Humanitária que ele cumpria sua maior jornada neste sentido. Filho de Silvério Fontes, também um médico associado à causa da SHEC, de quem herdou o posto em 10 de novembro de 1927 (Silvério Fontes substituíra Manoel Tourinho em 1913), o médico-poeta cuidou de milhares de pessoas ao longo do tempo em que atuou na instituição, tanto na sede da Amador Bueno quanto no consultório da Praça José Bonifácio, prédio que, aliás, ajudou a planejar. Sem sombra de dúvida, foi na Humanitária que Zezinho Fontes praticou sua benemerência com mais afincio, assim como, certamente, surgiram, de sua máquina de escrever, até hoje preservada, inúmeras de suas celebradas poesias.

Entretanto, além dos limites de seu consultório (que, também, está praticamente intocado na Sociedade Humanitária), Martins Fontes tinha como paixão a biblioteca da sociedade, afinal, era um homem das letras e do conhecimento. Boa parte do acervo da instituição foi extraída da coleção privada de Silvério Fontes, quando ele veio a falecer em 27 de junho de 1928, e do próprio Zezinho, que não media esforços para deixá-la sempre pujante, uma referência para a cidade de Santos.

Em maio de 1937, Zezinho doou os direitos autorais do livro “Poesias Completas” à Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, para que ela viesse a angariar recursos para suas atividades. Em 25 de junho, o grande benemérito santista veio a falecer, aos 53 anos, vítima de uma infecção estafilocócica provocada por objeto não esterilizado.

## SESSÃO ESPECIAL PELA MORTE DE MARTINS FONTES

Em 28 de junho de 1937, sob a presidência de Edístio Camargo Santos, a SHEC promoveu uma sessão especial para homenagear um dos seus mais distintos colaboradores. Em ata, ficou registrada a sua fala: “Por inúmeras vezes este grande santista pôs a sua prodigiosa inteligência a serviço da Humanitária. Em 12 de outubro de 1923, ele pronunciou na antiga sede social uma belíssima conferência intitulada “O que os cegos veem”, peça que causou grande sucesso e até hoje lembrada com justificada saudade por todos aqueles que tiveram a ventura de ouvi-la. Naquela noite a Humanitária festejava seu 44º aniversário, numa época de esplêndida prosperidade, resultante em grande parte do apoio valiosíssimo que lhe dera o saudoso consócio benemérito com medalha de honra. Testemunhando a gratidão pelos seus serviços, foi-lhe concedida em 15 de dezembro de 1923, em Assembleia Geral, o título de sócio benfeitor. Em 14 de outubro de 1933, voltou Martins Fontes a emprestar o brilho de seu privilegiado talento à comemoração do 54º aniversário, numa festa em benefício de seus cofres, já então prejudicados pela tremenda crise que vinham sofrendo todas as entidades benemerentes desta cidade”.

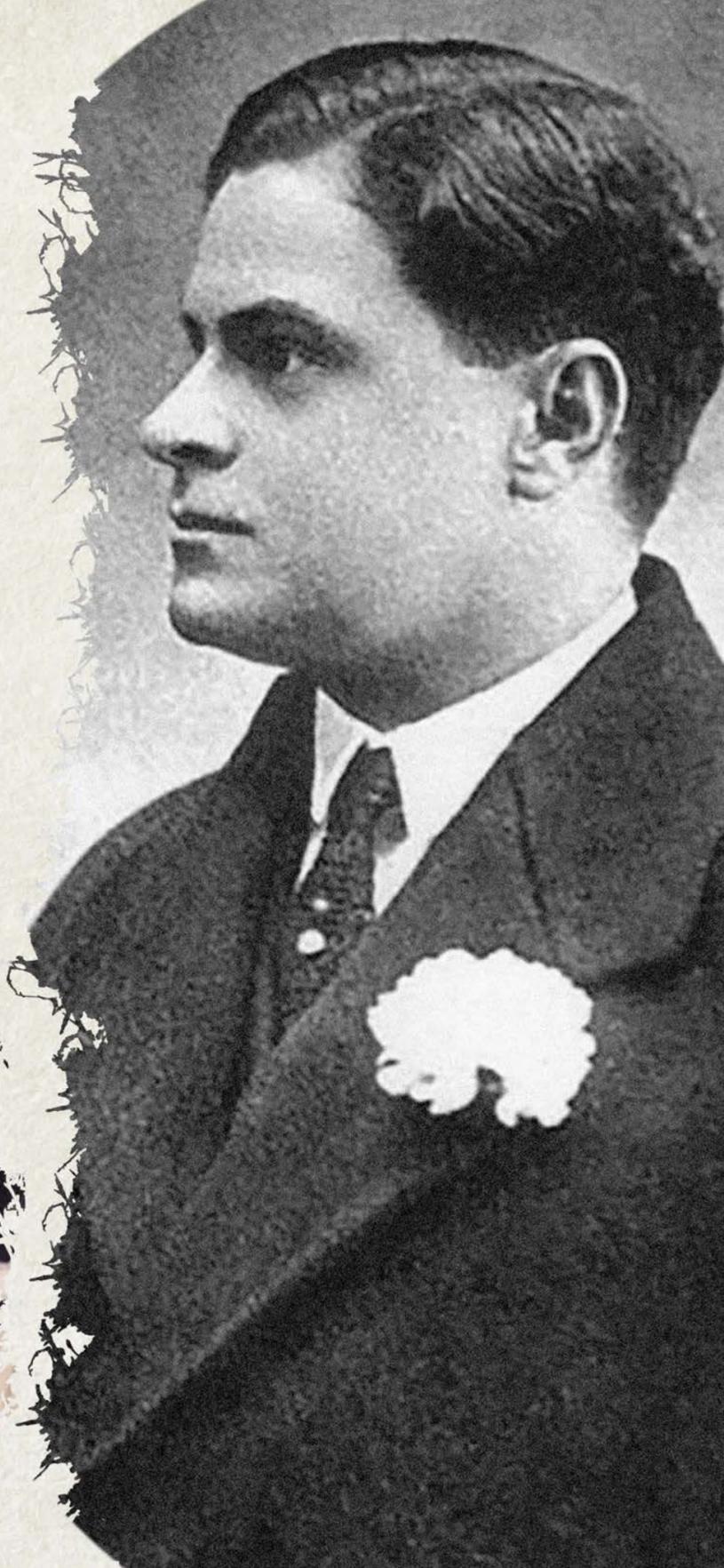
Com a voz embargada por grande emoção, o diretor bibliotecário, Jaime Franco, lembrou com carinho de Martins Fontes: “Eu me considerava um amigo íntimo, ao qual dispensava particular afeto. Pois que guardem em sua biblioteca, a maior da nossa cidade, uma recordação imensamente grata, pois muitos dos livros aqui depositados pertenceram ao nosso ilustre e saudoso consócio benfeitor, dr. Silvério Fontes, pai de Zezinho Fontes. Desejava ele, Martins Fontes, que um dia sua biblioteca particular também se juntasse ao do pai, para elevar ainda mais alto o bom nome de nossa instituição em termos de cultura e conhecimento”.

Assim, a diretoria, por unanimidade, resolveu,

como homenagem ao seu grande amigo, dar ao salão da Biblioteca o nome de Martins Fontes, assim como colocar no recinto e no posto médico, o retrato do inolvidável poeta da “Paulistânia”. Prestando esta homenagem, todos fizeram um minuto de silêncio, como último ato da sessão.

## Humanitária de corpo e alma

Martins Fontes foi levado ainda muito jovem ao convívio com a Humanitária, de quem era praticamente vizinho (ele morava na atual praça José Bonifácio, na esquina oposta do Coliseu). Seu pai, Silvério Fontes, foi um dos grandes médicos da entidade, e Zezinho o substituiu à altura.



**O**tra figura indelével na história da SHEC foi Eduardo Áureo Vahia de Abreu. Desde menino, pelas mãos de seu pai, que tinha pela Humanitária uma enorme consideração, ele aprendeu a conhecer e respeitar a obra da instituição, que, sob a sua direção, em diversas épocas, dedicou-se a um trabalho anônimo dignificante em favor dos seus nobres e elevados objetivos. Vahia de Abreu havia ingressado na Humanitária em 11 de outubro de 1899, com 24 anos de idade. Em 1914 foi vice-presidente da diretoria, mas já era figura-chave na engrenagem da instituição. Proprietário da “Farmácia União”, chegou a perdoar uma dívida de mais de 237 mil Réis que a entidade tinha para com sua empresa. “Procurando concorrer com o meu pouco para a nossa útil e mais humanitária sociedade, peço licença para reverter aos seus cofres o valor desta conta”, despachou à época. Foi conselheiro de 1919 a 1922 e presidente em 1923. Sua figura singular ganhou proporções gigantescas quando a SHEC passou pelo período mais crítico de sua história, em consequência dos elevados compromissos assumidos para a construção do novo edifício social (o atual Palácio Humanitária). Àquela época, todas as farmácias criaram embaraços para o fornecimento de medicamentos aos associados. Somente a Farmácia União continuou entregando os medicamentos, sem a preocupação da pontualidade nos pagamentos. Vahia de Abreu permaneceu durante 45 anos no quadro associativo da Humanitária, até o dia 15 de agosto de 1944, quando veio a óbito.

## *Vahia de Abreu*



# *Visitantes ilustres*

## Visitantes Ilustres

**D**esde a sua fundação, em 1879, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos despertou interesse em grandes figuras do cenário político, cultural, artístico, científico e religioso. Assim, por décadas, a instituição teve o privilégio de ser visitada por vários personagens de destaque, que aqui palestraram ou emprestaram seu talento para alegrar os santistas.

**1900**

### **EVA CANEL**

A Sociedade Humanitária sempre recebeu figuras ilustres em seus salões, para conferências de todos os tipos. Uma das mais curiosas foi com a escritora espanhola Eva Canel, autora de novelas e peças de teatro, como “O Mulato” (1891) e “O Índio” (1894). Eva fundaria em 1904, a revista “Kosmos” e, em 1907, a revista “Vida Espanhola”. Na conferência, a escritora falou sobre a história da conquista espanhola na América e sobre a experiência do povoamento em Cuba, onde chegou a morar por oito anos.

**1901**

### **JOÃO DE SÁ CAMELO LAMPREIA**

Em 06 de outubro de 1901, a SHEC recebeu a visita do ilustre ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, o conselheiro João de Sá Camelo Lampreia e sua esposa. O visitante percorreu as diversas seções da entidade e admirou principalmente a Biblioteca, onde pode observar não só o elevado número de volumes como a existência de verdadeiras preciosidades.

**1903**

### **NICIA SILVA**

Era a principal cantora lírica do país, aplaudida em todos os teatros em que se apresentava, no Brasil e também na França. Nasceu em Iguape e estudou música em Paris. Casada com o médico João de Abreu,

teve uma filha em 1904, que seria senão a grande artista brasileira Gilda de Abreu, cantora, diretora de cinema, atriz e escritora, casada com o cantor Vicente Celestino. Nesta visita à Humanitária, Nícia cantou e encantou os convidados.

**1903**

### **COELHO NETTO**

Henrique Maximiano Coelho Netto, nascido em Caxias, Rio Grande do Sul em 21 de fevereiro de 1864, era cronista, contista, folclorista, romancista, crítico e teatrólogo), membro da Academia Brasileira de Letras onde foi o fundador da Cadeira número 2. Foi considerado o “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”, numa votação realizada em 1928 pela revista O Malho.

**1904**

### **EUNICE CALDAS**

Foi uma das maiores educadoras da história de Santos, fundadora da “Associação Feminina Santista”. Sua palestra na Humanitária fora sobre esta nova instituição, que mudaria o setor educacional da cidade.

**1924**

### **VARGAS VILA**

Quando Vargas Vila passou pela cidade de Santos, entre 10 e 18 de março de 1924, sua fama já era enorme, tanto nas Américas, quanto na Europa. Os jornais brasileiros estampavam em manchetes a passagem do “festejado escritor colombiano” pelo porto paulista. Passageiro do navio italiano “Duca degli Abruzzi”, vindo de uma viagem a Buenos Aires, Argentina, e Montevideu, Uruguai, Vargas estava sendo aguardado com entusiasmo por parte dos intelectuais e escritores brasileiros, que montaram toda uma recepção especial para recebê-lo.

O anfitrião no Brasil foi o santista José Martins Fontes, confesso admirador de Vargas. Foi Zezinho



### **Recepcionado pela família Fontes**

O escritor colombiano, sentado ao centro da imagem acima, foi recepcionado por Silvério (à esquerda) e José Martins Fontes (à direita).

quem providenciou toda a estrutura para sua estadia em Santos, reservando um dos melhores quartos do Parque Balneário Hotel. Falando sobre o colombiano, o santista não poupava elogios. “É um notável escritor, conhecidíssimo pelo Brasil intelectual, que lhe lê as obras e admira a personalidade de raça. Seus livros andam em todas as bibliotecas e sua obra, aqui, tem uma legião de simpatizantes. É uma honra poder receber em nossa casa, um homem de tamanha envergadura”.

Martins Fontes não desgrudou de Vargas, durante sua passagem pelo Brasil. Ficou ao seu lado durante a brilhante conferência que realizou em Santos, na sede do Jockey Clube (no prédio onde atualmente fica a agência da Caixa Econômica Federal, na praia do Gonzaga) e na capital bandeirante, onde foi recebido com muita animação. “A notícia é verdadeiramente agradável a todos nós, que vemos, com satisfação, pisado terras nossas o grande escritor colombiano. Já entrevemos a alegria que vais espalhar-se por toda São Paulo, ao saber da presença, entre nós, do magnífico criador de “Íbis”, acolhido agora, pela primeira vez, no nosso convívio”, grafava em suas páginas o jornal Correio Paulistano.

1931

LINDOLFO COLLOR

Descendentes dos primeiros imigrantes alemães que aportaram no Brasil no começo do século XIX, Lindolfo Collor foi o primeiro ministro do Trabalho da história do país, de dezembro de 1930 a março de 1932, durante os quais redigiu toda a estrutura da nossa legislação social. Collor elaborou 12 decretos-leis acompanhados de Exposições de Motivos que apontam a sua oportunidade em face da evolução do pensamento de proteção ao operariado em todos os países mais adiantados do mundo.

**Lindolfo Collor na Humanitária**

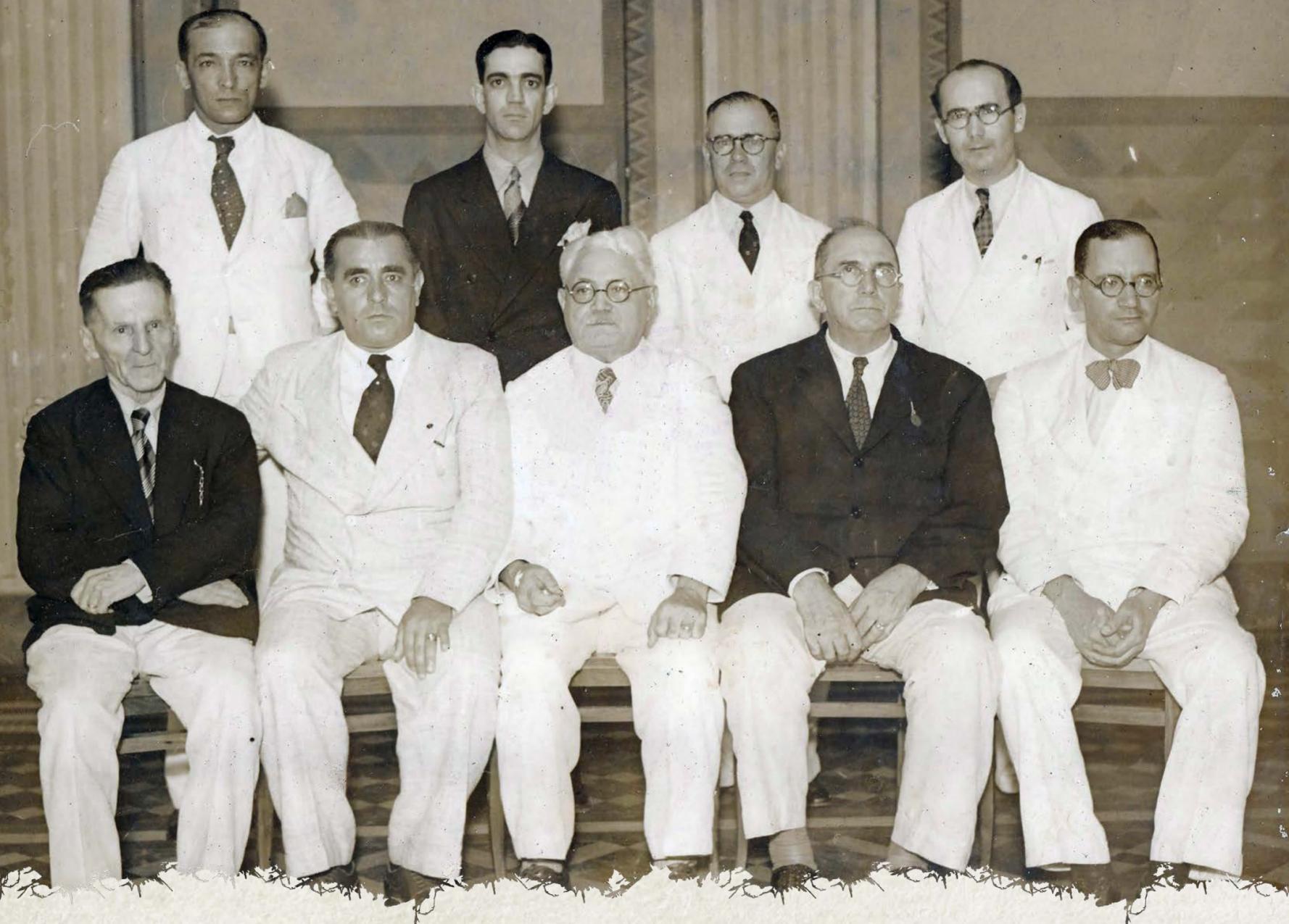
O primeiro ministro do Trabalho da história brasileira atendeu diversas sugestões da SHEC, em pautas protetivas à classe dos comerciários.



*Algumas  
outras Diretorias*



**Diretoria de 1928/1931**  
Sob a presidência de José Abelardo Monteiro de Barros



**Diretoria de 1939**

Sentados, da esquerda para a direita: Antônio Bento de Amorim, Benedito Egídio de Sousa, Manoel Elias Ruiz, Edistio de Camargo Santos (presidente) e Álvaro Augusto Lopes. Em pé, na mesma ordem: Ernesto Xavier Krone, Valdomiro Furtado de Oliveira, Antônio Domingues Martins e Jaime Franco Rodrigues Junot.



**Diretoria de 1959**

Sentados, da esquerda para a direita: Mário Patrocínio e Silva, Floriano de Freitas Guimarães, Oscar Martins Pinheiro (presidente), Paulo M. Ribeiro e Alexandre Malpighi. Em pé, no mesmo sentido: Antenos Caldeira Tolentino, Tarquínio Di Renzo, Hamleto Rosato, Eduardo Ferreira, Alberto Rodrigues e Nelson Pietro Blanco.



Diretoria de 1979 (Centenário)

Diretoria dos anos 1990 ou 2000



*A Biblioteca, um  
patrimônio santista*



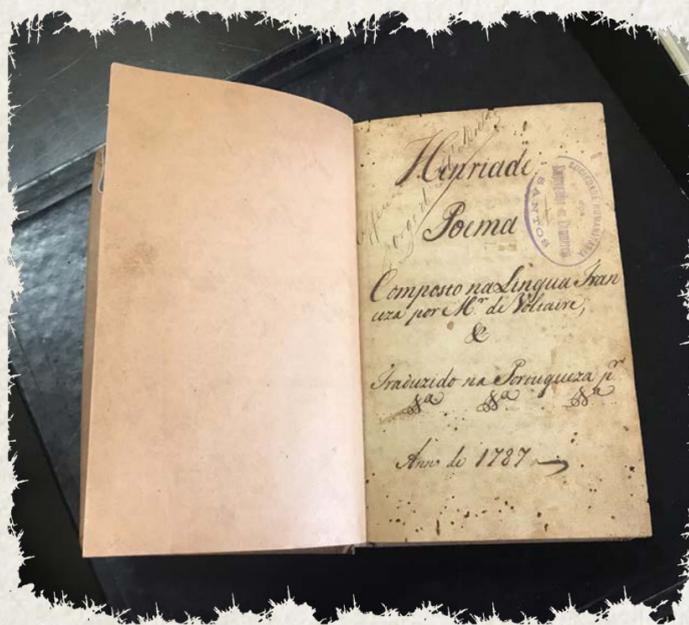
# A Biblioteca da Humanitária, a origem de um patrimônio cultural da cidade de Santos

No começo de 1880, o primeiro secretário da Sociedade Humanitária, José Francisco Pinto Martins, sugeriu a criação de uma biblioteca que pudesse servir de apoio cultural e intelectual aos empregados do comércio. Sua propositura foi aprovada durante a assembleia realizada no dia 30 de outubro daquele ano, com o sufrágio do presidente, que proferiu as seguintes palavras: “As vantagens resultantes deste novo cometimento creio, não vos são desconhecidas, por isso é de esperar que a nova diretoria envidará seus esforços para sua realização”.

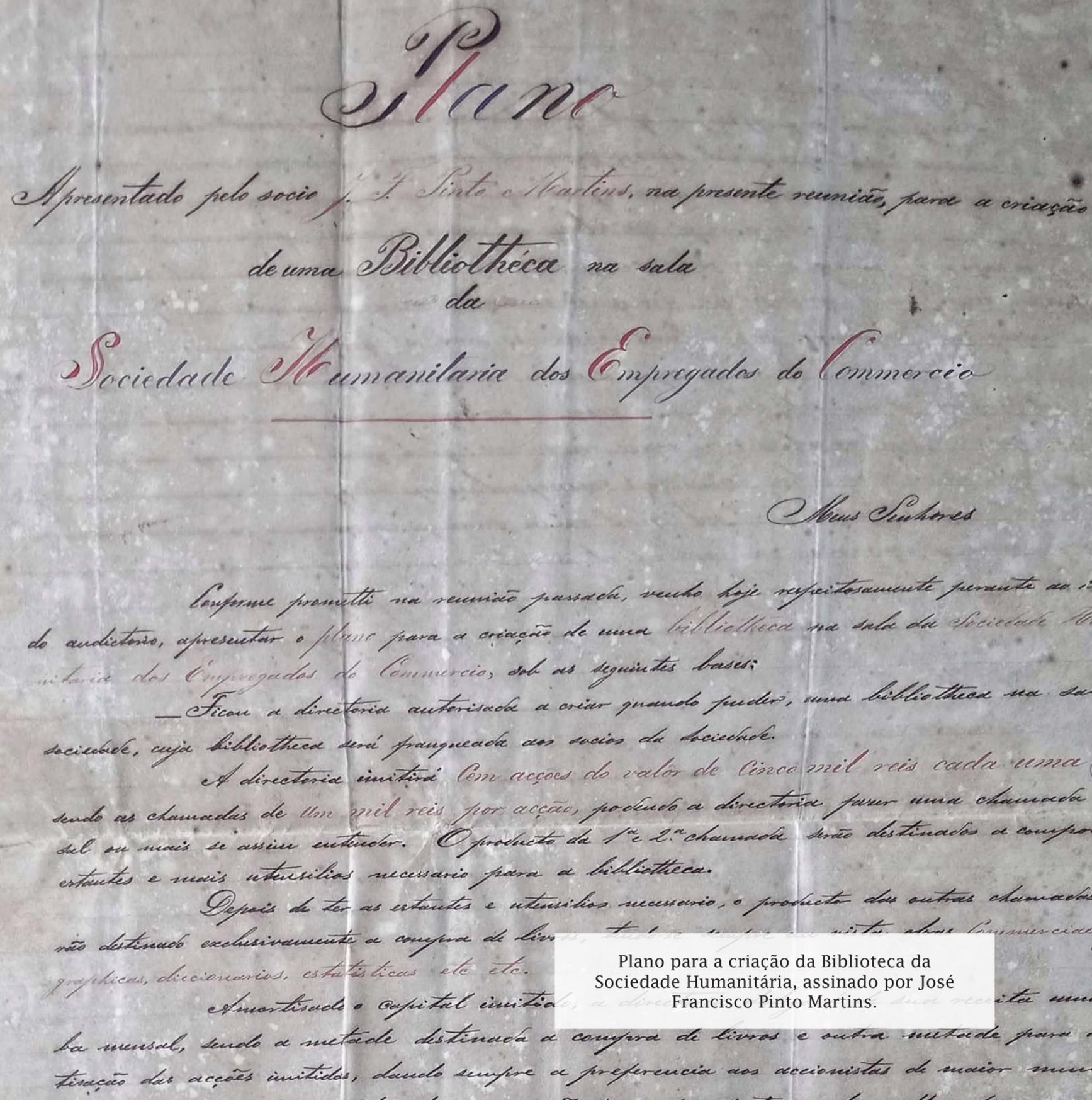
Porém, a iniciativa, no começo, foi desafiada face aos obstáculos quase intransponíveis, como a falta de volume de recursos financeiros e a incompreensão de alguns sócios, que não conseguiam avaliar o enorme ganho cultural que seria propiciado pelos livros. Muitos deles estragavam-nos ou mutilavam-nos quando os recebiam por empréstimo. Mas, pouco a pouco, esses espíritos empobrecidos foram sendo afastados, e a biblioteca dilatou-se em quantidade e qualidade, tornando-se em pouco tempo a maior e mais importante da cidade. Destarte, já em 1887, o número de obras chegava a 571 volumes, resultado de aquisições como também de doações. Seis anos depois, a Sociedade Humanitária já possuía 2.262 volumes disponíveis, ascendendo para 3.413 obras em 1901. Em sua sala de leitura eram sempre disponibilizados cerca de 40 jornais e revistas ilustradas. Vários dos livros e revistas eram editados no exterior em línguas estrangeiras, como francês, alemão, inglês e espanhol, e serviam de suporte para os cursos de idiomas que a Humanitária passou a oferecer aos seus beneficiários. Afinal de contas, o comércio santista, por conta do seu porto e dos inúmeros consulados, escritórios de

exportação e outros negócios que atraíam gente de todos os cantos do mundo, necessitava ter empregados que ao menos compreendessem algumas línguas básicas.

O primeiro bibliotecário da Sociedade Humanitária foi Brasília Henrique da Silva, associado da entidade, nomeado em 7 de fevereiro de 1887. Antes desta nomeação, o setor não tinha um trabalho de organização adequada.



Acima, um dos livros mais raros do acervo: “Henriade”, conjunto de poemas de Voltaire (1694-1778) dedicado a Henrique IV, manuscrito de 1787.



Plano para a criação da Biblioteca da Sociedade Humanitária, assinado por José Francisco Pinto Martins.

## O caso da Biblioteca “Flutuante”

O primeiro espaço ocupado pela Biblioteca da Humanitária foi emprestado por João Gonçalves Corvello, no segundo pavimento de seu estabelecimento situado defronte ao Conjunto do Carmo. Na década de 1880, quando aquela área começou a ser demolida para dar lugar ao primeiro projeto urbanístico de Santos, a Humanitária foi informada que deveria encontrar outro espaço para guardar seus livros, uma vez que a edificação comercial de Corvello iria também para o chão.

A instituição passou a estudar as possibilidades, mas isso acabou demorando um pouco além da conta. Isso irritou um dos vereadores da Câmara Municipal, Belisário Soares Caiubi que, esbaforido, cobrou o então presidente da casa legislativa, João Octávio dos Santos, do porquê da não demolição de velho sobrado de Corvello, que atravancava a entrada da nova praça da República.

Depois de ouvi-lo com toda atenção e cortesia, respondeu-lhe João Octávio que aquele sobrado do Largo do Carmo ainda não tinha sido demolido porque, embora já estivesse vazio andar térreo, o superior ainda era ocupado pela Biblioteca da Humanitária, e que não estava fácil encontrar na cidade um salão bastante amplo para abrigar as várias estantes com livros que ela mantinha.

Nesta altura, perguntou afoito e apressado o vereador Caiubi: “E por que, então, não se derruba parte de baixo?” O comentário correu a cidade e virou a piada do ano. “Até parece que a parte de cima ficaria flutuando no ar!”

A Biblioteca da Sociedade Humanitária nasceu no segundo pavimento da edificação que pertenceu ao empresário João Gonçalves Corvello, situada nas proximidades da Igreja do Carmo. Foi o último prédio a ser demolido naquela área, justamente por conta da biblioteca.



## *Jaime Franco, o diretor bibliotecário que organizou o novo espaço*

Um dos grandes bibliotecários da Sociedade Humanitária foi o jornalista e historiador Jaime Franco Junot, que ali atuou a partir de 1933. Convidado pelo médico Martins Fontes que, em nome do presidente João Guilherme Cruz, pediu-lhe que aceitasse o encargo, foi ele quem assumiu a difícil missão de reorganizar o acervo quando da sua transferência do imóvel da Amador Bueno para o Palacete Humanitária, na Praça José Bonifácio. “Pela frequência assídua à biblioteca eu já conhecia o seu valor e um pouco da sua gloriosa história, assim como as fases de reorganização que sofreu no decorrer dos anos, como as efetuadas pelos diretores bibliotecários Jorge de Sá rocha e Álvaro Augusto Lopes”. Diante da enorme responsabilidade que assumia, Jaime Franco procurou se orientar sobre como eram organizadas algumas bibliotecas referenciais do país, como a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, a Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde se aplicava em experiência o método do Sistema Decimal de Mervil Dewey, que não era o mais perfeito, mas satisfazia, em razão de ser simples e eficiente. Neste sistema, os livros eram separados por temas: Obras Gerais, Filosofia, Religião, Ciências Sociais, Filologia, Ciências Puras, Ciências Aplicadas, Belas Artes, Literatura, História e Geografia.

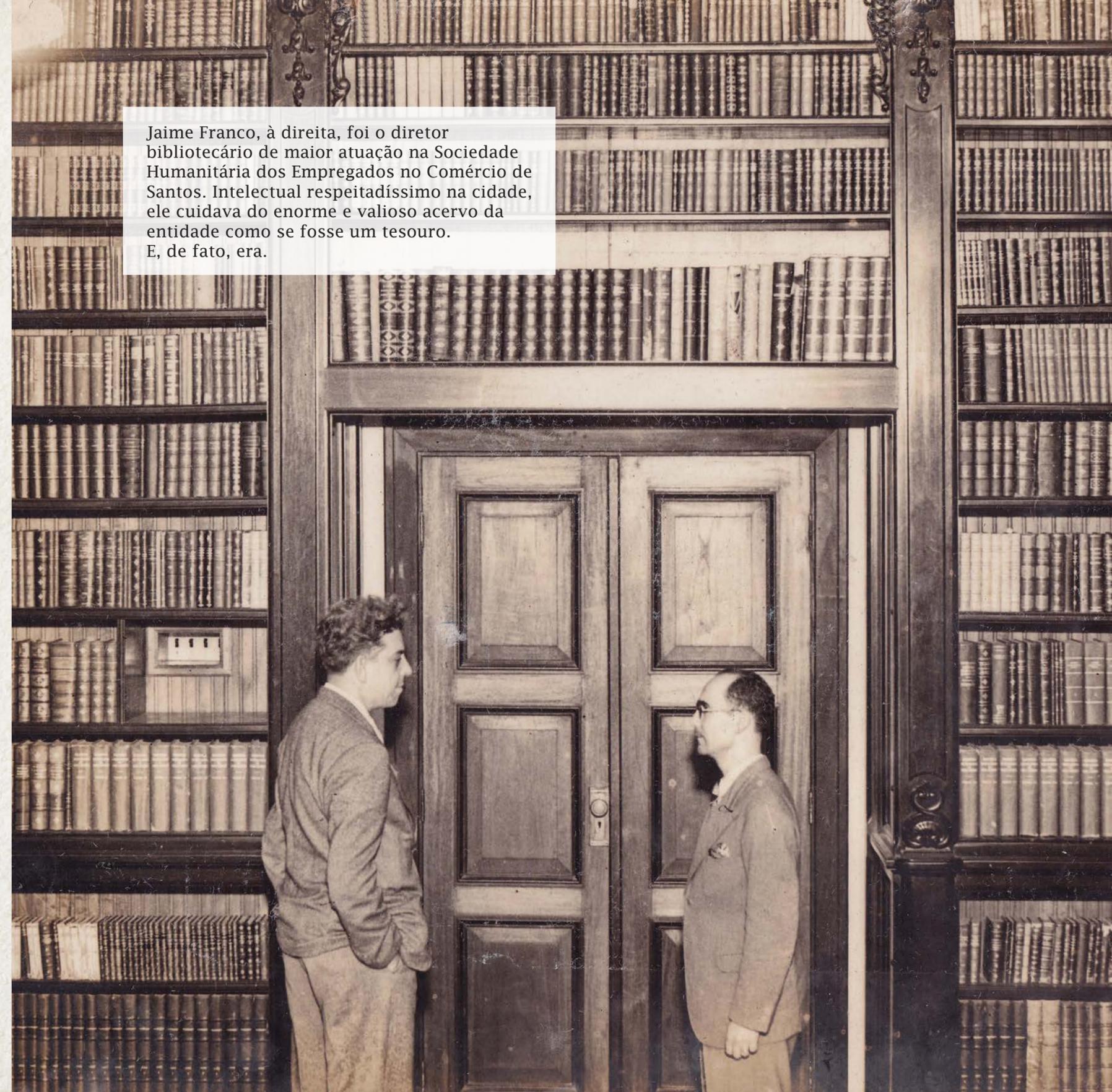
Com a mudança do velho para o novo edifício social, a biblioteca da SHEC ficou bastante desorganizada, uma vez que os livros haviam sido dispostos de qualquer forma nas luxuosas estantes dos dois salões. Os jornais, por sua vez, ficaram amontoados em outras diversas salas. O catálogo impresso, que havia sido organizado inteligentemente pelo escritor e diretor bibliotecário Álvaro Augusto Lopes, acabou ficando desatualizado. Enfim, em tudo

predominava verdadeiro caos e era deveras dificultoso encontrar qualquer livro ou jornal antigo.

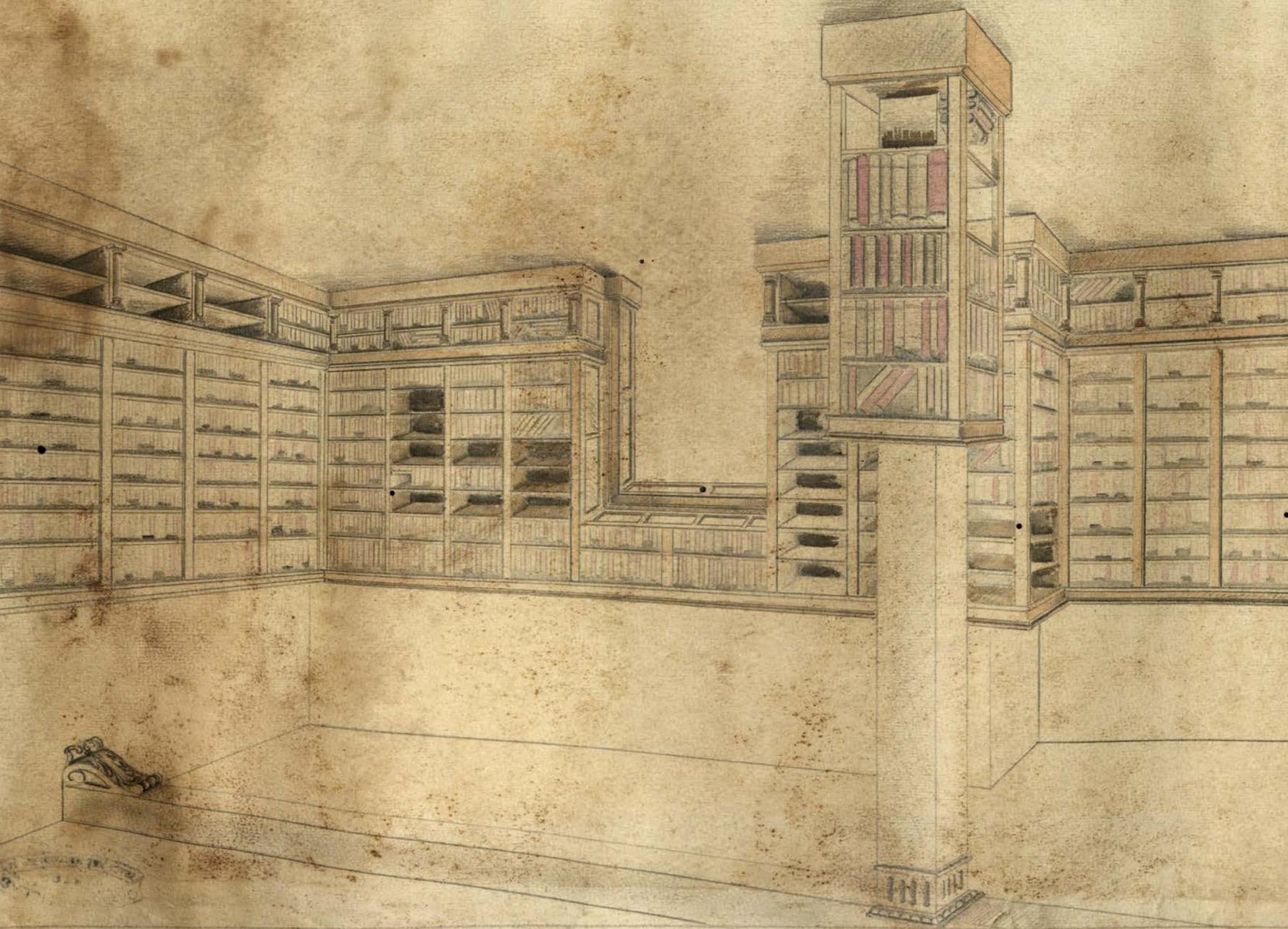
O estado geral do acervo era lamentável. Havia encadernações arrebatadas e livros com textos rendilhados pelo cupim. A falta de verba era latente, impulsionada pela crise. Os poucos recursos que a Humanitária dispunha em caixa eram empregados nos socorros médicos hospitalares. Ainda assim, mesmo diante do enorme desafio, Jaime Franco conseguiu, com o auxílio de Francisco de Freitas, administrador do prédio e do jovem Arlindo Veloso, auxiliar de bibliotecário, reabrir o espaço para consultas, a partir de 14 de outubro de 1933, quando se comemorava o 54º aniversário da SHEC. Na ocasião, o médico e poeta Martins Fontes promoveu na Biblioteca uma sessão literária sobre a vida humanitária do médico e cientista francês Louis Pasteur. Junot aproveitou para revelar aos presentes o seu plano de organização daquele espaço icônico da entidade. O trabalho de recatologiação foi concluído no final de dezembro de 1933.

Junot acabou sendo sucedido por seu auxiliar, Arlindo Veloso, que manteve e respeitaram a organização realizada. Ele voltou a ser um dos assíduos consulentes da biblioteca, e chegou a dizer que *“quando o tempo me permite e por imposição do meu interesse a respeito de livros e de jornais antigos, frequento a Biblioteca da Humanitária. Nas preciosas coleções de jornais e revistas delicio-me a ler as produções de jornalistas, escritores e poetas, cujas obras ficaram inéditas: Olímpio Lima, Francisco Pereira, João Luso, Emilio Rouéde, Mimi Alfaia, João Foca, Ângelo de Sousa, Amaro Cristiano, Gastão Bousquet, Cândido de Carvalho, Arthur Peixoto, Octávio Veiga, Heitor de Moraes, Cumba Júnior, Fábio Montenegro, Henrique Montandon e quantos outros. Sentimo-nos orgulhosos desta biblioteca. Ela contribui para a grandeza espiritual da cidade de Santos”*.

Jaime Franco, à direita, foi o diretor bibliotecário de maior atuação na Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos. Intelectual respeitadíssimo na cidade, ele cuidava do enorme e valioso acervo da entidade como se fosse um tesouro. E, de fato, era.



## O projeto da nova Biblioteca



A diretoria mandou fazer a nova biblioteca com 60 metros lineares, de acordo com alguns desenhos apresentados, fazendo uso de madeira imbuia ou jacarandá, e internamente em cedro, composta de quatro corpos, sendo dois centrais e as continuação necessárias para as laterais. O arco foi criado pelo técnico Miguel Nardella, da Casa Refinetti. O conjunto da biblioteca foi dividido em diversas larguras obrigadas pela posição das vigas e para a harmonização do estilo do corpo central. Na opinião de Nardella, a melhor opção em

madeira era a imbuia, que deveria ser lustrada a cor de mogno com instalações de molduras pretas, para dar mais realce ao mobiliário. Orçamentos foram enviados pela Casa Egle, de Mário Coggiola, ao valor de R\$ 52:000\$000 (Cinquenta e dois contos de réis, equivalente a R\$ 1,3 milhão em 2022), Affonso Morma, ao valor de R\$ 55:680\$000 (Cinquenta e cinco contos e seiscentos e oitenta mil réis, equivalente a R\$ 1,4 milhão em 2022) e Loja Ao Grande Oriente, ao preço de R\$ 66:000\$000 (Sessenta e seis contos de réis, equivalente a R\$ 1,6 milhão em 2022).



Biblioteca em 1974



## Um acervo composto por raridades

O acervo da Biblioteca da Sociedade Humanitária é considerado o mais raro e importante da cidade de Santos, um verdadeiro tesouro, rico em cultura e curiosidades. Entre seus mais de 40 mil exemplares, estão livros que datam do século XVII, além de jornais e revistas dos séculos XIX e XX. Sua obra mais antiga é “Testament Politique”, de 1688, escrita pelo duque Armand Jean du Plessis, o cardeal Richelieu, primeiro-ministro de Luís XIII. Outra preciosidade é “Henriade”, conjunto de poemas de Voltaire (1694-1778) dedicado a Henrique IV. Há também raridades nacionais como um exemplar da primeira edição de “Memórias para a História da Capitania de São Vicente, Hoje Chamada de São Paulo, do Estado do Brazil”, escrita em português arcaico por Frei Gaspar da Madre de Deus.

Muitos dos livros mais antigos, em razão da ausência de cuidados em determinadas épocas e a constante falta de recursos, acabaram ficando em estado crítico e deixaram de estarem a disposição. Alguns foram alvo de restauro, como, por exemplo, o “Atlas do Saneamento”, obra raríssima que contempla um projeto de intervenção sanitária em Santos, ainda antes da ação promovida por Saturnino de Brito. Só existem dois exemplares desta obra, de 1894, assinada pelo engenheiro sanitarista porto-riquenho Estevan Fuertes. Um deles pertence à Biblioteca da Sociedade Humanitária.



Em 2016, o diretor cultural, Sergio Willians, que à época exercia o cargo de diretor técnico da Fundação Arquivo e Memória de Santos, providenciou o restauro completo do raríssimo “Atlas do Saneamento”, de 1894. A obra foi devolvida ao presidente Manoel Guino durante reunião da diretoria.



*Uma entidade  
Humanitária  
pioneira*



## *Uma sociedade, de fato, Humanitária*

**D**esde sua criação, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos se manteve fiel aos seus princípios estatutários, atuando como uma entidade de caráter humanístico, acolhendo os mais necessitados em situações extremas. Foi assim em 1893, quando cedeu seu prédio para abrigar doentes da epidemia de febre amarela ou em 1918, quando transformou as salas de aula e outros espaços da velha sede (Amador Bueno) num verdadeiro hospital improvisado, acolhendo os doentes vitimados pela terrível Gripe Espanhola, que ceifou mais de 800 pessoas no município de Santos. Todos os médicos voluntários da entidade, entre eles o famoso José Martins Fontes, atenderam os acometidos pela temível gripe nas dependências da Humanitária.

Em 1924, durante a “Revolta Paulista”, a SHEC se colocou à disposição para criar um banco de sangue auxiliar na cidade, abrindo os seus salões para isso. E assim foi também em 1928, quando do terrível acidente que desbarrancou parte do Monte Serrat, e em 1932, durante a Revolução Constitucionalista. A SHEC sempre oferecia sua sede para que as autoridades a utilizassem eventualmente como hospital de campanha ou base para as ações de arrecadações.

### **Santistas na Revolução de 1932**

A SHEC disponibilizou seus espaços para várias atividades pela causa constitucionalista, se tornando um QG importante para os revolucionários.



## Missão Educativa

Um dos pilares que alicerçavam os propósitos da SHEC era o da missão educativa, oferecer capacitação técnica e base intelectual para que os empregados do comércio pudessem construir suas carreiras e vidas de forma mais justa e digna. Assim, com menos de cinco anos de existência, já a partir de 17 de janeiro de 1883, por deliberação da diretoria, a Humanitária abriu para seus associados e beneficiários, cursos de francês, inglês e alemão, que, depois de acrescidas pelos cursos de português, escrituração contábil e aritmética, lograram boa frequência, principalmente por parte dos mais jovens. As aulas foram inauguradas em 2 de abril de 1883. Esses cursos se fortaleceram e foram oferecidos por alguns anos, até que, à medida que progredia a instrução em Santos, o interesse foi gradualmente diminuído, provocando a extinção deles na década de 1920, ainda que tanto tivesse auxiliado intelectualmente os seus beneficiários.

Cabe destacar historicamente o trabalho dos professores de francês e escrituração contábil, Sr. Lecramp; de inglês, alemão e aritmética, Sr. A. Humel e de português, Sr. Sá Lima.

Mapa de Frequencia das Aulas da  
"Sociedade Humanitaria dos Empregados no  
Commercio de Santos."

Janeiro de 1898

Materias	Nº de Alunos	Dias de Aula	Medida de Frequencia
Portuguez	17	6	12
Francy	13	6	5,1
Ingly	25	4	10,25
Arithmetica	18	7	6
Escrituracao Merc <sup>til</sup>	11	5	4,4

## Assistência Médica e Previdenciária

O primeiro médico a prestar auxílio de saúde aos caixeiros na SHEC foi seu sócio benfeitor, Dr. Manuel Gomes de Argolo Ferrão. Ele iniciou os atendimentos quando a entidade contava com quatro anos de existência. Porém, suas atividades acabaram sendo efêmeras, uma vez que decidira mudar de cidade, sendo substituído, então, pelo médico e farmacêutico, Dr. Manoel Maria Tourinho. Além dele, os farmacêuticos Teófilo de Arruda e Francisco Apocalipse, também contribuíram para os atendimentos de saúde nos primeiros tempos da sociedade. Até 1909, os atendimentos eram feitos nos próprios consultórios desses profissionais. Só a partir deste ano, é que a entidade passou a contar com um posto dentro da sede.

A Humanitária sempre foi uma instituição modelar para os santistas, por fornecer aos seus beneficiados a possibilidade de atendimentos médicos pontuais, como também medicamentos, internações hospitalares e auxílio pecuniário à família no caso de falecimento de algum comerciante (atividade iniciada em 1884). Importante destacar que a seção Beneficente sempre foi tida como a mais importante da entidade, nunca deixando de cumprir suas competências lavradas nos estatutos. A Humanitária possuía um brilhante corpo clínico, bastante devotado ao atendimento dos precisados, não cobrando nada pelos serviços, aceitando apenas o que se denominava “contribuição para transporte”, como se fosse uma ajuda de custo. Até os anos 1950, o critério era esse.

Entre os nomes que se destacaram no atendimento médico da entidade, constam os de Othon Feliciano da Silva, Silvério Fontes, Luiz de Faria, José Martins Fontes, Tolentino Filgueiras, Agostinho Ferramenta da Silva, Raymundo Sotter de Araújo, Benedicto de Moura Ribeiro, Olyntho Dantas e João Éboli.



Manoel Maria Tourinho



O médico da SHEC, dr. Augusto César de Castro Rios em atendimento nos anos 1970.

# A criação do Monte-pio Comercial

Sociedade Humanitaria  
dos Empregados no Commercio de Santos

Projecto para a organização de um  
**MONTE PIO**

1.º — Só poderão pertencer ao MONTE PIO os associados da Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio de Santos.

2.º — As contribuições mensaes serão descontadas dos ordenados e pagas pelos respectivos patrões.

3.º — Os peculios serão divididos em nove classes, alphabeticamente enumeradas—A, B, C, D, E, F, G, H e I— correspondendo a cada uma dessas classes a respectiva contribuição mensal de 10\$000, 15\$000, 20\$000, 25\$000, 30\$000, 35\$000, 40\$000, 45\$000 e 50\$000.

4.º — Os peculios serão fixados sempre com a mais perfeita equidade e na razão directa das quotas e do tempo de contribuição de cada socio. Nos dois primeiros annos, o socio admittido só terá direito á restituição das contribuições pagas, com o juro de 8% ao anno.

5.º — A contribuição do primeiro mez corresponderá á joia de admissão para o MONTE PIO e pertencerá á Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio de Santos, para occorrer ás despesas de installação e outras.

6.º — Do total das contribuições recebidas em cada mez serão descontados 10%, que pertencerão a Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio de Santos, para occorrer ás despesas de manutenção do MONTE PIO; quando a média dos fallecimentos fór inferior a 2% no anno, serão descontados 12 1/2%; quando a média fór inferior a 1% no anno, serão descontados 15%, sempre para o mesmo fim.

7.º — Além do prazo de todo o mez referente a cada contribuição, o socio terá o do mez seguinte para effectuar o pagamento devido; findo este prazo, deverá pagar a contribuição com multa, estipulada na razão de 12% ao anno, pelo tempo em que estiver em atraso. No caso de fallecimento, as contribuições atrasadas e as multas serão descontadas do peculio a que tiver direito na occasião.

8.º — O socio que atrasar os seus pagamentos por mais de seis mezes perderá o direito a 50% (cincoenta por cento) do peculio estipulado; o que atrasar por mais de doze mezes não terá mais direito a peculio algum.

9.º — O socio que estiver atrasado até doze mezes e quizer quitar-se, para reaver o direito ao total do peculio estipulado, poderá fazel-o, uma vez que se sujeite a exame medico.

A Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio de Santos começou a discutir a criação de um Montepio Comercial em 1905, quando, na sessão de 20 de julho, o consócio João Rodrigues Caldeira propõe a ideia, com vista a acudir os associados em suas necessidades de obtenção de recursos a juros mais vantajosos e, ao mesmo tempo, garantir um sistema que pudesse sustentar os que caíssem doentes ou mesmo às famílias, em caso de falecimento do associado. O maior obstáculo para a criação do Montepio era elaborar o sistema, que exigia um estudo bastante rígido.

Em 1915, a Humanitaria formou uma comissão para estudar as fórmulas atuariais que garantissem a criação do sistema. Nela, estavam nomes como Joaquim Montenegro (que viria a se tornar prefeito de Santos em 1920), Jorge de Sá Rocha, Fernando José Alves Souto e Alberto Veiga, como relator. A proposta final foi apresentada em 19 de novembro de 1917, na gestão do presidente Antônio Benedito de Oliveira. “ Todos que mourejam na vida ativa do comércio e lhe tem experimentado, ou conhecido, com a rudeza do trabalho, as amargas vicissitudes, reconhecem, com efeito, a necessidade imperiosa de acautelar as famílias dos nossos ‘operários de casaca’ das penosas contingências que as incertezas da vida e os caprichos da sorte engendram e multiplicam”.

A Humanitaria buscou ajuda com os mais competentes especialistas na matéria, com o intuito de esmiuçar bem o assunto e tornar o projeto perfeitamente viável na prática. Um dos consultores foi José da Costa Sampaio, um dos homens mais versados e competentes no assunto, lente da Escola de Comércio ‘Álvares Penteado’, de São Paulo; membro do Instituto de Contadores de São Paulo e chefe da contabilidade da Companhia Paulista de Seguros.

Sociedade Humanitaria  
dos Empregados no Commercio de Santos

Projecto para a organização de um

**MONTE PIO**

**NOVEMBRO — 1917**

*Ilmo. Sr.*

# THEATRO GUARANY

Concerto vocal e instrumental em beneficio da Sociedade  
Humanitaria dos Empregados no Commercio

SABBADO, 22 DO CORRENTE

ORGANISADO POR

*Adolpho F. von Sydow e J. E. R. Campos Junior*

## PROGRAMMA

### Primeira Parte :

- La Charité*—ROSSINI— Côro por 40 vozes de senhoras e cavalheiros com acompanhamento de piano.
- Huguenottes*—MEYERBER Piano a 4 mãos pela Exma. Snra. D. Julia Carvalho e Adolpho von Sydow.
- Gelosia* —PALLONI— Romanza cantada pela Exma. Snra. D. Ida D. de Assis Alf aya.
- Guarany*—G. GOMES— Duetto para flauta e piano pela Exma. Snra. D. Sophia Campos e o Snr. Gustavo L. Loyola.
- La Luna*—F. CAMPANA— Romanza cantada pela Exma Snra. D. Maria do Carmo Guimarães Campos.

### Segunda Parte :

- Simphonia*---ROMBERG-- Para 14 instrumentos infantis, e piano pelas Exmas. Snrs. DD. Maria Luiza Mendes, Eleonor Ferreira, Adelia Motta, Francisca Wright, Carlota Wright, Amalia Barbosa, Alzira Campos, Sophia Campos, Dulce Silva, Julia de Carvalho e os Snrs. Horacio Mendonça, Eugenio Campos, Alfredo von Sydow, G. Loyolae Campos Junior.
- Qui vive !*—GANZ— Galope para piano pelas Exmas. Snras. DD. Sophia e Alzira Campos.
- Serenata*—BRAGA--- Terceto para canto, flauta e piano, pela Exma. Snra. D. Maria do Carmo Campos e os Snrs. Gustavo L. Loyola e Adolpho von Sydow.

*Educação,  
cultura e lazer: uma  
vida mais leve*

### Sucesso de público

A Filarmônica da SHEC foi a melhor banda que já existiu em Santos, num tempo em que outras congêneres faziam as delícias locais, com seus concertos domingueiros nos jardins públicos. Os da chamada “Banda da Humanitária” eram os mais apreciados.



## *A Banda da Humanitária*

Dois dos pilares que alicerçavam os propósitos da SHEC eram trabalhar em prol da cultura e da educação dos seus beneficiários e associados. Em relação à cultura, foram criadas ações que visavam incentivar a formação de grupos de artes cênicas e uma banda de música, responsável pela formação de instrumentistas capazes de ocupar os principais postos da cena musical de Santos na segunda metade do Século 19, quando os ritmos musicais eram bem mais restritos dos que existem hoje em dia.

Antes de completar dez anos de existência, a SHEC decidiu criar um grupo dramático de atores, em ideia aprovada por Assembleia no ano de 1887. Mas foi sua banda musical, filarmônica, quem mais ganhou notoriedade e projetou o nome da SHEC para todos os cantos. Criada a partir da Assembleia de 27 de novembro de 1894, ela teve seu regulamento redigido pelos associados Francisco Portuense Machado Reis, Manoel Alves da Silva, Adolpho Von Sydow, Sabino Soares e José Vaz Pinto. O documento foi aprovado em 19 de dezembro daquele mesmo ano. A novidade, porém, demorou um pouco a vingar, dado o desinteresse inicial dos associados e beneficiados da entidade. No entanto, graças ao esforço e Manoel Joaquim Borges Junior, Adolpho Sydow e Manoel Lopes Leal, o projeto finalmente saiu do papel, tornando-se realidade. O trio obteve autorização para promover a aquisição dos instrumentos musicais e ao mesmo tempo conseguiu, com a ajuda de Sabino Soares, juntar integrantes suficientes para fazer a banda tocar. E como ela tocou, e fez sucesso!

O primeiro regente da banda, e professor de todos os integrantes, foi Henrique Paulo de Trindade. Como sub-regente, voluntariou-se Jayme Miller, empresário do comércio, mas não associado da SHEC. A Banda da Humanitária realizou seu primeiro ensaio em 28 de agosto de 1895, e estreou durante as festividades do 16º aniversário da instituição, dois meses depois. Com o tempo passou a fazer concertos semanais nos principais pontos da cidade, em especial nos

coretos da Praça Mauá, Andradas e José Bonifácio, bem como no Clube XV, um dos principais parceiros dos comerciários. O fiscal da banda era o conselheiro Sergio Fontes. Em 1896, a SHEC construiu um pequeno chalé nos fundos da sede para os ensaios do grupo musical.

Apesar do sucesso entre a população, a atividade não remunerada da banda (ninguém pagava para ouvi-la tocar) e a falta de interesse pelas aulas de música que alguns integrantes montaram (que gerariam um caixa para o grupo) fez com que a Humanitária decidisse avaliar por sua continuidade ou extinção.

Mas a situação melhorou um pouco em 1897, com maior assistência para as aulas de música e novas apresentações no coreto do Jardim Público da cidade (Praça dos Andradas). Contudo, foi uma melhora momentânea. Três anos depois, na reunião de 5 de janeiro de 1900, a Comissão Fiscal da SHEC alegou que os gastos que a instituição demandava para o grupo não eram compensatórios. Já em 30 de abril, a diretoria decide colocar os instrumentos à venda e logo em seguida extingue o grupo, que deixou uma marca importante na história da cidade.

#### CURIOSIDADES DA BANDA

##### MAESTRO NEGRO

Um dos maestros da Banda da SHEC era Patrício Adriano Soares, homem negro, que tinha uma grande cabeça e era responsável por boa parte do enorme sucesso do grupo na cidade e além dela. Era garboso e, de batuta em punho, regia os músicos amadores nos solenes minutos das exposições. Soares era tocador de oboé e, de braços abertos no começo, em acenos de voo à medida que os acordes subiam do instrumental, ele marcava o andamento e às pausas, piscava no ar com gesto incisivos diante das notas vibrantes.

##### SUCESSO EM SÃO PAULO

Em 25 de janeiro de 1899, aniversário da capital paulista, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos foi especialmente convidada para a festa promovida pelo Grêmio do Comércio de São Paulo, levando consigo a sua banda, composta então com 27 instrumentistas, liderados pelo maestro Aurélio Prado. Da Estação da Luz, o cortejo da Humanitária de Santos seguiu em diversos bondes por vários espaços da capital, como o quartel do Corpo de Bombeiros, a sede do Grêmio do Comércio e o Salão Steinway, espaço dedicado a concertos e saraus na metrópole bandeirante.

##### O instrumento do maestro

Patrício Adriano Soares tocava oboé, instrumento rico em parciais harmônicos, sendo as notas agudas bem penetrantes, motivo pelo qual o oboé é o instrumento usado para iniciar o tom de afinação de uma orquestra.



## O Hino da Humanitária

**H**ino com letra de Floriano de Freitas Guimarães e música composta pelo maestro Antônio Justo, foi elaborado na década de 1950.

#### LETRA

Realizou-se a visão temerária,  
Este sonho de gente viril,  
Aqui está a nossa Humanitária,  
Vanguardeira do bem no Brasil.

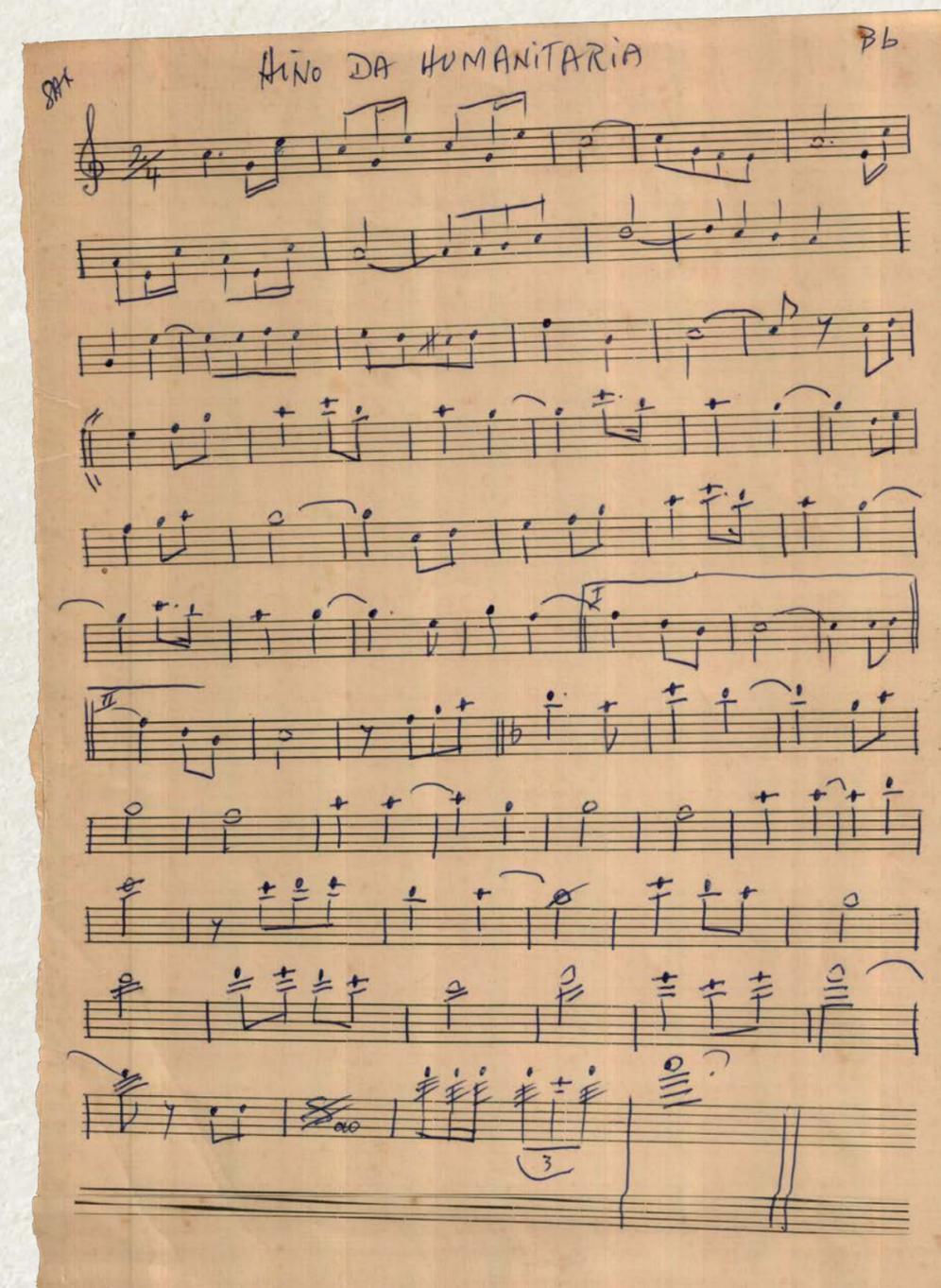
Ela anima na luta e na paz,  
Solidária em qualquer aflição,  
No combate ao tormento é tenaz,  
Vibra e vence com resolução.

Terna mãe, cujas bençãos espalha,  
Entre a prole, curando-lhe a dor,  
Amparando, aos seus nunca falha,  
Minorando da vida o amargor.

Aos ilustres varões do passado,  
Que nos deram esse lar benfeitor,  
Este hino lhes é dedicado,  
Com saudade, carinho e amor.

#### (estribilho)

Sejam patrões ou sejam empregados,  
Mestres, doutores, filhos ou pais,  
Aqui nós somos, sócios amados,  
Na Humanitária, todos iguais.



# Berço da Rádio Atlântica de Santos

**F**undada em 26 de maio de 1935, por Carlos Baccarat, foi a segunda emissora santista de rádio, iniciando suas atividades no Parque Balneário Hotel, onde instalou seu estúdio provisório. Porém, já em 1937, transferiu sua sede e antena transmissora para o Palacete Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos, onde ficou até 1945, quando então mudou-se para uma edificação própria, o chamado Palácio do Rádio, na Praça Correa de Melo.

Durante os oito anos que ocupou o salão de bailes da SHEC, transformado vez ou outra em auditório, em especial quando havia apresentações musicais e radionovelas, a Rádio Atlântica atraiu centenas de pessoas para o edifício, que para lá se dirigiam com o intuito de assistir a programação ao vivo da emissora. O espaço, entretanto, continuava servindo para os principais eventos sociais santistas, como formaturas de escolas, congressos, bailes de carnaval e outros.

Alguns programas da Atlântica aproveitavam o salão da Humanitária para promoverem seus eventos junto ao público-alvo, caso do "Theatrinho de Brinquedo", programa infantil apresentado por Dona Alayde Camargo (a Dindinha Sinhá), e transmitido todos os domingos às 14 horas. Em maio de 1940, a Rádio preparou

## Os programas de auditorio da Radio Atlantica



uma festa para a criançada com números variados de canto, sketches, declamação e bailado, que lotou o salão de festas da SHEC.

Outro sucesso testemunhado no palco do salão de bailes era o do programa musical da emissora. A casa lotava para ver de perto grandes artistas do "casting" da Atlântica. Em 1943, por exemplo, o destaque era o conjunto "Sexteto Infernal", nascido ali na Humanitária e que fazia sucesso em todos os cassinos de Santos e São Vicente. Isso sem contar algumas transmissões de bailes de Carnaval, audiência certa em toda a cidade.



Aspecto da Praça José Bonifácio em 1943, quando ali fora instalada a estátua da Ninfa de Naiade (que pouco tempo depois foi para o Orquidário Municipal). Ao fundo o prédio da Humanitária e o letreiro indicando o prefixo da Rádio Atlântica de Santos (PRG5). Na página ao lado, um grupo de músicos se apresenta ao vivo no palco do salão de festas da SHEC.

## Um desfile de estrelas da música

**C**armem Miranda (a pequena notável), Orlando Silva (o cantor das multidões), Almirante (a mais alta patente do rádio), Francisco Alves (o rei da voz) e muitos outros artistas de destaque nacional e internacional estiveram visitando o prédio da Sociedade Humanitária para participações na programação da Rádio Atlântica de Santos, levando à loucura centenas de pessoas que se aglomeravam nas imediações para verem de perto seus ídolos musicais. Os ecos de suas potentes vozes até hoje circulam naquele espaço privilegiado.



### Só craques

Foram poucos os lugares em Santos frequentados pelos maiores nomes da música brasileira nos anos 30 e 40. A Humanitária teve esse privilégio.

## Leny Eversong

**H**ilda Campos, começou sua trajetória em 1932, aos 12 anos de idade, inscrevendo-se para tomar parte do programa “Hora Infantil da PRB-4”, produzido pela Rádio Clube de Santos. Passou pelos testes de forma brilhante e logo em seguida obteve um inesperado contrato para atuar na programação noturna da emissora. Ajudou, e muito, o fato de a menina aparentar ser mais velha, o que acabou sendo um impulso inicial em sua carreira. Em poucos anos, a menina já era conhecida como “Hildinha, a princesa do Fox Trot”.

Em 1935, surgia a Rádio Atlântica de Santos, “A Voz do Mar”. A emissora, sediada no prédio da Humanitária, tinha um plano ambicioso de tornar-se uma das maiores do país. Buscando formar um “cast” com os artistas radiofônicos mais badalados, Hildinha acabou na mira da estação e foi convidada a mudar de casa, recebendo a irrecusável proposta para ganhar 200 mil réis mensais (contra 80 mil que recebia da PRB-4). A jovem cantora não pensou duas vezes e não só mudou de prefixo, como também de nome. Foi aí que nasceu “Leny Eversong”.



## *A referência santista para eventos sociais*

**B**ailes de Formatura, Bailes de Carnaval, Congressos Profissionais, Entrega de Prêmios, Eventos Comemorativos... Não importava a natureza da festividade, o salão da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos foi a maior referência de espaço para eventos da cidade santista das décadas de 1930 a 1970. A procura era tão grande que para agendar uma data era preciso fazê-la com um ano de antecedência.

O salão da Humanitária reinou sozinho por muito tempo porque a cidade demorou bastante para dispor de ginásios e outros salões à altura para abrigar festas do gênero. Destarte, toda a movimentação social da cidade, em termos de classe média, acabou suportada por esse heróico, simpático e histórico espaço. Os bailes mensais do Clube Atlético Santista, por exemplo, eram os mais famosos. É difícil calcular quantos milhares de jovens santistas comemoraram ali, em baile de gala, suas formaturas nas escolas secundárias da cidade.

Baile de formatura de alunos da Escola José Bonifácio, em 1940. O salão da Humanitária dominou a cena social de Santos por praticamente quatro décadas (1940/1970). Há quem diga que dezenas de casais se formaram em Santos graças aos bailes da Humanitária.



# Um desfile de entidades e eventos...

# ... sociais de toda família santista.

## Conservatorio Musical de Santos



O Conservatorio Musical de Santos, proficentemente dirigido pela prof. Antonieta Rudge e maestro I. Tabarin, realizou, no dia 22, a sua 18.ª audição, no salão da Humanitaria, fazendo tambem a entrega dos diplomas aos alumnos que terminaram o curso em 1939. Nesta pagina vêem-se, em cima, o dr. Mario Lins, Secretario da Educação, que paronymphou a turma, quando discursava, e um aspecto da assistencia.

## Companhia Brasileira de Aviação



Realizou-se no dia 26, no salão nobre da Humanitaria, a assembléa de aclamação dos accionistas fundadores da Companhia Brasileira de Aviação S. A. Os nossos clichés dão nos aspectos dessa memoravel reunião, em que se affirmou, eloquentemente, o entusiasmo em torno de tão patriótica iniciativa, que obteve o apoio integral do povo santista, por comprehender, perfeitamente, as suas altas finalidades. Vêem-se, em cima, a mesa que dirigiu os trabalhos, presidida pelo dr. Euclides de Campos, estando com a palavra o dr. Archimedes Bava. Em baixo, os incorporadores da Companhia e autoridades, em pose para o nosso photographo.

## Clube Atletico Santista



O Clube Atletico Santista comemorou, com uma linda festa, realizada no dia 6, nos salões da Humanitaria, a passagem do 28.º aniversário de sua fundação. Os nossos clichés dão-nos aspectos apanhados durante essa magnifica reunião, que terminou com animadissimo baile

## Instituto "D. Escolastica Rosa"



Realizou-se, a 27 de Dezembro, no salão da Humanitaria, a solenidade da entrega de diplomas aos alumnos dos varios cursos do Instituto "D. Escolastica Rosa", que constituem a 10.ª turma que sai habilitada da casa de João Otavio, para as grandes lutas da vida. Os clichés representam: em cima, os diplomandos, durante a cerimonia, quando discursava a arta. Antonia de Moraes Chagas, e, em baixo, um aspecto da assistencia.



Cerimônia de entrega de certificados aos novos reservistas da Escola de Instrução Militar (EIM) 53, em setembro de 1941

## Os famosos bailes da Humanitária

Não havia nada mais glamuroso e concorrido do que os bailes da Sociedade Humanitária nos anos 1940 e 1950. A nata da sociedade santista frequentava assiduamente as festas promovidas tanto pela própria SHEC, como por outras dezenas de clubes, instituições de ensino e entidades sociais, que faziam fila para obter uma agenda no concorrido salão. Um dos mais frequentados era o promovido pelo Centro dos Estudantes de Santos, a mais antiga entidade estudantil do país. Muitas vezes era necessário agendar com um ano de antecedência para garantir a data. Havia uma tradição em dizer que muitos santistas nasceram como consequência da união de seus pais através dos bailes da Humanitária. Exagero ou não, de fato o salão social da Praça José Bonifácio, 59, sempre foi tido como um espaço único, mágico, que extrai daqueles que por ali passaram, as melhores lembranças de um passado saudável e feliz.

A partir dos anos 1970, os bailes passaram a ocorrer de forma mais padronizada, sob o comando do E.C. Senador Feijó, que se tornou uma espécie de “arrendatário” do local. Os bailes aconteciam aos sábados e domingos, sempre com música ao vivo, contando com participações especiais, como do cantor Luciano Fonseca.

Com a decadência do Centro, e a transferência de eventos do gênero para outras partes da cidade a partir dos anos 1980 (Clube Caiçara, Ilha Porchat, Sírio Libanês, etc.), a SHEC acabou se aliando ao Clube de Dirigentes Lojistas para reavivar o espaço. Em 1985, por exemplo, o salão abrigou uma festa que ficou na história, contando com a participação de uma das maiores orquestras da cidade, de Oscar Guzella. A expectativa era de que o salão social da Humanitária resgatasse seu esplendor, como o retorno de uma fênix.

Nos anos 1990, muitas ações foram tentadas visando a recuperação do espírito do espaço, mas o dito “progresso” já havia feito um estrago muito

grande na imagem do Centro, que passou a ser chamado de “Histórico”. Nesta época, a responsável pela programação na Humanitária era Vera Menk. Ela conseguiu fazer uma parceria com o Sindicato dos Músicos, pagando cachês diferenciados, que pudessem ajudar a levantar o lugar. A proposta era sempre manter a música ao vivo de orquestras, contrapondo às novas casas da cidade e sua música eletrônica. Mas a estratégia não deu muito certo e as portas do salão se fecharam.

Em maio de 2003, a diretoria tentou fazer ressuscitar os bailes da entidade, promovendo a festa “A Magia dos Sonhos Dourados Voltou”, onde cerca de 350 convidados se divertiram ao som da tradicional Orquestra Show Cassino. A reabertura do lugar fazia parte de mais uma estratégia da municipalidade para reviver o Centro Histórico de Santos. Ao longo do ano, de fato, o salão abrigou diversos eventos sociais e repetiu a dose do baile no ano seguinte, no aniversário da cidade.

Algumas festas de Carnaval aconteceram nos anos seguintes, bem como eventos sociais privados, como casamentos e aniversários. Isso até 2013, quando a diretoria resolveu promover uma gigantesca reforma no espaço, investindo cerca de R\$ 1,5 milhão, incluindo a climatização completa de todos as salas e salões e o equipamento profissional da cozinha. Quando o restauro foi concluído, em 2020, a eclosão da pandemia de Covid-19 pôs um breque nas expectativas da SHEC, e houve um recuo obrigatório na questão de agenda dos eventos. Somente com a flexibilização das aglomerações, é que a Humanitária iniciou um processo lento de resgate, em termos de uso do salão social. Os bons tempos prometiam voltar com força a partir de 2022.

### GRANDES BAILES DE CARNAVAL

Além dos bailes com orquestras e músicas de estilos diversos, os eventos relacionados com o Carnaval faziam sucesso na Humanitária desde os anos 1940.

Por muitas vezes, a própria entidade conduziu a promoção do evento. Mas, na maioria delas, preferiu outorgar o compromisso a terceiros, geralmente clubes sociais mais destacados nesta área ou empresários especializados, como o caso de Alcides Gonçalves Neves, que arrendou o espaço nos anos 1990, para ali fazer um dos bailes mais concorridos, “O Carnaval no Fundo do Mar”, investindo mais de NCz\$ 50 mil (Cinquenta Mil Cruzados Novos - equivalente a R\$ 55 mil em 2022) só na decoração, que teve a assinatura de Francisco Ramalho. Esta festa reuniu mais de mil e quinhentas pessoas, divididas em 240 mesas, espalhadas pelos salões e galerias.

Um grande parceiro nos bailes de Carnaval na Humanitária foi o Santos Futebol Clube, principalmente no início da década de 2000. O professor Milton Teixeira, presidente do alvinegro praiano entre 1983 e 1987, era um assíduo frequentador do salão, principalmente durante os bailes promovidos na gestão de seu filho, Marcelo Teixeira, em Vila Belmiro, entre 2000 e 2009.

No início do novo milênio, o salão da Humanitária abrigou alguns Carnavais do Santos Futebol Clube.



## *Esmeraldo Tarquínio, um “crooner” nas horas vagas*

**E**m muitas das noites de bailes na Sociedade Humanitária, em meio à festa, entre casais embalados num compasso de dança apaixonada, um vozeirão grave tornava o clima ainda mais romântico. O “crooner” da noite era um cantor autodidata, não profissional, mas se o fosse, certamente arrastaria multidões. Aliás, arrastar multidões era algo habitual para o advogado Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, um combativo cidadão que conquistou o posto de prefeito do município de Santos com uma votação expressiva em 1968. Porém, ele acabou não assumindo o cargo em decorrência da instabilidade política que vivia o país, e que levou à cassação de seus direitos eletivos, de maneira completamente injusta e arbitrária.

Tarquínio afogava suas tristezas e elevava suas alegrias no suntuoso salão nobre da Humanitária, lugar, aliás, que admirava e frequentava. Vivia falando da biblioteca, onde leu os clássicos e consolidou a veneração, segundo suas próprias palavras, pelo “maior vulto da história lusobrasileira”, o Infante D. Henrique. Esmeraldo dizia que fora vetusta sala de leitura que supria sua impossibilidade financeira, onde melhorou sua educação, sempre sob a atenção e o carinho dos funcionários da SHEC, Freitas, Arlindo e Wandenkolk.

Mas era o salão de bailes a sua grande paixão, pisando pela primeira vez naquele lugar mágico em 1937, quando ia levar os originais de radio-novelas escritos por Rosinha Mastrângelo, com quem trabalhava no extinto “Jornal da Noite”. No veículo de comunicação, conviveu com Paulo Leblon, Xisto Guzzi, Armando Rosas e o grande amigo Vicente Leporace. No salão da Humanitária, por oito anos, ia todos os sábados e domingos. E, quando era possível, subia ao palco para cantar e dançar. Nardy & Seus Rapazes, Hamleto, Pepe &. Idilberto, foram as orquestras que ditavam os ritmos em Santos e nelas, principalmente na de Nardy Garcia Parada, Tarquínio reforçava seu orçamento de estudante-comerciário, cantando

para os namorados de sua geração. Ali Esmeraldo conheceu Alda, a mulher que iria desposar e se tornar companheira de uma vida. Aliás, era algo bastante comum na Santos dos anos 1940,50 e 60, os casais serem formados a partir dos bailes da Humanitária.

Esmeraldo lembrava das rixas que havia entre as agremiações estudantis e esportivas na ocupação da agenda do salão. Sob a supervisão de “seu” Freitas, que não permitia choques de interesses, todos tinham sua vez. Primeiro domingo era do “Coelho Neto”; o segundo, do Centro dos Estudantes; o terceiro, “Fri-Kik” de Domingos Pierry; e o quarto, reservado para o “José Bonifácio”. Nos meses em que havia um quinto domingo e nos feriados, o revezamento acontecia entre os clubes “Everest”, Independente, A.B.C. e Nacional. Em muitas destas festas, lá estava Esmeraldo e seu microfone, o “crooner” das horas vagas.

Esmeraldo Tarquínio durante evento em comemoração aos 100 anos da Sociedade Humanitária. Prefeito eleito em 1968, e cassado pelos militares, Esmeraldo viveu intensamente a Sociedade Humanitária, na qualidade de ex-comerciário.



## O Estandarte

Como toda sociedade organizada do Século 19, a Humanitária de Santos instituiu um estandarte, para se fazer representada pelos seus membros em atividades sociais e culturais promovidas na cidade. A peça, criada em 1889, e ainda preservada nos dias de hoje, tem cerca de 1,5 metro de altura por 1,0 metro de largura, contendo uma borda em florais, franjas douradas e um desenho central que mostra o deus Hermes (mitologia grega) ou Mercúrio (mitologia romana), representando o Comércio, sentado sobre diversos tipos de mercadorias em trânsito pelo porto de Santos, além de livros e um globo terrestre, símbolos do conhecimento.

Esta peça, a mais antiga a existir em Santos, foi restaurada em 2020, um trabalho que durou quase dois anos, dado a complexidade no resgate do tecido, bastante desgastado pela ação do tempo.

### Orgulho

O Estandarte da Humanitária é um tesouro patrimonial dos santistas.



*Lutando  
e celebrando  
por causas nobres*

## Festejando a Liberdade dos escravos

Dentro de seus princípios de espírito e luta, sempre condenando as injúrias e atrocidades cometidas contra qualquer pessoa, a Sociedade Humanitária de Santos celebrou efusivamente o ato protagonizado pela Princesa Regente Isabel, quando da assinatura da Lei Áurea (Lei 3.353, de 13 de maio de 1888), que libertou em definitivo todos os escravos do Brasil. Antes mesmo do ato oficial imperial, durante a 9ª Reunião Ordinária da Diretoria daquele ano, em 7 de maio, já antevendo a possibilidade, o presidente Ernesto Gomes resolveu que a instituição promoveria uma grande festa para celebrar a abolição, tão defendida na terra santista. “Ficou resolvido que esta sociedade promova oficialmente festejos por ocasião da libertação total dos escravos, sendo nomeados para tal fim os srs. Ernesto Gomes e Francisco Machado Reis, devendo-se desde já officiar a sociedade Luso Brasileira, solicitando seus serviços”

O evento, de fato, veio a ocorrer num domingo, dia 27 de maio, contando com a presença de 75 associados, que lotaram as dependências da sede da SHEC na Rua Santo Antônio, 55. Além dos discursos acalorados dos membros da diretoria e alguns sócios mais entusiasmados, a festa contou com uma longa apresentação da banda da Sociedade Musical Luso Brasileira. Ao final, o presidente Ernesto Gomes fez uma breve alocução e, não tendo ninguém mais pedido a palavra, levantou vivas à Nação Brasileira, à Província de São Paulo, à Cidade de Santos e à Liberdade, sendo encerrada a sessão ao som do Hino Nacional, executado pela banda convidada.

Deste memorável evento, a Sociedade Humanitária ainda preserva a ata da sessão solene, assinada por todos os presentes, entre eles figuras de destaque na sociedade, como os irmãos Júlio e Henrique Porchat, José Caballero, Benedicto Pinheiro e o poeta Fábio Montenegro.

### TRADIÇÃO

Durante anos, a SHEC manteve uma tradição de comemorar o 13 de maio, outorgando medalhas de mérito aos sócios beneméritos.

### Exaltando o 13 de maio

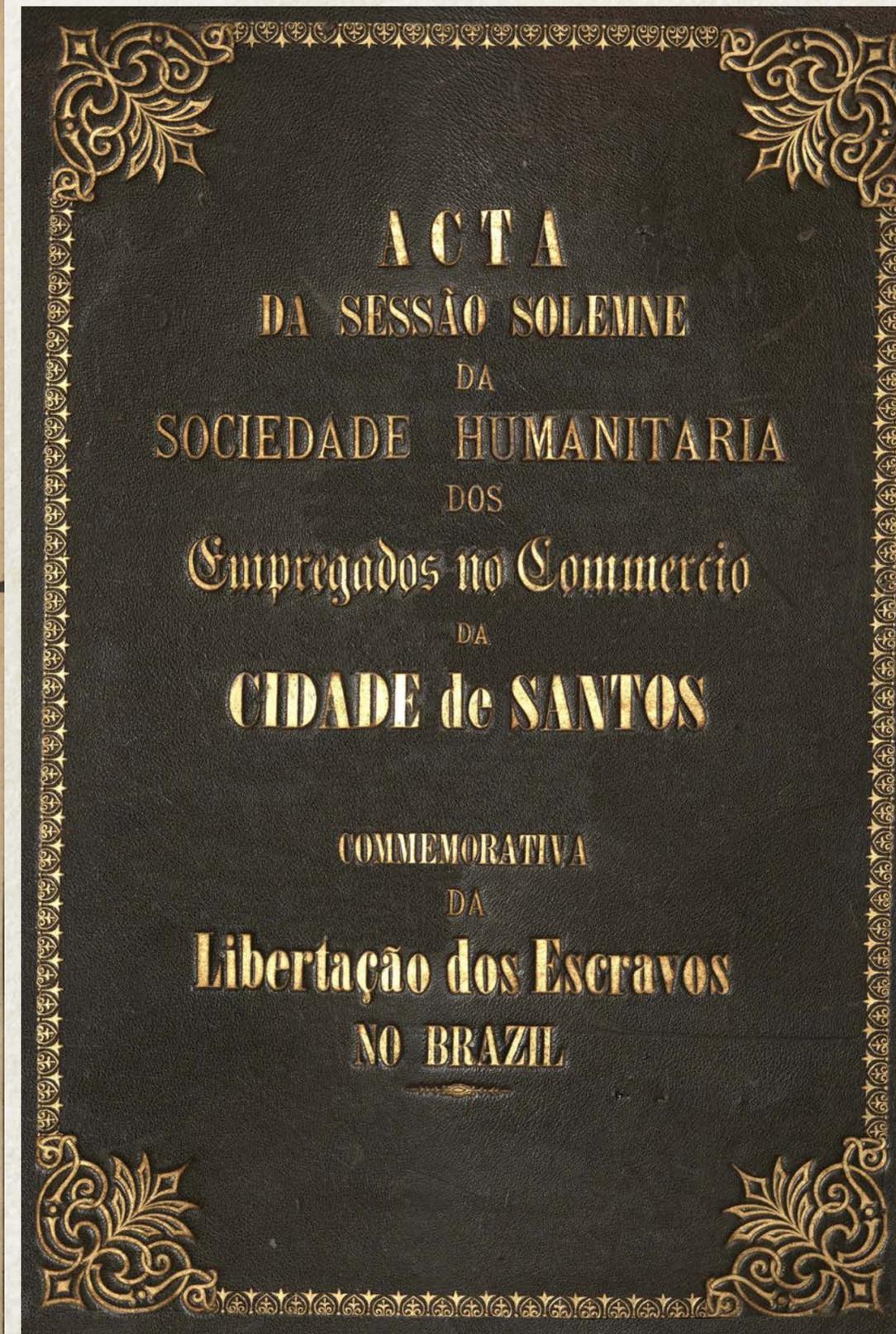
Outra peça de grande valor no acervo da SHEC é o livro ata da Sessão Solene Comemorativa da Libertação dos Escravos do Brasil, que contém mais de 140 assinaturas.

*Acta da Sessão solenne  
para commemoração da lei de  
13 de Maio de 1888  
effectuada a 27 de Maio do mesmo anno*

*Das vinte sete dias do mez de Maio do  
anno de mil oito centos e oitenta e oito na  
casa da rua de Santo Antonio numero cin-  
coenta e seis, achando-se presentes, a Direc-  
toria mais socios da Sociedade Humanitaria  
dos Empregados no Commercio e a banda da  
Sociedade Musical Luso Brasileira, de la souo  
Sr Vice Presidente, que esta pessoa, especial-  
mente convocada, tinha por fim comme-  
morar a data da lei numero Tres mil  
trezentos e cincoenta e tres de treze do ces sen-  
te, que de la souo livres todas os Escravos no  
Império do Brasil.*

*Em seguida o Sr Vice Presidente fez  
uma breve alocução e ninguém mais  
pedido palavra levantou vivas à Nação  
Brasileira à Província de São Paulo à Ci-  
dade de Santos e à Liberdade, sendo encerra-  
da a sessão ao som do Hymno Nacional  
executado pela banda da Sociedade Musi-  
cal Luso Brasileira.*

<i>Ernesto Gomes.</i>	Presidente.
<i>F. Machado Reis</i>	Vice "
<i>A. S. Ramos</i>	1.º Secretario
<i>Emygdio Rom. do Am. Barreal.</i>	2.º "
<i>José Caballero</i>	Thesourario
<i>Sr. H. Montenegro</i>	Beneficente
<i>A. J. Montenegro</i>	Conselheiro
<i>Agostel Lyseo Leal</i>	"
<i>José Ovelino da Veiga Machado</i>	"
<i>Nicanor Leite do Amaral</i>	"





## Abrigo de Republicanos

Um dos grandes tesouros da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio é um livro ata especialmente confeccionado pelo Partido Republicano de Santos, dedicado a homenagear o “Dr. Antonio da Silva Jardim”, rotulado pelos santistas como o “Apóstolo da República”. O ato solene ocorreu no dia 15 de agosto de 1888, três dias antes da data natalícia do homenageado, que completava 28 anos de idade. Em fevereiro daquele ano, Jardim protagonizara um dos mais importantes comícios pró-República da história do Brasil, que teve como palco o Teatro Guarany, em Santos. A partir do ato, a causa republicana ganharia forças e culminaria na queda da monarquia no dia 15 de novembro do ano seguinte (1889).

Ao lado, a página de abertura da ata, com o texto integral da homenagem:

“O Partido Republicano de Santos cumpre o dever cívico, assinalando nestas páginas um testemunho do muito que vos deve a nossa causa comum. Ele fala em nome da Pátria em nome da Ideia republicana. Em constantes conferências, e ultimamente em excursão de propaganda, abandonastes interesses, bem estar, arrostando perigos, desprezando preconceitos, tudo fizestes em benefício da pátria, em benefício da causa republicana. Coração patriótico, tudo por ela esqueceste; espírito superior, fizestes vibrar na alma do povo o amor da Liberdade. Os republicanos de Santos vos saudam como o Apóstolo da República. Eles julgam antecipar assim o juízo da história. E um dia, o futuro bendirá o vosso nome, como vós o aplaudimos hoje. Santos, 15 de agosto de 1888”

Assinam 187 pessoas, iniciando por Antonio de Lacerda Franco, Henrique Porchat e Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho.

Cidadão

O Partido Republicano de Santos, cumpre um dever cívico, assinalando nestas páginas um testemunho do muito que vos deve a nossa causa comum. Elle falla em nome da Pátria e em nome da Ideia Republicana.

Em constantes conferencias, e ultimamente em excursão de propaganda, abandonastes interesses, bem estar; arrostando perigos, desprezando preconceitos, tudo fizestes em beneficio da Pátria, em beneficio da causa Republicana.

Coração patriótico, tudo por ella esqueceste; espirito superior, fizestes vibrar na alma do povo o amor da Liberdade.

Os Republicanos de Santos vos saudam como apóstolo da Republica. Elles julgam antecipar assim o juizo da Historia. A vossa palavra secundará o solo da patria. E um dia, o Futuro bendirá o vosso nome, como nós vos applaudimos hoje.

Santos, 15 de Agosto de 1888.

## A crise do meio-mastro

Outro fato curioso envolvendo republicanos na história da Humanitária se deu em 5 de dezembro de 1891, data do falecimento do velho imperador D. Pedro II, em seu exílio em Paris. A notícia consternou a maior parte da nação brasileira que, apesar de ter aderido à República, mantinha uma forte admiração pelo monarca deposto. Em Santos não fora diferente, e a diretoria da SHEC, a exemplo da Associação Comercial e da própria municipalidade, mandou hastear a meio-pau o pavilhão nacional. Porém, além da bandeira do Brasil, a Humanitária também mandou guardar a meio-pau a bandeira da própria instituição, o que causou consternação aos sócios republicanos, que alegavam que a prerrogativa só era utilizada em homenagens de luto de associados falecidos. É que, coincidentemente, na tarde do dia 6 de dezembro, o sócio Ernesto Sá, também viria a óbito, e quando foi determinado cumprir o protocolo da homenagem, o pavilhão da SEHC já se encontrava a meio-pau. A situação revoltou os membros republicanos da Humanitária, que chegaram a ir à imprensa acusar a diretoria por promover manifestação de cunho político, e que a homenagem ao sócio falecido não seria feita, em razão de já estar em curso os sete dias de luto em honra ao ex-imperador. Na Assembleia do dia 20 de dezembro, a confusão se instaurou de vez, com acusações de ambos os lados. Os diretores exigiam a punição dos reclamantes republicanos, pela exposição na imprensa de atritos internos. E os reclamantes exigiam desculpas públicas.

Os revoltosos chegaram a enviar manifesto para a imprensa com os seguintes dizeres: “Os abaixo assinados, membros da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio protestam energicamente contra a reprovável atitude assumida pela sua diretoria, que se tem manifestado ostensivamente sebastianista. Esquecendo que esta sociedade, pela diversidade dos elementos que a compõe, pelos fins a que é destinada

pelos seus estatutos, não pode envolver-se em assuntos políticos que trariam, sem dúvida, permanente discórdia no seu seio. A diretoria fez hastear em sinal de mágoa pela morte do ex-imperador do Brasil o seu estandarte a meia haste, quando é certo que ela: - não hasteou a Bandeira no dia do passamento do imortal brasileiro Benjamin Constant, fundador da República. Nem no dia 15 de novembro, data gloriosamente nacional e americana em que se festeja a inauguração do sistema republicano no país. Nem no dia da morte desastrosa do inolvidável precursor da República, Silva Jardim, que ofereceu seus serviços de professor à Sociedade. No entanto ao passo que assim fugia de se manifestar a respeito de uma data honrosa à nação e a respeito do passamento de brasileiros notáveis, unicamente sem dúvida, porque uma e outras recordam fatos da história da República, essa diretoria mandou conservar a meio pau e cingir de crepe a sua Bandeira por ocasião do falecimento do rei de Portugal e do imperador da Alemanha.”

A manifestação segue com acusações sobre a predileção monárquica da diretoria, quando esta deveria ser isenta, em um país cuja República já estava consolidada. Os revoltosos ainda selaram: “Considerando que a manifestação de pesar cabia mais ao sócio Ernesto Sá do que a D. Pedro de Alcântara (que muito merece realmente) mas que num nunca prestou serviço à Sociedade.”

Ao final, a Assembleia colocou panos quentes na questão e resolveu apoiar a diretoria.

## Posicionando-se diante dos grandes fatos

### A TRAGÉDIA DO ENCOURAÇADO AQUIDABAN

A Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos estava atenta aos grandes fatos nacionais e sempre que entendia a importância de manifestar-se, as diretorias o faziam, encaminhando ofícios e cartas a governos e outras instituições. Um dos casos mais curiosos foi quando a SHEC se encarregou de liderar, ao lado do jornal Diário de Santos, uma série de homenagens aos marinheiros mortos no desastre do encouraçado “Aquidaban”, da Marinha Brasileira. O fato havia ocorrido no dia 21 de janeiro de 1906, quando o vaso de guerra, fundeado na baía de Jacuecanga, em Angra dos Reis, juntamente com os cruzadores Barroso e o Tamandaré, veio a explodir, por razões nunca descobertas. O “Aquidaban” sofreu violenta explosão em um de seus paióis contendo cordite, o que fez com que o navio partisse ao meio e, conseqüentemente, vindo a afundar. Morreram no desastre 212 homens da tripulação, inclusive parte da comitiva ministerial que procedia a estudos sobre um novo porto militar nas imediações, o comandante e grande parte da oficialidade. Salvaram-se apenas 98 pessoas. A notícia da catástrofe se espalhou imediatamente, tornando manchete dos principais periódicos de todo o mundo.



### Manifestação de Pezar.

A Directoria enviou officios, manifestando o sentimento da Sociedade, aos Snrs. Presidente da Republica, Ministro da Marinha e Club Naval, pelo desastre occorrido no encouraçado « Aquidaban » onde foram sacrificadas tantas vidas necessarias á Patria e á familia; aos Snrs. Consules do Chile, dos Estados Unidos da America do Norte, da Italia e da Republica Argentina, pelos terremotos de Valparaiso, São Francisco da California, Italia e pelo fallecimento do grande patriota e illustre guerreiro, D. Bartholomeu Mitre e de D. Manoel Quintana que presidiu os destinos da nação Argentina; ao Governador do Bispado e á familia de D. José de Camargo Barros, pela morte tragica d'este illustre prelado brasileiro, uma das victimas do vapor « Sirio ».



**Antônio Domingues Martins**  
presidente da Humanitária em três  
gestões (1948/49, 50/51 e 52/53)

*Celebrando  
marcas e conquistas*

# Polianteia da Humanitária

Na virada dos séculos 19 para o 20, a diretoria da Sociedade Humanitária estava tão empolgada com o progresso apresentado pela entidade que, para as comemorações do seu 23º aniversário, decidiu publicar o primeiro trabalho memorialístico de sua ainda curta história. Tratou-se da Polianteia (Miscelâneas/Coleção de Memórias), que reuniria uma série de relatos curiosos de sua existência até então. Para dirigir a publicação, foi escolhida uma comissão composta pelos sócios Antônio da Silva Azevedo Junior, Antônio de Freitas Guimarães Sobrinho e José Augusto Teixeira que, por sua vez, pediu que fosse convidado ao grupo o sócio honorário Alberto Veiga, diretor da Associação Comercial de Santos, que prontamente aceitou o encargo, se colocando à disposição para o que dele dependesse. A comissão, assim composta, começou os seus trabalhos pelo arquivo, notando logo algumas divergências em termos de datas entre os documentos existentes e os que eram anunciados em solenidades e reuniões. A data de fundação, por exemplo, que era comemorada como sendo no dia 9 de outubro, passou a ser considerada 12 de outubro, em razão dos documentos encontrados pelo grupo. O trabalho, que contou com uma capa ricamente ilustrada, foi lançado em 12 de outubro de 1902, causando uma excelente impressão na sociedade santista. Além de Veiga, a Polianteia da Humanitária contou com a colaboração de grandes intelectuais da época, como Vicente de Carvalho, Alberto Sousa, Manoel Maria Tourinho e Olímpio Lima (fundador do Jornal A Tribuna).

A arte da capa primou pela beleza, uma verdadeira obra de arte, com desenhos retratando o deus Mercúrio (do Comércio e da Navegação) e a Deusa da Piedade. Além disso, entre florais habilmente desenhados, as fachadas dos prédios da Associação Comercial de Santos e da sede social da Sociedade Humanitária (na Amador Bueno), além de

uma imagem panorâmica de Santos em 1902, onde aparece a Quadra Mauá (atual Praça José Bonifácio).

Um detalhe curioso desta revista é que a diretoria resolveu publicar um balanço geral das atividades da instituição desde sua fundação, trazendo dados estatísticos das receitas e despesas em todos os setores da SHEC, como as aulas, gastos com a banda, com as pensões dos sócios, com medicamentos, compra de livros, etc.

ANNEXOS PRINCIPAES DAS DESPESAS										
SOCORROS PRESTADOS PELA SOCIEDADE HUMANITARIA DOS EMPREGADOS NO COMMERCO DE SANTOS										
DE ACCORDO COM OS REPERPECTIVOS RELATORIOS										
ANOS	Penções a Sócios	Penção a honrários	Hospitais	Medicamentos	Cartas Medicas	Fuiteras	Penções a Vidas de Sócios	TOTAL	ANOS	Quantias
1879-1880	255.000		200.000	208.710			200.000	200.000	1879-1880	2.125.000
1881	115.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1881	1.488.000
1882	150.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1882	1.272.000
1883	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1883	1.374.000
1884	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1884	1.272.000
1885	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1885	1.272.000
1886	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1886	1.272.000
1887	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1887	1.272.000
1888	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1888	1.272.000
1889	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1889	1.272.000
1890	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1890	1.272.000
1891	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1891	1.272.000
1892	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1892	1.272.000
1893	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1893	1.272.000
1894	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1894	1.272.000
1895	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1895	1.272.000
1896	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1896	1.272.000
1897	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1897	1.272.000
1898	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1898	1.272.000
1899	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1899	1.272.000
1900	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1900	1.272.000
1901	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1901	1.272.000
1902	200.000		200.000	200.000			200.000	200.000	1902	1.272.000
TOTAL	2.125.000		2.125.000	2.125.000			2.125.000	2.125.000		21.250.000

AULAS				DEPRECAÇÕES			
De acordo com os respectivos Relatorios				De acordo com os respectivos Relatorios			
ANOS	LINGUAS	Alunos	Quantias	ANOS	Letras de Brastelaria	Movos e Materiais	Quantias
1880	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1880			1.100.000
1881	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1881			1.100.000
1882	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1882			1.100.000
1883	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1883			1.100.000
1884	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1884			1.100.000
1885	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1885			1.100.000
1886	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1886			1.100.000
1887	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1887			1.100.000
1888	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1888			1.100.000
1889	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1889			1.100.000
1890	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1890			1.100.000
1891	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1891			1.100.000
1892	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1892			1.100.000
1893	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1893			1.100.000
1894	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1894			1.100.000
1895	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1895			1.100.000
1896	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1896			1.100.000
1897	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1897			1.100.000
1898	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1898			1.100.000
1899	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1899			1.100.000
1900	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1900			1.100.000
1901	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1901			1.100.000
1902	1.110.000	1.100.000	1.100.000	1902			1.100.000
TOTAL	11.100.000	11.000.000	11.000.000				11.000.000

RECEITA		DESPESA	
Ordinaria	371.040.000	Despesas gerais	332.220.000
Jóias, Medalhas e Remissões	20.440.000	Despesas com a Banda	122.100.000
Juros de Apólices e Juros	12.440.000	Centro de Bibliotecas	4.917.000
Distribuição das Ações do Theatro (Guarany)	5.000.000	Despesas com Livros	4.917.000
Contribuições e Multas de Livros	1.000.000	Obra Intelectual	5.000.000
Materiais e Matas da Aula de Musica	1.000.000	Preços em Catálogos	144.000.000
Materiais das Aulas	287.000.000	Despesas com as Aulas	23.220.000
Extraordinaria	1.240.000	Aula de Musica e Bandas	17.200.000
Letras de Previsão em Livro	1.192.000	Preços em Instrumentos	5.000.000
Benefícios	2.000.000	Despesas com Meios e Unificadas	4.024.000
Arrendamento do Terreno em 1900	2.000.000	Despesas com Meios e Unificadas	4.024.000
Equipos de 1º soco	500.000	Preços na venda de des. Apólices	30.000
Subscrições	11.540.000		
Dotações			
Teatros	20.000.000		
Livros	17.401.420		
Quilombos	12.000.000		
Instrumental	5.220.000		
Movos e Unificadas	300.000		
Ações do Theatro (Guarany)	400.000		
Arrendamento de Juros	37.000		
Medicamentos	218.500		
Depositos	11.000		
TOTAL	499.210.000	TOTAL	499.210.000



# O aniversário de oitenta anos

Em 1959, na ocasião em que a SHEC completava 80 anos de existência, o então presidente Oscar Martins Pinheiro, filho de um antigo gestor da instituição, Benedito Pinheiro, mandou produzir uma revista para celebrar a data e contar a rica história da Humanitária. Para isso, contou com um seletivo grupo de colaboradores, como Álvaro Augusto Lopes, Costa e Silva Sobrinho, Albertino Moreira, Ariosto Guimarães, Hamleto Rosato, Jaime Franco Junot e Daniel Bicudo. A revista ainda resgatou textos sobre a Humanitária escritos por Olympio Lima (fundador do Jornal A Tribuna), Alberto Sousa (historiador) e Manoel Tourinho, além de poesias de Vicente de Carvalho.

Ricamente ilustrado com fotos do arquivo da instituição, a publicação teve a grande participação do ilustrador Lauro Ribeiro da Silva, o Ribs que, além da capa (um desenho em bico de pena da fachada da sede social da Praça José Bonifácio), ilustrou a revista com outros nove desenhos realizados no mesmo estilo.

A revista dos 80 anos foi custeada por vários apoiadores anunciantes e doadores, como a loja A.D.Moreira, o Banco do Estado de São Paulo, a Farmácia Drogasil, Transportes Sancap, Hugo Paiva Publicidade, Casa Rosário (inquilina no edifício sede) e Banco Comercial do Estado de São Paulo.

A revista dos 80 anos foi custeada por vários apoiadores anunciantes, como a loja A.D.Moreira, o Banco do Estado de São Paulo, a Farmácia Drogasil, Transportes Sancap, Hugo Paiva Publicidade, Casa Rosário (inquilina no edifício sede) e Banco Comercial do Estado de São Paulo. Mas também por diversos doadores, cuja lista foi publicada logo na primeira página, junto com uma espécie de editorial.

Esta revista foi um marco na história da Humanitária, por trazer tantas informações sobre a linha do tempo da instituição e muitas imagens do passado que acabaram se perdendo posteriormente.

## UM POUCO DE HISTÓRIA DA HUMANITÁRIA

ALVARO AUGUSTO LOPES

O ano de 1879, em que se fundou em Santos uma das primeiras — se não a primeira, em nosso país — associações de caráter beneficente-mutualista, pertence a um dos mais decisivos períodos históricos da comunidade nacional. Vindo após o encerramento da campanha contra o Paraguai, com a morte de Solano Lopes, em 1870, esse ano marcado pelo Destino para o advento de instituição pioneira, no gênero, que seria a Sociedade Humanitária, presenciou ao primeiro esforço de José Bonifácio, o Moco, no Parlamento Nacional, para que se criasse a Federação das Províncias, pouco depois de haver o ministro Saraiva, nomeado em 1876, conseguido obter de Dom Pedro II a nova lei eleitoral, que permitia o voto "direto e universal", com que se tornava mais legítima a representação do povo, nas Câmaras Legislativas.

A emancipação dos escravos negros estava em marcha batida para a vitória, ainda com a ressonância da voz eloquente de Castro Alves, que a morte emudecera para sempre, em 1871. Na assertiva de Pedro Calmon, — "entre os anos de 1870 e 1880, dezesseis anos de ebulição doutrinária, houve o desgasto gradual dos partidos políticos, uma maré montante de democracia, a desilusão dos jovens militares condenados à vida medíocre dos quadros dos tempos de paz, em contraste com as carreiras vertiginosas que se fizeram no Paraguai, (uma das causas, apontou Cristiano Ottoni, do descontentamento que lavrara no Exército, as vésperas da República)". Naquele período sopravam ventos novos de espírito liberal, fortalecendo o sentimento de solidariedade entre grupos e profissões de várias espécies.

Nesta cidade, havia tempo se vinha fazendo campanha para a arremigação dos elementos dos empregados no comércio, com o fim de proporcionar amparo e socorro, em ocasiões de dificuldades, aos meios favorecidos pela Fortuna. Uma agremiação de caráter inédito, com uma boa biblioteca, sala de leitura, cursos de línguas e ciências de destaque, na chamada "classe calceira", de que se vinha tornando eco o jornalzinho dominieiro denominado "O Calceiro", que pouco durou, depois de torcida vencedora a ideia, generosamente defendida em suas colunas.

Assim, no dia doze de outubro do ano de 1879, numa dependência do prédio em que funcionava a Escola do Povo, à praça Mauá, foi instalada a "Associação Humanitária dos Empregados do Comércio", com a presença de grande número de representantes da classe. Aclamou-se, nessa ocasião, uma Diretoria Provisória, que ficou assim constituída: Presidente, Augusto Vieira; secretário, José Bento Fernandes; tesoureiro, José Bernardes de Oliveira. Era um dia de domingo, propício pela folga semanal, ao comparecimento dos interessados, numa época em que não existiam férias anuais nem a "semana inglesa". Por isto, só no domingo seguinte se aprovaram os estatutos sociais e se escolheram nomes para os cargos ainda vagos. Depois de Augusto Vieira — alma de idealista, que se bateu pela realização dum sonho longamente desejado pela coletividade — ocupou a presidência da primeira diretoria definitiva um outro batalhador, Floriano dos Santos Castro, que lutou para que a Sociedade Humanitária, nos seus passos iniciais, não viesse perecer, à míngua de fé e estímulo entre os componentes, visto que, seis anos depois, não se conseguiu comemorar a data festiva da fundação, "por falta de sócios".

Além de Floriano dos Santos Castro, na presidência, foram os seguintes os membros dessa Diretoria Inicial, de que tanto dependeria o futuro da novel entidade: Vice-presidente, João Nepomuceno Freire; 1º secretário, José Francisco Pinto Martins; 2º secretário, José Bernardes de Oliveira; 1º tesoureiro, Antônio Domingues Martins; 2º tesoureiro, Manoel Joaquim Borges Junior; benfiteiro, José Bento Fernandes; procurador, Antônio Rodrigues Lopes; conselheiros, Fernando do Amaral Ribeiro, Francisco Antônio de Souza Junior, José Domingues Martins e Pedro Alcântara de Souza Aranha. Alguns desses nomes ficariam ligados, mais tarde, aos de grandes firmas do comércio cafeeiro e atacadista, em que se elevaram pelo esforço do trabalho e da perseverança, juntando-se a outros igualmente bastante conhecidos, que apareceram como fundadores do quadro social, como João Guilherme Martins, Antônio Ferreira Duarte, Benedito T. Siqueira, Fernando do Amaral Ribeiro, Gregório Carneiro Bastos, João Batista Florindo e outros.

Em 30 de outubro de 1880, pela assembleia geral, foi aceito e votado um projeto de autoria de José Francisco de

Paula Martins, para a criação da biblioteca social, ficando a Diretoria autorizada a lhe dar cabal execução. Todavia, a iniciativa foi, no começo, defrontada com obstáculos materiais, quase intransponíveis, motivados por falta de meios financeiros e pela incompreensão de muitos sócios, que não avaliavam o alto alcance cultural dos livros, estragando-os ou mutilando-os, quando os recebiam por empréstimo. No entanto, pouco a pouco foram afastados esses obstáculos, e a biblioteca se dilatou em quantidade e qualidade, vindo a ser a maior da cidade. Assim, já em 1887 o número de obras se elevava a 411 em 571 volumes, graças não somente a aquisições feitas, mas também a doativos em espécie e em dinheiro, entre os sócios. Em 1893, já possuía 2.292 volumes, ascendendo em 1901 a 3.413 obras em 4.787 volumes, existindo na sala de leitura 41 jornais e revistas ilustradas.

Desde janeiro de 1883, por deliberação da Diretoria, foram criadas aulas de francês, inglês e alemão, que, depois acrescentadas dos cursos de português e aritmética, lograram boa frequência, por parte dos sócios jovens, durante muitos anos, até que, à medida que progredia a instrução em Santos, o interesse foi diminuindo, aconselhando a gradual extinção desse ensino, que tanto auxiliou intelectualmente os seus benfiteiros.

No que tange aos socorros, em casos de enfermidade, a Sociedade Humanitária foi sempre instituição modelar, fornecendo médico, medicamentos, internação hospitalar, auxílio pecuniário em caso de falecimento, desde os tempos iniciais. A seção beneficente foi a mais importante dessa entidade, que nunca deixou de cumprir a letra dos estatutos, graças à existência dum brilhante corpo clínico, bastante devotado em atender aos precisados, não cobrando inicialmente nada, pelos seus serviços, mais tarde aceitando apenas o que se denominava "contribuição para transporte", até data não muito distante da atual. Foi a Sociedade Humanitária o paradigma, no que se refere o mutualismo beneficente, quando muitos contribuíam para que outros mais necessitados não sofressem senão o inevitável, nas agruras da moléstia e da morte.

Outras iniciativas assinalaram a evolução histórica da Humanitária, devendo-se pelas incluir a formação dum grupo dramático de amadores, ideia aprovada em 1887, e a organização dum banda de música, em começo deste século, formada de um grupo de consócios entusiastas dessa arte. Durante as epidemias, que irromperam no município em surtos periódicos, desde a fundação, até a pandemia da gripe, em 1918, as salas desta entidade se abriram para acolher doentes, apalilhados e tratados com carinho, nas suas dependências transformadas em hospitais provisórios. Igual procedimento se teve nos momentos críticos de revoluções e guerras, que agitaram o país, primando a Sociedade em pôr o seu prédio social à disposição das autoridades, para socorros de emergência. Foi o que, por exemplo, se verificou em 1932, quando o Movimento Constitucionalista sacrificou algumas dezenas de vidas, entre a mocidade de Santos.

Ao completar o seu vigésimo terceiro aniversário, em outubro de 1902, publicou-se uma "Pollantéia" muito bem feita, organizada por uma comissão presidida pelo consagrado jornalista Alberto Veiga, tendo ali colaborado intelectuais do valor de Vicente de Carvalho, Alberto Sousa, Manoel Maria Tourinho, Damasceno Vieira, Olympio Lima e outros. Neste valioso documentário, de que extraímos alguns dados informativos, para o presente trabalho, depois de traçar o panorama histórico da Sociedade, o saudoso veterano da imprensa santista, A. Veiga, formulava o seguinte juízo: — "A Sociedade está consolidada, é uma verdade; mas não pode ficar estacionária: é outra verdade. Para desenvolver os múltiplos serviços autorizados nos seus Estatutos, necessita do concurso de todos e dos recursos materiais que a própria classe, sem sacrifício algum, lhe pode fornecer. Para isto basta, em alguma certa soma de boa vontade; em outros, o propósito de tirar um pouco do muito que dão ao supérfluo".

O apelo contido nas palavras acima, de autoria do fundador do Albergue Noturno de Santos, não resvalou no vácuo, mas deparou acolhida cada vez mais eficiente, por parte da classe dos empregados no comércio, e, até, dos próprios elementos da classe patronal, por intermédio de firmas importantes, que sempre reconheceram o alto mérito da obra de assistência, no decorrer de longa atividade infatigável, que a

— 4 —

— 5 —

... CUBAS, o fundador de Santos

# Humanitária

1879

80 ANOS

1959



EDIÇÃO ESPECIAL

SANTOS

# O aniversário de noventa anos

Em 1969, a Sociedade Humanitária decidiu, mais uma vez, publicar uma revista contando alguns fatos de sua história, bem como da memória da própria cidade santista. Na capa da edição comemorativa, foi inserida a imagem do monumento do fundador de Santos, Braz Cubas. Internamente, contando com 24 páginas, impressa em azul, foi produzida por C. Giuli e fotografias de M. Taddei, membros do Indicador Turístico de Santos, e impresso na gráfica Vice-Rei de São Vicente.

Na edição foram publicados textos de Esmeraldo Tarquínio, Geraldo Ferrone, Alvaro Augusto Lopes, Azevedo Júnior, Olympio Lima, Hamleto Rosato, Narbone de Faria, Vicente de Carvalho, Carlos Giuli e Daniel Bicudo.

Na ocasião do lançamento desta revista especial, a SHEC promovia uma homenagem especial ao administrador da entidade, Francisco de Brito Freitas, que completava à época, no dia 1º de dezembro, 50 anos de efetivo exercício do cargo.

Na época, a Humanitária possuía em seu quadro social, 2.074 membros, entre contribuintes mensais, beneméritos, honorários, benfeitores e remidos. O presidente da entidade era Manoel Neves dos Santos.

**Martins Fontes**  
"O POETA VULCAO"



A Diretoria em reunião, sob a presidência de Manoel Neves dos Santos.

**Caridade - Liberdade - Legis**  
Geraldo Ferrone

BIMOMIO sem preâmbulo, sem emenda, sem divisão de tópicos tornou-se LEI e LEI máiscula, respeitada, seguida, cumprida à risca na sua totalidade e mais alçada inculta no espírito de toda Santos, onde CARIDADE E LIBERDADE E LEI. Todos que aqui chegam, seja qual for a procedência, pobre, rico, remediado, sente logo de imediato o perfume bendito que alegrou a alma da terra de Bras Cubas como o paradigma da bondade do seu povo e dos ideais da democracia, de que o Patriar-

ca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, apregoava-a, LIBERDADE.

A maior beleza do que afirmamos é o interesse das questões que aqui se fixam, adaptando-se aos costumes da cidade, procurando colaborar no progresso, com as instituições culturais e de caridade, nos esportes e na vida íntima da população, entre essa gente ocorrem alguns nomes que se radicaram entre nós como Frederico Figueiredo Netiva, Edgard Falcão, Teófilo

Falcão, Vicente Morel, Adelson Nogueira Barreto, Major Alvaro Fontes, Francisco de Barros Melo, Snyval Coelho de Oliveira Matos, João de Pista, por sinal todos músicos cuja família era uma orquestra), dr. José Gomes da Silva, Ilustre caudilho, Sigefredo Magalhães, Manoel Simplicio Ferreira, José Nunes de Souza, José Lago Albuquerque, Creso Albuquerque, Lourival Henrique dos Santos, Eduardo Lima, Junior, Esmeraldo Soares

Tarquínio de Campos, Major Eduardo Araújo Falcão, Gen. Paulo Rocco Pessoa, Gen. Octávio Augusto Confucio, Gen. Osman de Moura, Gen. Manoel Máximo. Estes militares renunciarão sua terra natal, perdendo mesmo outras promoções, fixando em suas famílias residência em nossa terra. Com uma desastrosa situação pessoal, estão simpaticamente ligadas a diversas instituições que sustentam a paz e concórdia da grande LEI — CARIDADE LIBERDADE — que governa nossa cidade.



**VELEIRO VEÍCULOS S.A.**  
- revendedor autorizado Volkswagen.  
R. Bras Cubas, 353 - tel. 2-7143 - Vila Matias - Santos

LINHA COMPLETA VOLKSWAGEN

VENDA DE VEÍCULOS NOVOS E USADOS À VISTA OU FINANCIADOS COM GARANTIA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
REVISÕES  
MECÂNICA — FUNILARIA  
E PINTURA

PEÇAS ORIGINAIS COM GARANTIA DA FÁBRICA

EM NOSSA EXPOSIÇÃO O VW-1.600 — 4 PORTAS

# HUMANITÁRIA

Revista comemorativa do 90.º Aniversário de fundação da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos  
12 - Outubro - 1969



90 ANOS A SERVIÇO DE SANTOS

# O Centenário da Humanitária

Em 1979, a SHEC voltava a publicar uma revista comemorativa, desta vez sob a égide do Centenário da instituição, uma marca importante, ainda mais para uma entidade que já não tinha mais as funções de outrora e encaminhava para se tornar uma pilastra da cultura e da memória da cidade, com seus patrimônios únicos e de forte relação afetiva com os santistas.

A edição trazia na capa o então presidente da Humanitária, Manoel Neves dos Santos, entregando um diploma de sócio remido à Maria Cristina Caldeira, filha do associado Carlos Caldeira Filho, por ter ele completado cinquenta anos no quadro social.

A edição do Centenário foi basicamente de caráter social, com quase todas as páginas ocupadas por fotografias do evento de aniversário: descerramento da placa alusiva aos 100 anos; missa na catedral; visita ao túmulo do poeta e médico da Humanitária, Martins Fontes; e cerimônia festiva, ocorrida nas dependências do Buffet Maison Bienamour, que teve o advogado e ex-prefeito eleito de Santos, Esmeraldo Tarquínio de Campos Filho, como orador oficial). Em termos de textos, foram publicados o prefácio produzido pelo editor Geraldo Ferrone, sob o título "Um Século"; um resumo histórico produzido pelo jovem Raul Christiano Sanchez, membro da Academia Santista Juvenil de Letras; e um pequeno texto sobre a origem do nome "Santos", publicado pelo jornalista e memorialista Bandeira Júnior. Na última página, a revista traz um fac-símile de um bilhete histórico, deixado por Martins Fontes à Humanitária, onde o poeta oferta à entidade, a biblioteca que pertenceu ao pai, Silvério Fontes, datada de 30 de agosto de 1929.



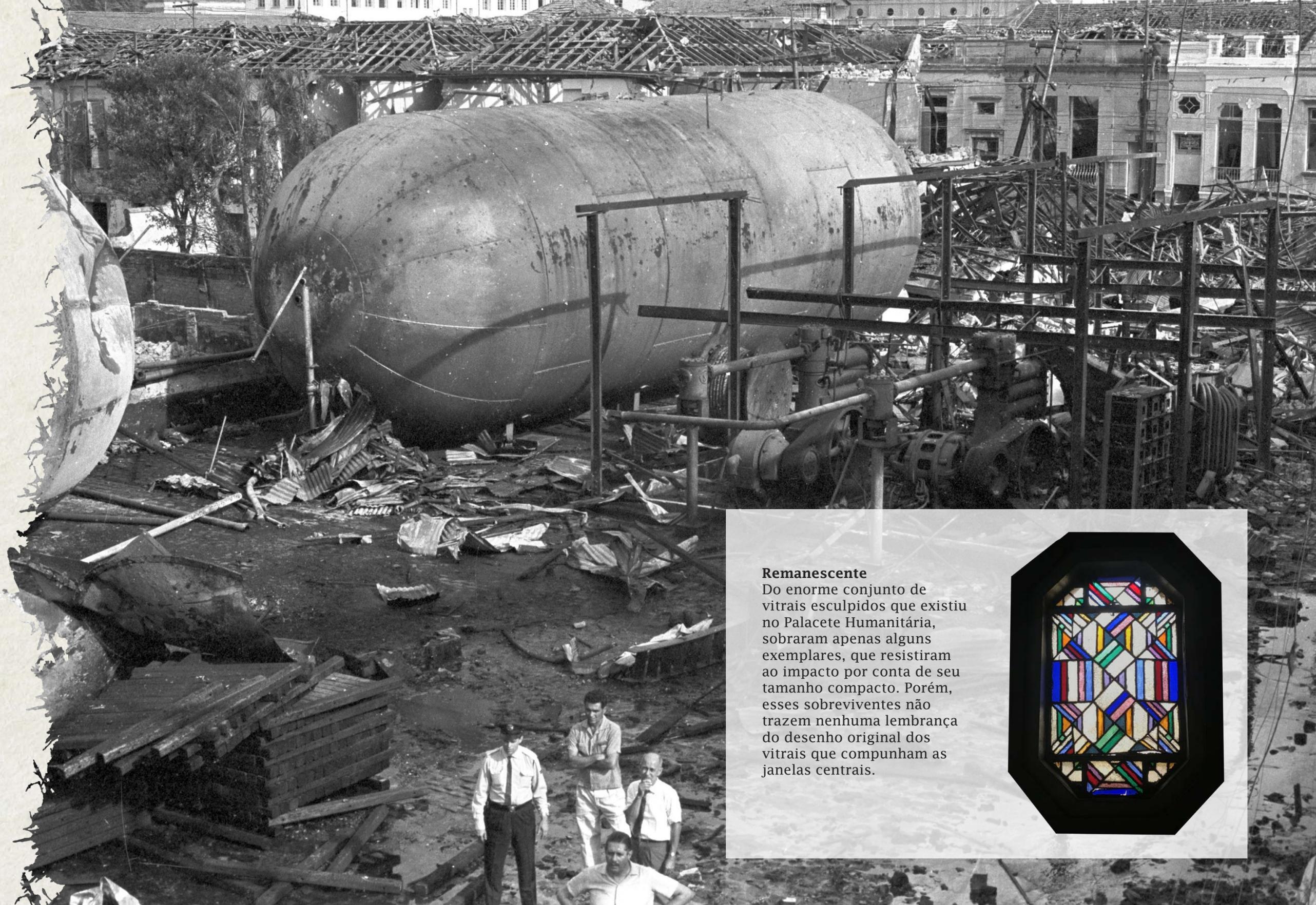
# Explosão do Gasômetro e a destruição do vitral

**E**ra 9 de janeiro de 1967. A maior parte dos cerca de 300 mil habitantes santistas estava na cama, descansando para a jornada de trabalho que se iniciava naquela segunda-feira, pleno início do ano. De repente, às 3 horas, uma gigantesca explosão se fez ouvir por toda a cidade, estremecendo as edificações no entorno do bairro da Vila Nova e adjacências. Dezenas de casas tiveram suas telhas arrancadas, atiradas a longa distância, janelas quebradas, assim como muros e paredes em ruínas. Além disso, 245 pessoas ficaram feridas por conta deste, que até hoje é considerado um dos maiores acidentes da história santista: a explosão do Gasômetro pertencente à “Companhia Cidade de Santos, Eletricidade e Gás”. A empresa tinha suas instalações operacionais na rua marechal Pego Júnior, 144, dentro de uma área de aproximadamente 1.200 metros quadrados.

Entre as entidades que tiveram prejuízos em decorrência do deslocamento violento do ar, estava a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio. Praticamente todos os vitrais do pátio central foram quebrados por conta da explosão. Fabricados pela renomada “Casa Conrado”, uma das maiores do gênero do país, o exemplar que ornava o Palacete Humanitária era considerado raro, por se tratar de “vitrais esculpidos”. Especialistas diziam se tratar do único vitral esculpido do Brasil.

## O tamanho da destruição

A explosão do gasômetro de Santos, em 1967, chamou a atenção pela violência do impacto. Apesar do enorme prejuízo material, felizmente não houve vítimas humanas fatais.



## Remanescente

Do enorme conjunto de vitrais esculpidos que existiu no Palacete Humanitária, sobraram apenas alguns exemplares, que resistiram ao impacto por conta de seu tamanho compacto. Porém, esses sobreviventes não trazem nenhuma lembrança do desenho original dos vitrais que compunham as janelas centrais.





**Synval de Barros Coelho**  
Foi presidente da gestão 1954/55 e  
um grande colaborador da SHEC

# *A Humanitária Hoje*

## *Um entidade em plena recuperação*

**A** gestão atual da Humanitária está sob o comando do advogado Manoel Rodrigues Guino, que assumiu a presidência em 2011, após o falecimento do então presidente, Pedro Mahfuz. Nestes mais de dez anos à frente da instituição, Guino empreendeu uma administração pautada na ampla recuperação financeira e estrutural da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, sem falar no direcionamento de seu novo papel perante à sociedade santista, como uma entidade diretamente ligada à sua própria história e aos preceitos culturais da preservação e difusão de conhecimentos. Para tanto, se cercou de nomes da sociedade comprometidos com as causas santistas.

O saneamento financeiro logo começou a dar frutos, com um planejamento eficaz na gestão de seu ativo imobiliário. Em pouco tempo, a SHEC começou a apresentar balanços positivos, o que possibilitou à diretoria empreender uma gigantesca reforma no salão social, a maior desde a fundação do prédio. Foram investidos mais de R\$ 1,5 milhão na obra, que contemplou a reforma de todo o telhado frontal do prédio, em especial com a substituição de todo o madeirame por tesouras metálicas, além do forro, sistema de calhas, pisos, alvenarias, metais e vidros. O salão também ganhou um novo sistema de energia, com troca de quadros de força e luminárias, garantindo capacidade para abrigar eventos que necessitam de altas cargas. Uma grande demanda atendida foi a climatização. Todo o salão, incluindo as salas anexas e o salão nobre, foram dotados de equipamentos de ar-condicionado de última geração. A cozinha também recebeu tratamento especial e ganhou fogão e fritadeira industrial, e freezer horizontal com capacidade para xx litros, em um espaço profissionalmente preparado com sistema de ventilação e depuração de ar por meio de coifa.

A reforma do salão foi planejada em etapas e consumiu cinco anos de trabalhos, finalizado com a recuperação total do piso, sendo concluída no início de 2020. No entanto, em função da eclosão da epidemia de Covid-19, que afetou o planeta, o salão não pode ser reinaugurado, ficando fechado por meses a fio. Quando a epidemia deu uma trégua, a SHEC ainda conseguiu abrigar um evento social importante de Santos, o “Baile da Causa”, que teve a participação da cantora Lucinha Lins. O local também foi palco de dois eventos corporativos pequenos e serviu de locação para a filmagem de um comercial de TV, dos cartões Elo.

Em 2022, com o controle da epidemia e o fim das restrições de aglomeração, o salão voltou a ser procurado e até abrigou um baile dos velhos tempos. Hoje, o salão social da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos é tido como um dos mais belos, charmosos e modernos de Santos.

### **O resgate de um tesouro**

A partir de 2013, a diretoria da SHEC investiu forte na restauração completa do salão social, investindo mais de R\$ 1,5 milhão em obras estruturais, climatização e equipagem da cozinha





## O resgate da Biblioteca

Em 2022, com a parceria firmada com o Instituto Histórico e Geográfico de Santos, em função do projeto de digitalização dos acervos de periódicos históricos da região (boa parte deles pertencentes à própria SHEC), a Biblioteca, que estava fechada para o público desde 2017, voltou a ser o centro das atenções e necessidades da diretoria.

O diretor cultural da Humanitária, o jornalista e escritor Sergio Willians, também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, já havia estabelecido com o presidente Guino um acordo para que a Biblioteca recebesse os recursos necessários à sua recuperação, tão logo o salão de bailes fosse concluído. Porém, em função da pandemia de Covid-19 e o conseqüente impedimento de locação do espaço, aliado à saída de alguns locatários do prédio, fizeram com que o planejamento de resgate da Biblioteca fosse adiado para um momento mais oportuno.

No entanto, em 2022, o diretor cultural resolveu unir as duas instituições (o IHGS e a SHEC) em torno do projeto de digitalização dos jornais e, com isso, criou a célula de trabalho na sala anexa da Biblioteca. Desta forma, abriu-se a possibilidade dos recursos obtidos para a digitalização servirem também para o resgate do espaço de livros. Em março, um empresário parceiro do IHGS, Wladimir Mattos, proprietário da Logitrade, ao contribuir no projeto de digitalização, sensibilizou-se pela proposta de recuperação da Biblioteca da Humanitária e fez uma doação no valor de R\$ 50 mil, recursos que foram utilizados para o restauro das estantes e de todo o mobiliário local, trabalho realizado pela Restaurart, empresa especializada no ramo. O presidente Guino ainda bancou, do próprio bolso, a recuperação do piso da biblioteca e alguns outros detalhes foram pagos pela própria instituição.

A recuperação da Biblioteca mais antiga da

cidade de Santos, chamada de “tesouro patrimonial” por muitos santistas, ganhou espaço em jornais, programas de rádio e TV, e a cada dia avança, reconquistando aos poucos sua aura de espaço para a difusão do conhecimento, honrando a trajetória de tantas pessoas que, no passado, se dedicaram para torná-la a referência de literatura que é.

### ADEQUANDO-SE O PASSADO AO MUNDO MODERNO

O diretor cultural da SHEC assumiu pessoalmente o controle de “reflorescimento” da biblioteca. Tomou para si a responsabilidade de retirar do espaço o acervo composto por mais de 30 mil volumes, que começaram a ser tratados de forma técnica. Após a recuperação do ambiente (móveis, estantes, luminárias, paredes, sistemas de energia), a decisão foi manter o lugar dentro de sua originalidade, como um ambiente do passado autêntico. A Humanitária adquiriu um aparelho de telefone original dos anos 1930 (da época em que o prédio foi inaugurado) e criou um espaço “instagramável”, chamado de “Cantinho da 5ª Série B”, que tem por objetivo trazer uma referência afetiva das pessoas de uma época em que era comum tirar fotos escolares numa mesa com um globo terrestre e as bandeiras do Brasil e do Estado ao fundo.

A máquina de escrever que pertenceu ao poeta e médico Martins Fontes também incorporou ao ambiente, que tem no relógio sua grande estrela. O equipamento, inclusive, foi revisado por um especialista renomado e voltou a funcionar perfeitamente.

### Um ícone cultural refloresce

Em 2022, a Biblioteca da Humanitária iniciou um lento processo de restauro, com vistas a recuperar seu lugar de destaque na cultura literária da cidade.





## *Um mundo digital*

**A** SEHC firmou parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Santos para promover a digitalização de todo o seu acervo de periódicos históricos, lembrando que se trata do mais importante acervo de jornais da cidade. Para isso, abriga a principal célula de operação do projeto, que tem como outros parceiros a Prefeitura Municipal de Santos, a Fundação Arquivo e Memória de Santos, a Associação Comercial de Santos e a Fundação Biblioteca Nacional, sem falar do projeto Memória Santista, liderado pelo diretor cultural, Sergio Willians. De março a dezembro de 2022, o projeto já havia digitalizado mais de 600 mil páginas de jornais, entre eles a Praça de Santos, Correio da Tarde, Diário da Cidade e Cidade de Santos. O projeto ganhou alcance nacional e apontado pela Fundação Biblioteca Nacional como um dos mais importantes do país.



*Diretoria*  
*Atual*





*Documentos  
Interessantes*

Ao longo de seis meses, em 2022, a historiadora Bruna Trautwein Barbosa esteve debruçada em uma infinidade de pacotes, pastas, livros e documentos diversos, em busca de elementos para a construção desse trabalho historiográfico, por mim coordenado. E, como todo bom “arqueólogo” de papéis, ela separou algumas peças curiosas, que mereciam destaque neste registro. Muitas vezes uma simples nota fiscal, um folheto de anúncio, um ofício ou uma carta ganham um aspecto de alto interesse em função de sua origem ou contexto histórico. Foram esses parâmetros que nos fizeram tomar a iniciativa de publicar alguns desses papéis nesta obra, como reverência ao esforço e resultado tão significativo deste trabalho, e em honra aos que, por imensa sensibilidade, tiveram a nobreza de preservar tais documentos, um gesto raro em um país que pouco tem valorizado seu passado.

Sergio Willians

Carta endereçada à diretoria da “Escola do Povo”, agradecendo a cessão do espaço para que pudesse ser fundada a SHEC (12.11.1879). Assina: José Francisco Pinto Martins

Ofício nº 10  
Em 12 de 9to 79

Assmo Sr.

Tendo a Sociedade Humanitária dos Empregados do Commercio no dia 2 do corrente concluido os seus trabalhos preparatorios a qual ficou inaugurada no mesmo dia, e os serviços assignados vem em nome do Director, agradecer cordalmente os serviços inapreciaveis que esta noble directoria nos tem prestado durante o tempo em que esta Sociedade tem se utilizado de seus salões para suas reuniões.

Deus Guarde a V. S. S.

Assmo Sr. Presidente e mais membros da Directoria da “Escola do Povo”

P. de cont.  
J. F. Pinto Martins

Santa Casa da Misericordia

Assmo Sr.

Em resposta ao Officio que V. S.ª em nome da Directoria da Sociedade humanitaria dos empregados do Commercio, dignou-se, hontem, endereçar a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericordia - Cumpro-me - em nome da mesma - responder que, attendendo aos fins a que se propoem a Sociedade, foram accetadas as propostas por V. S.ª feitas no mesmo Officio. Os socios serão admittidos e tratados em quarto particular mediante a Contribuição diaria de 3\$000: ficando porém subjeitos ás actuaes circumstancias do Hospital, o qual não podera, talvez, muitas vezes, conceder um quarto para cada um pensionista - e não haviam muitos Comodos -; sendo então admittidos dois ou mais pensionistas em cada quarto. E isto o que sou Cumpro responder a V. S.ª a quem

Deus Guarde por dilatados e prosperos annos

Ofício da Santa Casa endereçado à SHEC informando que a entidade de saúde receberia os membros da instituição benemerente em quartos particulares mediante pagamento de 3\$000 (Três mil Réis) diários, mas ficando sujeitos à oferta de vagas. Caso não haverem muitos cômodos, seriam os associados admitidos em quartos com dois ou mais “pensionistas”. (1879)

Carta da Sociedade Musical Luso-Brasileira falando sobre o empréstimo do espaço para as reuniões da SHEC, (17/12/1879), endereçada ao então segundo secretário da entidade, José Bernardo de Oliveira.

M<sup>mo</sup> Sr

Levo ao conhecimento de V<sup>ca</sup> que a Sociedade Musical Luso Brasileira em reunião geral no dia 16 do corrente, com presença de todos os membros, deliberou em prestar a sua sala para as reuniões que V<sup>ca</sup> solicita, da Sociedade Humanitária dos Empregados do Commercio da qual V<sup>ca</sup> é seu muito digno 2º secretario, o que lhe communico para levar ao conhecimento da referida Sociedade.

Deus Guarde a V<sup>ca</sup>

Santos, 17 de Dezembro de 1879

M<sup>mo</sup> Sr José Bernardes de Oliveira.  
M. D. 2º Secretario da Socied. H. dos Empregados do Comm.

O Secretario  
Antonio Domingos de Souza

M<sup>mo</sup> Sr

A comissão nomeada pela sociedade M. dos E. do commercio p. aquilizar a prestação para um leilão em favor da mesma a fim de crear um fundo a reserva, tendo organizado a conta da receita e despesa do mesmo leilão, vem requisitar de V<sup>ca</sup> a convocação dos respectivos socios para uma reunião geral, para prestação de contas da mesma comissão.

Com G. S. at. J. F.

Santos 31 de Maio de 1880

M<sup>mo</sup> Sr. Presid. da Sociedade M. dos E. do Commercio

João Nepomuceno Freire  
Pedro Alcântara  
Silva Gordo  
F. de Sousa Júnior  
H. Paulo Freitas  
Augusto Vieira

Registro da comissão interna responsável por formar um leilão beneficente em prol da SHEC. (31/05/1880). Assinam João Nepomuceno Freire (vice-presidente), Pedro Alcântara de Souza Aranha (conselheiro), José Antônio da Silva Gordo (fundador), Francisco Antônio de Sousa Júnior (conselheiro), H. Paulo Freitas e Augusto Vieira (fundador).

Carta do médico Manoel Maria Tourinho oferecendo à SHEC os seus préstimos como médico, em razão da mudança de cidade do dr. Manoel Gomes Ferrão. (30/08/1881)

em todos os corações bem firmados.  
 e produz a ilusão para apresentar  
 a esta sociedade, na pessoa de V. S.,  
 os meus préstimos da mais elevada  
 estima e alta consideração.

Deus guarde a V. S.  
 Sr. Manoel Maria Tourinho  
 Presidente da Sociedade  
 Comunitaria dos Empregados do Commercio.  
 Santos 30 de agosto de 1881.

Dr. Manoel Maria Tourinho

Constando-me, senhor, de que  
 sabe de esta sociedade e que sabe  
 e V. S. e Manoel Gomes Ferrão  
 Diretor medico da Sociedade Comunitaria  
 dos Empregados do Commercio  
 Santos por a solicitação de seu  
 presidente e tendo sido eu  
 e a esta sociedade, eu por  
 a Sociedade Comunitaria dos  
 empregados do Commercio de  
 Santos, a qual tem a honra  
 de me ser um grande e  
 humilde, se bem que para  
 recompenço a esta e para  
 a sociedade, eu por esta  
 de encontrar empenhado.  
 Deo a V. S. em substituição  
 para a esta sociedade, e para  
 que me empenho em continuar  
 e minha pessoa para  
 a construção de um edificio  
 ou para a compra de um terreno

Sr. Belto

Quanto uma ação para a rifa de uma biblioteca  
 etica, que foi oferecida a Humanitaria pelo Sr.  
 Lauriano, foi apresentada na reunião de diretoria  
 de 24 de maio, e ficou resolvido ficar a mesma em  
 poder do Sr. Lauriano.

Seu amigo e obrigado  
 Carlos de Souza

O bilhete tem o N.º 1897 a 1908, Sahio Branco.  
 Santos 5 de Junho 1883  
 O Sr. Lauriano  
 A. P. M. J. G.

**AÇÃO**  
 Amarela a última loteria que se extrahir na corte no mez de Junho de 1883  
 N.º 1897 a 1908 Rs. 1\$000  
 Uma biblioteca constante dos volumes especificados na relação que a  
 esta acompanharha.  
 N. B. - Esta ação é considerada para ao portador.

Ação para uma rifa de uma biblioteca, oferecida à Humanitaria pelo sr. Lauriano, apresentado na reunião de diretoria de 24 de maio de 1883. Canhoto do bilhete.-

Carta do Real Centro Português de Santos, agradecendo o envio da Banda da Humanitária para tocar no 3º Leilão de Prendas, que acontecia nos jardins da Praça dos Andradas, onde havia um coreto.

  
**Real Centro Português de Santos**  
 (Estado de S. Paulo .. Brazil)

*Ant. J. Soares da Silva  
 Junho 24 de 88  
 Ant. J. Soares da Silva  
 Presidente*

*Ex. mo Sr. ...*

Mais uma vez somos obrigados a oportunar V. Ex.ª rogando-lhes o obsequio de cederem a esta associação a excelente banda de musica d'essa instituição, para abri-thauctor o 3º leilão de prendas que este "Real Centro", effectuará, domingo, 6 do corrente, a principiar ás 5 horas da tarde, no jardim da Praça dos Andradas.

Esperando que V. Ex.ª mais uma vez nos prestará este grande obsequio, reiteramos os protestos da nossa alta estima e profunda gratidão.

*Deus Guarde a V. Ex.ª*  
 Novembro  
 Santos, 3 de outubro de 1888

*V. Ex.ª Sr. Presidente e mais Membros da Directoria da Sociedade Humanitaria do Emp. do Commercio.*

O Presidente Antonio Domingues Pinto  
 O 2º secretario. F. J. ...

*55-17-4-88  
 Dr. Manoel Tourinho*

CLINICA MEDICA  
 DO  
**Manoel Maria Tourinho**

PHARMACIA GALENO  
 N.º 2149 e  
 483  
 SANTOS

CONSULTORIO E RESIDENCIA  
 Rua do Rosario n. 418  
 SANTOS

*Receituário de Sr. ...*

*16-4-88*

*Dr. Manoel Maria Tourinho*

*1000*

Receituário médico expedido pelo dr. Manoel Tourinho, que atendia os beneficiários da Humanitária, gratuitamente, em seu consultório, na Rua do Rosário (atual João Pessoa), datado de 16 de abril de 1888. Os remédios foram adquiridos na Pharmácia Galeno, conforme indica o carimbo no alto do receituário.

Memorando indicando uma campanha visando angariar recursos para a reforma da Biblioteca, da secretaria e do arquivo, datado de junho de 1949.

SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTOS

Santos, Junho de 1.949.

CAMPANHA PRÓ REFORMA DA BIBLIOTECA, DA SECRETARIA E DO ARQUIVO

Prezado Consócio,

A "HUMANITÁRIA" tem, dentre suas nobilíssimas finalidades, a de manter uma Biblioteca para uso de seus associados e pessoas interessadas. E, mercê de grande esforço dispendido pelas anteriores diretorias, esse patrimônio da nossa instituição engrandeceu-se de forma admirável, possuindo a "HUMANITÁRIA" uma excelente Biblioteca, útil aos seus associados, pelos variados conhecimentos que podem adquirir, manuseando os preciosos volumes que a constituem.

Há entretanto, necessidade de cuidar dos livros que tantos benefícios proporcionam, realizando-se ainda reparos nas salas da Biblioteca e de leitura. Além disso, outros departamentos de nossa sede social, como a Secretaria e Arquivo necessitam de grande reparos e carecem de melhor instalação.

Distribuindo benefícios aos seus associados como nenhuma outra instituição do seu gênero, a "HUMANITÁRIA" não tem possibilidades, no momento, de atender as despesas necessárias à realização dessas obras de caráter urgente e que se tornaram imprescindíveis para a própria preservação de seu patrimônio social.

Aproximando-se a data comemorativa do 70º aniversário da fundação desta Sociedade, está a Diretoria seriamente empenhada em realizar tais empreendimentos sem demora, a fim de dar também maior realce a tão grata efeméride. Neste sentido, vem solicitar a sua contribuição para o pleno êxito desse propósito alevantado, apresentando-lhe, antecipadamente, os mais sinceros agradecimentos.

Cordiais Saudações.

PELA DIRETORIA,

*Antônio Domingues Martins*

Antônio Domingues Martins  
Presidente.

*José Gomes dos Santos Neto*  
José Gomes dos Santos Neto  
1º Secretário.

*Laércio Azevedo*  
Laércio Azevedo  
1º Tesoureiro

*Alberto Rodrigues*  
Alberto Rodrigues  
1º Bibliotecário.

SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO

REGULAMENTO INTERNO DA BIBLIOTECA

Art. 1.º — A Biblioteca da Sociedade Humanitária será franqueada aos sócios diariamente, durante os períodos em que a sede se conservar aberta.

Art. 2.º — Somente poderão retirar livros para leitura a domicílio os sócios que estiverem em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 3.º — O sócio que retirar livro para leitura a domicílio, deverá assinar um documento responsabilizando-se pela sua devolução no prazo máximo de quinze (15) dias, em perfeito estado de conservação, com ressalvas, que serão declaradas na ficha, no caso do livro se achar em mau estado.

Art. 4.º — Só será permitida a retirada de um volume de cada obra, de cada vez, não se permitindo prorrogação do prazo acima estipulado.

Art. 5.º — Nenhum livro poderá ser retirado em nome de terceiros, ou de pessoas estranhas ao quadro social, mesmo parentes de sócios.

Art. 6.º — Não poderá ser retirado novo volume ou obra para leitura a domicílio, sem prévia restituição do que estiver em poder do sócio.

Art. 7.º — Quando um sócio fizer a requisição dum livro a domicílio, mediante pedido por escrito, por não poder comparecer, pessoalmente na sede, a sua assinatura deverá constar no registo de rubricas e no documento em que se responsabiliza pela sua devolução.

Art. 8.º — O sócio que deteriorar algum livro, de modo que o inutilize total ou parcialmente, prejudicando a obra, será obrigado a substituí-lo imediatamente, ou a pagar o seu valor, a juízo da Diretoria.

Art. 9.º — Quando a devolução dum livro para leitura a domicílio exceder do prazo de 15 dias, o sócio deverá pagar a multa de mil reis (Rs. 1\$000) para cada período de sete dias ou fração decorrente.

Art. 10.º — Esgotado o prazo de um (1) mês da retirada do volume, e não tendo sido feita a sua devolução, o sócio será convidado por escrito, a providenciar sua entrega, no prazo de tres (3) dias, ou a indenizar o valor correspondente, que será arbitrado pela Diretoria, ouvido o Bibliotecário, ficando suspenso o seu direito de se utilizar da biblioteca, em quanto não o fizer.

Art. 11.º — O sócio que se recusar ao pagamento de multa ou indenização do livro retirado ou extraviado, ficará privado de requisitar livros para leitura a domicílio.

Art. 12.º — O sócio que reincidir no extravio de livros retirados para leitura a domicílio, ficará suspenso desse direito, durante seis (6) meses.

Art. 13.º — Não poderão sair da Biblioteca, para leitura a domicílio:

- a) — os manuscritos, mapas e gravuras;
- b) — as obras depositadas ou ofertadas com a condição de não saírem da sede;
- c) — as obras raras e as edições esgotadas;
- d) — as obras que, pelo seu elevado custo, sejam de difícil aquisição;
- e) — os dicionários, enciclopédias, jornais e revistas encadernadas;
- f) — as obras em brochuras;
- g) — as obras com folhas rasgadas, soltas ou desaparecidas, que exijam reenquadernação.

Art. 14.º — As fichas de retiradas de livros a domicílio serão visadas pelo Administrador ou pelo seu Auxiliar, com o nome bem legível do sócio, de modo a permitir sua identificação, e o prazo bem claro, não podendo este serviço efetuar-se em horas em que não esteja presente um ou outro daqueles funcionários.

Art. 15.º — A retirada de livros para leitura a domicílio poderá ser suspensa, por conveniência de serviço interno, a juízo do Diretor Bibliotecário, durante o tempo que o mesmo julgar preciso.

Art. 16.º — A juízo do Diretor Bibliotecário, a Sociedade poderá permitir a retirada de jornais ou livros raros, a título de empréstimo e a curto prazo, por pessoas de absoluta idoneidade, embora estranhas ao quadro social, mediante assinatura de compromisso escrito quanto à devolução em tempo certo, pagamento duma taxa de dez mil reis (Rs. 10\$000), para despesas de expediente, e depósito duma quantia em caução, que será arbitrada no ato pelo referido Diretor.

Art. 17.º — Este Regulamento deverá entrar em vigor nesta data, e ser exposto num quadro em local bem visível da sala da Biblioteca, para conhecimento de todos os sócios.

Santos, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 194\_\_\_\_\_

A Diretoria

Aprovado na Sessão de 13 de Fevereiro de 1942

Regulamento interno da Biblioteca da Humanitária, aprovado na sessão da diretoria de 13 de janeiro de 1942.

# *Fundadores, presidentes e diretores da Sociedade Humanitária em 1880*

Augusto Vieira  
Antônio Domingues Martins  
Antônio Eustáquio Largacha Júnior  
Antônio Rodrigues Lopes  
Antônio Ferreira Duarte  
Afonso Lopes dos Santos  
Alfredo Ramires Esquivel  
Alfredo Lyra  
Benedito Torquato de Siqueira  
Bento Francisco de Sousa  
Cândido Zacharias de Camargo  
Carlos Antônio de Sousa  
Damásio da Silveira Franco  
Fernando do Amaral Ribeiro  
Floriano dos Santos Castro  
Francisco Antônio de Sousa Júnior  
Gregório Carneiro Bastos  
Guilhermino Augusto Batista  
Henrique Fernandes Pinto  
João Augusto de Matos Chaves  
João Batista Florindo

João Garibaldi de Freitas  
João Guilherme Martins  
João Nepomuceno Freire  
Joaquim José de Toledo Júnior  
Joaquim Mariano de Oliveira  
José Antônio da Silva Gordo  
José Bento Fernandes  
José Bernardes de Oliveira  
José Domingues Martins  
José Francisco Pinto Martins  
Jorge H. Maxwell  
Luiz José de Matos  
Manoel Cesário Pereira  
Manoel Joaquim Borges Júnior  
Manoel Maria Teixeira Guerra  
Manoel de Sá Fortes  
Manoel Gonçalves dos Santos Madeira  
Manuel Alves da Silva  
Pedro Antônio da Cunha  
Rafael Rostchald

# *Diretoria Provisória*

Fundada a Sociedade Humanitária, fizeram parte da primeira diretoria, provisória:

Augusto Vieira, presidente;  
José Bento Fernandes, secretário;  
José Bernardes de Oliveira, tesoureiro.

# *Primeira Diretoria*

Floriano dos Santos Castro, presidente  
João Nepomuceno Freire, vice-presidente  
José Francisco Pinto Martins, primeiro Secretário  
José Bernardes de Oliveira, segundo secretário  
Antônio Domingues Martins, primeiro tesoureiro  
Manuel Joaquim Borges Júnior, segundo tesoureiro  
José Bento Fernandes, benéfico  
Antônio Rodrigues Lopes, procurador  
Fernando do Amaral Ribeiro, conselheiro  
Francisco Antônio de Sousa Júnior, conselheiro  
José Domingues Martins, conselheiro  
Pedro Alcântara de Souza Aranha, conselheiro

# *Presidentes da Humanitária*

Augusto Vieira, 12 de outubro de 1879 a 31 de outubro de 1879;  
Floriano dos Santos Castro, 1º de novembro de 1879 a 1º de dezembro de 1880;  
Alfredo Ramires Esquivel, 1º de dezembro de 1880 a 1º de maio de 1881;  
Manuel Barbosa da Silveira, 1º de maio de 1881 a 1º de novembro de 1881;  
Floriano dos Santos Castro, 1º de novembro de 1881 a 1º de maio de 1882;  
Laureano José de Oliveira, 1º de maio de 1882 a 1º de janeiro de 1883;  
Antônio Ferreira Duarte, 1º de janeiro de 1884 a 21 de setembro de 1884;  
Laureano José de Oliveira, 21 de setembro de 1884 a 1º de janeiro de 1885;  
Luiz José de Matos, 1886 a 1887;  
Francisco Portuense Machado Reis, 1888 a 1889;  
Ernesto Cândido Gomes, 1890 a 1891;  
Adolfo Ferdinand Von Sydow, 1892;  
Ângelo de Souza Ramos Júnior, 1893 a 1894;  
Manuel Joaquim Borges Júnior, 1895;  
Francisco Máximo de Oliveira, 1896;  
Manuel de Jesus Belmarço, 1897 (até 2 de fevereiro);  
Firmino Ferreira Leão de Moura, 1897 (até 12 de fevereiro);  
Artur Thomaz Coelho, 1897 (até 1º de janeiro de 1898);  
João Belarmino de Lima, 1898 a 1899;  
Adolfo Ferdinand Von Sydow, 1900;  
Antônio da Silva Azevedo Júnior, 1901 (até 11 de março);  
Manuel Lopes Leal, 1901 (até 11 de maio);  
José Augusto Teixeira, 1901 (até 1º de janeiro de 1902);  
Francisco Máximo de Oliveira, 1903 a 1904;  
Antônio Benedito de Oliveira, 1905 a 1907;  
Benedito Pinheiro, 1908;  
Francisco Monteiro da Silva, 1909;  
Arnaldo Ferreira de Aguiar, 1910 a 1911;

Coronel José Pinto da Silva Novais, 1912;  
Artur Thomaz Coelho, 1913 a 1915;  
João de Freitas Guimarães, 1916 (renunciou antes da posse)  
Guilherme Santos, 1916;  
Armando Luís dos Santos Dias, 1916;  
Antônio Benedito de Oliveira, 1917 a 1919;  
João Guilherme Cruz, 1920 a 1922;  
Eduardo Áureo Vahia de Abreu, 1923;  
Arthur Cândido Gomes da Silva, 1924 a 1926;  
Esaú Silveira, 1927;  
João Abelardo Monteiro de Barros, 1928 a 1931;  
João Guilherme Cruz, 1932 a 1937;  
Edistio Camargo Santos, 1938 a 1939;  
Manuel Elias Ruiz, 1940 a 1941;  
Graciliano Oliveira Fernandes, 1942 a 1943;  
Synval de Barros Coelho e Melo, 1944 a 1947;  
Antônio Domingues Martins, 1948 a 1949;  
Antônio Domingues Martins, 1950 a 1951;  
Antônio Domingues Martins, 1952 a 1953;  
Synval de Barros Coelho e Melo, 1954 a 1955;  
Oscar Martins Pinheiro, de 1956 a 1961  
Floriano de Freitas Guimarães, de 1962 a 1965  
Manoel Neves dos Santos, de 1966 a 1979  
Dilhermando Cecere Vidal, de 1980 a 1981  
Olympio Requião, de 1982 a 1985  
Nelson Prieto Blanco, de 1986 a 1989 (até 10 de maio)  
João Evangelista de Almeida, de 1989 a 1991  
Sebastião Maurílio Alves, de 1991 a 1993  
Nuno Martins Costa, de 1994 a 2001  
Pedro Mahfuz, de 2002 a 2011 (até 10 de junho)  
Manoel Rodrigues Guino, desde 2011



**Memória Santista**

UM PRODUTO

**MEMÓRIA SANTISTA**

TEXTO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

**SERGIO WILLIANS**

PESQUISA

**BRUNA TRAUTWEIN BARBOSA**

**SERGIO WILLIANS**

COLABORAÇÃO

**SILVIO ENIO BERGAMINI**

**LAURO GOTARDI**

IMPRESSÃO DIGITAL

**PRINT + GRÁFICA**

# FICHA CATALOGRÁFICA

